



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Tainá Valente Amaro

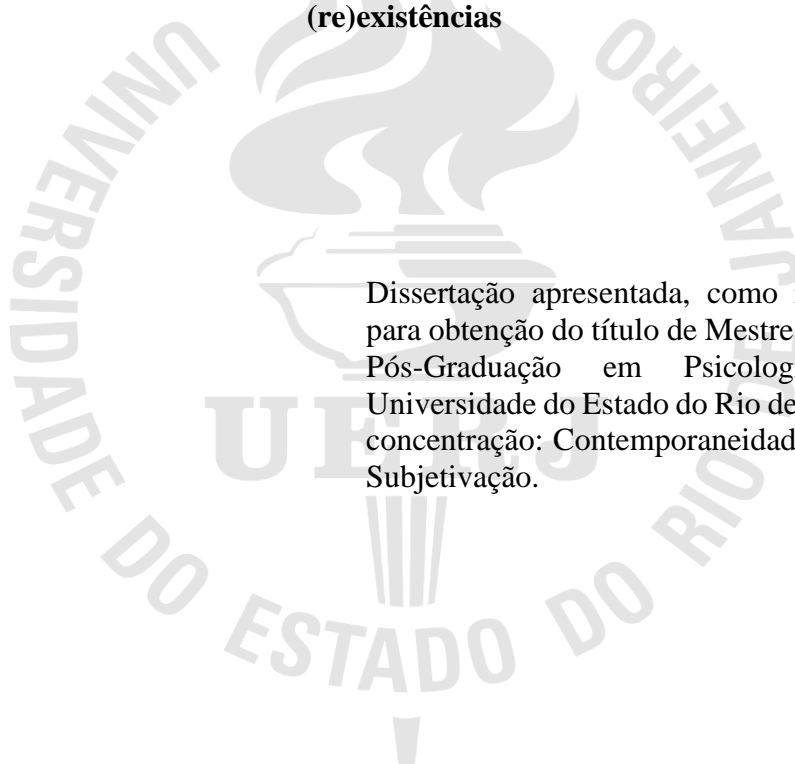
**Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas:
humanidades e (re)existências**

Rio de Janeiro

2021

Tainá Valente Amaro

**Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas: humanidades e
(re)existências**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Contemporaneidade e Processos de Subjetivação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Amana Rocha Mattos

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A485 Amaro, Tainá Valente.
Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas: humanidades e (re)existências / Tainá Valente Amaro. – 2021.
133 f.

Orientadora: Amana Rocha Mattos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Mulheres pretas psicólogas – Teses. 2. Interseccionalidade – Teses. 3. Antirracismo – Teses. I. Mattos, Amana Rocha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

bs CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tainá Valente Amaro

**Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas: humanidades e
(re)existências**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Contemporaneidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 28 de Junho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Amana Rocha Mattos (orientadora)
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof^ª Dr^ª Conceição Firmina Seixas Silva
Faculdade de Educação – UERJ

Prof^ª Dr^ª Janaína Damaceno Gomes
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a Dr^a Míriam Cristiane Alves
Curso de Psicologia - Universidade Federal de Pelotas

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

À minha família, principalmente minha mãe Ana e minhas irmãs Kelen, Bruna e Tamires por me apoiarem e possibilitarem a ser quem eu sou.

Às minhas sobrinhas Manu, Anny e Luna, pelos sorrisos, abraços, por me ensinarem tanto e por me obrigarem a largar o computador para participar de alguma brincadeira.

Às minhas/meus amigas/os Charlene, Manuella, Caroline, Carine, Matheus, Treyce, Marcel e Graziela, Roselaine, Cassiane e Niara, por estarem presente na minha escrita e também quando eu quis fugir dela.

À minha orientadora a Amana, por me auxiliar no processo de escrita e durante minha trajetória no mestrado.

Ao coletivo Macanudos e ao grupo de estudos Saúde Mental e racismo, por ser fonte de acolhimento e resistência durante a minha graduação e pela sua contribuição à minha inserção na luta e discussão racial.

Às colegas da pós, do seminário de pesquisa e do Degenera pelas discussões e pelo “pós discussões” nos bares em frente à UERJ.

Às psicólogas pretas que participaram da pesquisa que confiaram suas histórias a mim, me proporcionaram momentos ótimos de trocas durante a pandemia, que deram sentido à pesquisa, e que também auxiliaram na minha construção profissional.

Às professoras Janaína e Conceição, por aceitarem participar da minha banca e pelas contribuições valiosas.

Às professoras Miriam e Susana pelo apoio, por me orientarem na monografia e fazerem parte da minha da minha escolha em ingressar no mestrado.

Ao CNPq e à FAPERJ, por viabilizarem a execução da pesquisa.

RESUMO

AMARO, Tainá. **Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas: humanidades e (re)existências**. 2021. 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este estudo tem como objetivo mapear e compreender as estratégias coletivas de (re)existências que têm sido criadas por mulheres pretas psicólogas na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. O referencial teórico-metodológico parte das teorias interseccionais pretas. A interseccionalidade busca compreender a forma com que racismo, patriarcalismo e opressão de classe articulam-se, criando desigualdades que estruturam as relações de gênero, raça, classe e outras. O campo de pesquisa compreendeu o mapeamento de redes, coletivos, grupos e demais movimentos construídos por psicólogas pretas que se dedicam a construção de uma Psicologia politicamente comprometida com as relações raciais. Após o mapeamento destas redes foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com seis psicólogas pretas participantes de alguns destes movimentos. A partir das entrevistas, foi possível resgatar a história dessas redes, compreender suas formas organizativas, assim como compreender as trajetórias pessoais, de formação e atuação das participantes, no exercício de uma profissão tradicionalmente elitizada e que segue a lógica colonial de subalternização de pessoas pretas. Foi destacada a importância dos coletivos/grupos pretos da Psicologia para a (re)existência destas psicólogas na graduação e também como espaços de acolhimentos durante a prática profissional. Foi evidenciada o aumento da procura de atendimento psicológico por parte de pacientes pretos. A relação psicóloga preta - paciente preta/preto foi relatada como um desafio, pois são trazidas por estes pacientes demandas que não foram trabalhadas na formação em Psicologia. As relações com colegas e pacientes pretos auxiliam para que as psicólogas pretas consigam pensar seus próprios processos de subjetivação e de identificação racial, que se dediquem ao estudo das relações raciais e construam práticas que permitam o cuidado integral da saúde da população negra. Faz-se eco as vozes que historicamente denunciam as dificuldades que a Psicologia hegemônica possui em se debruçar sobre os estudos de raça e racismo e o seu não comprometimento com a prática antirracista. Emerge a necessidade de construção de outras práticas, de outras Psicologias e a visibilidade da contribuição de pessoas pretas para a consolidação da Psicologia enquanto Ciência e Profissão no Brasil.

Palavras chaves: Mulheres pretas psicólogas. Antirracismo. Interseccionalidade. Processos de subjetivação.

ABSTRACT

AMARO, Tainá. **Subjectivation processes of black women psychologists: humanities and (re)existences.** 2021. 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This study aims to map and understand the collective strategies of (re)existences that have been created by black women psychologists in the city of Rio de Janeiro and its Metropolitan Region. The theoretical-methodological framework is based on black intersectionality theories. Intersectionality seeks to understand the way in which racism, patriarchy and class oppression are articulated, creating inequalities that structure gender, race, class and other relationships. The research field included the mapping of networks, collectives, groups and other movements built by black women psychologists who are dedicated to the construction of a Psychology that is politically committed to racial relations. After mapping these networks, five semi-structured interviews were conducted with six black women psychologists who participated in some of these movements. From the interviews, it was possible to rescue the history of these networks, understand their organizational forms, as well as understand the personal trajectories, training and performance of the participants, in the exercise of a traditionally elite profession that follows the colonial logic of subalternization of black people. The importance of black groups in Psychology was highlighted for the (re)existence of these psychologists in graduation and also as spaces for reception during professional practice. An increase in the demand for psychological care by black patients was evidenced. The black psychologist- black patient relationship was reported as a challenge, as these patients bring demands that were not dealt with in Psychology training. Relationships with black colleagues and patients help black women psychologists to think about their own processes of subjectivation and racial identification, to dedicate themselves to the study of racial relations and to build practices that allow for comprehensive health care for the black population. The voices that historically denounce the difficulties that hegemonic Psychology has in addressing the studies of race and racism and its non-commitment to the anti-racist practice are echoed. Emerges the need to build other practices, other Psychology and the visibility of the contribution of black people to the consolidation of Psychology as a Science and Profession in Brazil.

Keywords: Black women psychologists. Anti-racism. Intersectionality. Subjectivation processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrevista "eu mulher, psicóloga e negra"	18
Figura 2- Imagem de Juliano Moreira	32
Figura 3 - Imagem de Virgínia Bicudo	33
Figura 4 - Logo CEERT	35
Figura 5 - Logo Instituto AMMA Psique e Negritude	36
Figura 6 - Logo Instituto Sankofa de Psicologia	37
Figura 7 - Logo Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo	39
Figura 8 - Logo Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos	39
Figura 9 - Logo Coletivo Psicopreta.....	40
Figura 10 - Logo Rede Dandaras.....	51
Figura 11 - Logo PapoPretas	52
Figura 12 - Logo Psicopretas.....	53
Figura 13 - Logo Afroterapeutas	53
Figura 14 - Logo Afrosáude	53
Figura 15 - Logo Roda Terapêutica das Pretas.....	54
Figura 16- Logo Laboratório afeTAR	60
Figura 17 - Logo Coletivo Conceição Chagas.....	61
Figura 18- Logo Grupo Com-por Pretas.....	62
Figura 19 - Logo ANPSINEP	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de coletivos e grupos pretos de Psicologia.....	54
Quadro 2 - Perfil das participantes	59
Quadro 3 - Dados sobre a formação	75
Quadro 4 - Atuação/ocupação	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estimativa do número e distribuição dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo sexo Brasil – 2014	47
Tabela 2 - Estimativa do número e distribuição dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo raça/cor Brasil – 2014	48
Tabela 3 - Rendimento médio total e por hora dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo sexo Brasil - 2014.....	49
Tabela 4 - Rendimento médio total e por hora dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo raça/cor Brasil – 2014	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPSINEP	Associação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COVID	<i>Corona Virus Disease</i> – doença do coronavírus
CRDH	Comissão Regional de Direitos Humanos
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MNU	Movimento Negro Unificado
ONG	Organização Não Governamental
PAF	Programa Anemia Falciforme
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUni	Programa Universidade para todos
PSINEP	Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores/as sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação

UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do SUL
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA A/O PRETO/A E O OLHAR PRETO PARA A PSICOLOGIA: TRANSFORMAÇÕES EM ANDAMENTO?	16
2	NARRATIVAS DE DESUMANIZAÇÃO E DE (RE)EXISTÊNCIAS DE MULHERES PRETAS	24
2.1	Presença Preta na Psicologia	32
3	CAMINHO PERCORRIDO: QUESTÕES METODOLÓGICAS	56
3.1	Psicólogas pretas no Rio de Janeiro	58
3.2	Realização de entrevistas entre mulheres pretas em contexto de pandemia: modificações necessárias	64
4	SOBRE AS TRAJETÓRIAS DAS PSICÓLOGAS PRETAS	75
4.1	Relações raciais na formação acadêmica e profissional - um tema silenciado	75
4.2	“Eu quero uma psicóloga preta!” - Relação paciente e Psicóloga preta	93
4.3	A potência da coletividade e a busca pelo aquilombamento na Psicologia	110
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	126
	ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	131
	ANEXO B - Roteiro de entrevista	132
	ANEXO C - Formulário	133

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, para mim nós somos as mais belas criaturas em todo o mundo. As, pessoas pretas, eu digo. E digo em todos os sentidos, por fora e por dentro. E, para mim, nós temos uma cultura que não é superada por nenhuma outra civilização, mas nós não sabemos nada sobre ela. [...] Meu trabalho é de alguma forma fazê-los curiosos o suficiente ou persuadi-los, de qualquer forma, para que conscientizem-se sobre si mesmo e de onde vieram, o que eles são por dentro; o que já está lá, só precisa ser posto para fora. Isto é o que me obriga a obriga-los. E eu o farei, por todos os meios necessários...

Nina Simone

Este trabalho dá continuidade aos estudos já realizados durante minha graduação em Psicologia, e também ao meu Trabalho de Conclusão de Curso, cuja pesquisa foi voltada para as trajetórias de formação e atuação profissional de psicólogas pretas da cidade do Rio Grande, localizada no Sul do estado do Rio Grande do Sul.

No início da graduação já me questionava sobre a invisibilização da contribuição de pessoas pretas na área psi. Assim, com outros colegas pretos e através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas, criamos pela primeira vez o grupo de estudo sobre Saúde Mental e racismo na Universidade Federal do Rio Grande- FURG. O grupo aconteceu entre os anos de 2015 e 2017. Nele, pudemos pela primeira vez estudar e discutir sobre saúde mental de crianças, mulheres e homens pretos, pudemos pensar as sexualidades, o gênero e também a saúde mental de estudantes pretos na universidade. Foi no grupo de estudos e também no Coletivo de Negras e Negros Macanudos que li pela primeira vez as obras de Frantz Fanon, Neusa Santos, Abdias do Nascimento, Deivison Faustino (Nkosi), Lia Schucman, Maria Lúcia da Silva, entre outros autores e autoras essenciais para pensarmos as relações raciais no Brasil, e que estiveram/estão fora das ementas dos cursos de Psicologia. Dito isso, considero que a maior parte da minha formação enquanto psicóloga ocorreu fora das salas de aula. Minha formação se deu sobretudo nas rodas de conversa, nos grupos de estudos e discussões, nos eventos auto-organizados de estudantes e nos projetos de pesquisa e extensão.

Ao final da graduação já supunha que iria fazer o trabalho de conclusão do curso sobre relações , mas não sabia exatamente o que, nem quem poderia me auxiliar nesse processo, visto que o corpo docente era majoritariamente branco, com exceção de um professor. E nenhum deles tinha qualquer embasamento sobre raça e racismo . Como a maioria dos estudantes negros que estudam o tema, já estava imaginando que estaria sozinha nesse processo e que “ter

orientador/a” seria só mais uma das obrigacões acadêmicas, que nos geram tanto sofrimento. Felizmente, e não sem dificuldades, tive realmente orientaçaõ de TCC, e logo já após o início do projeto tive a co-orientaçã de uma Professora Psicóloga preta (um salve para os 16% de professores/as pretos/as universitários/as que se viram em mil para nos acompanhar).

Ressalto a importãcia das orientaões neste momento, pois me auxiliaram nas inquietaões de como transformar em “objeto” de pesquisa aquilo que eu vivia diariamente, e também de como tentar romper com a lógica colonial de produçaõ de conhecimento (de distanciamento, neutralidade e objetificaçaõ) que tanto me incomodava. Nisso, decidi pesquisar sobre psicólogas pretas. Realizei entrevistas com 10 psicólogas pretas, propondo uma relaçaõ sujeito-sujeito, onde tentei compreender de que forma o racismo interfere na nossa formaçaõ e atuaçaõ profissional e, ao mesmo tempo, com todos os sofrimentos, apagamentos e inviabilizaões, de que forma nos (re)construímos individualmente e também com o apoio coletivo, seja de familiares, amigos ou movimentos sociais.

Se, no restante do Brasil, nega-se a existêcia de pessoas pretas em lugares que não sejam de subordinaçaõ, na regiãõ Sul isso sempre teve ainda mais força. E é nesse contexto que construo também minha trajetória enquanto mulher preta psicóloga. Sou a quarta filha de cinco filhos, filha de mãe empregada doméstica e pai pedreiro. Nascida e criada no interior do Rio Grande do Sul em uma família preta, pobre e periférica. Assim como bell hooks¹ (2013) aprendeu com suas professoras pretas, aprendi “que nossa devoçaõ ao estudo, à vida do intelecto, é um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonizaçaõ racista” (hooks, 2013, p.10).

Vindo realizar o mestrado no Rio de Janeiro, com muita insistêcia, pois como pretos nós temos que ser 2 vezes melhores e, sendo cotista na UERJ, temos que tentar 2 vezes, como diz Racionais Mc’s “como ser 2 vezes melhor se você está pelo menos 100 vezes atrasado?” (vai dizer isto para as seleções meritocráticas e processos desiguais da pós-graduaçaõ). Enfim, chegando aqui me deparo com uma estrutura acadêmica não muito diferente do RS, mesmo que a história preta na cidade e estado seja um pouco mais visibilizada.

Ao co-orientar um Trabalho de Conclusã de Curso do curso de Psicologia da UERJ, vejo que a vivêcia dentro do curso de Psicologia é muito parecida com a minha. Além disso,

¹ O nome da autora é sempre escrito em letras minúsculas respeitando seus posicionamento para que seja dado enfoque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa.

vejo que mesmo com todas as adversidades alunos/as negros/as estão procurando escrever a partir dos próprios referências, tendo como base discussões feitas a partir de coletivos negros.

O presente estudo tem como objetivo mapear e compreender as trajetórias e estratégias de (re)existências que têm sido criadas coletivamente por psicólogas pretas do Rio de Janeiro, assim como perceber de que forma o racismo incide sobre a construção de suas humanidades. Nele, busco construir novos conhecimentos através de e nas relações com meus pares, assumindo o desafio também de repensar e refletir sobre a minha própria prática e construção enquanto pesquisadora, diante de uma profissão elitizada e que segue a lógica colonial de subalternização de pessoas pretas. Ou seja, este estudo é reflexo da busca de nós, pessoas pretas, pelas nossas próprias narrativas epistemológicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas análises serão realizadas a partir de teorias interseccionais pretas.

A pesquisa está dividida em três capítulos, como forma de organizar melhor a escrita, porém a presença dos temas não se resume ou não limita a cada capítulo, algumas questões vão aparecendo novamente e sendo aprofundadas ao longo do texto.

Na Introdução, apresento meu envolvimento com os estudos das relações raciais e a trajetória na construção do tema de pesquisa. No primeiro momento, realizei uma busca do que já foi produzido academicamente sobre psicólogas pretas no Brasil, e fiz uma breve explanação sobre as narrativas de desumanização e de (Re)existências de Mulheres pretas, propondo resgatar a narrativa de desumanização de pessoas pretas construída no ocidente, com apoio da ciência moderna.

Na sequência, abordo as resistências criadas por mulheres pretas a partir da construção de suas próprias narrativas, e a Presença Preta na Psicologia. Penso as contribuições da Psicologia no estudo das relações raciais, faço algumas reflexões sobre a presença de pessoas pretas na Psicologia, e apresento algumas Redes de/para Psicólogos(as) Pretos(as) no Brasil.

No Capítulo “Caminho percorrido: questões metodológicas”, apresento a construção da metodologia da pesquisa, bem como as participantes do estudo, Psicólogas pretas no Rio de Janeiro, com suas informações gerais. Relato também as modificações que ocorrerem na pesquisa no contexto da pandemia da Covid-19 (doença do novo coronavírus) e seus impactos para pesquisadora e participantes.

Já no quarto Capítulo, “Trajetórias de Psicólogas Pretas”, analiso as estratégias de (re) existência na universidade e as Relações raciais na formação acadêmica e profissional - um tema silenciado; as relações da formação em Psicologia com as relações raciais. Na seção “Eu

quero uma psicóloga preta!” - Relação paciente e Psicóloga preta, discuto a atuação e afirmação enquanto psicólogas pretas e sua relação com os pacientes, pautando a potência da coletividade e a busca pelo aquilombamento na Psicologia, a importância da coletividade para pessoas pretas e para a construção de uma outra Psicologia.

Opto por usar primordialmente o termo pretas/os, porém entendo que no Brasil há a maior utilização do termo negras/os, principalmente tratando-se de dados sociodemográficos, onde há o entendimento que “negro” inclui pessoas pretas e pardas. O uso do termo negro/a faz parte do processo de positivação e ressignificação feita pelos movimentos negros brasileiros, principalmente o Movimento Negro Unificado (MNU). A discussão “preto x negro” tem sido uma discussão geracional potencializada pela discussão norte-americana. Como relata Conceição Evaristo² (2020): “Sou de uma geração que assistiu esse esvaziamento negativo da palavra negro. A palavra negro era usada sempre no sentido pejorativo. Quando queria atingir uma pessoa negra, o termo era usado. Houve um trabalho, uma Automeação da palavra negro para esvaziar o sentido negativo dessa palavra. Foi criada uma semântica de positividade. Isso muito por meio da literatura”.

No Brasil, essa distinção não tem sido feita de forma estrutural, e faz-se o uso tanto de um termo quanto do outro. Cristiano Rodrigues destaca que os termos preto e negro são intercambiáveis. “Não vejo, do ponto de vista semântico, nenhuma diferença entre um e outro”. Desta forma, mantenho a forma que é falada pelas entrevistadas, em citações e etc., entendendo que preto/a ou negro/a quando usado no sentido de Automeação e não de nomeação do outro possui um sentido político.

² As falas de Conceição Evaristo e Cristiano Rodrigues estão disponíveis na entrevista: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml>.

1 O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA A/O PRETO/A E O OLHAR PRETO PARA A PSICOLOGIA: TRANSFORMAÇÕES EM ANDAMENTO?

Nesta seção apresento os resultados da busca em relação a produção acadêmica sobre psicólogas pretas no Brasil, em seguida discuto as narrativas de desumanização e de (Re)existências de Mulheres pretas construída no ocidente, com apoio da ciência moderna. Aqui também penso as contribuições da Psicologia no estudo das relações raciais, assim como a contribuição de pessoas pretas para a consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão. Faço algumas reflexões sobre a presença de pessoas pretas na Psicologia e os tensionamentos que são feitos por elas, também apresento algumas Redes de/para Psicólogas(os) Pretas(os) no Brasil. Merece destaque que a presença preta tanto na Psicologia quanto nas redes e coletivos é principalmente de mulheres pretas.

Para o levantamento de produções acadêmicas sobre psicólogas pretas, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca foi realizada no campo Título, na qual se utilizou primeiramente a palavra “psicólogas” e depois acrescentada a palavra “**pretas**” ou “**negras**”, no plural e no singular, pois encontrou-se resultados diferentes conforme a flexão gramatical. Posteriormente, procuramos por produções com os descritores “psicologia” e “antirracista”.

Optamos por fazer a busca para o período de 2002 e 2018. O período foi escolhido por ter sido o ano em que se começa a adotar timidamente as políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro, quando se percebe uma democratização da universidade com ingresso daqueles e daquelas que eram alijados desse direito, pretos/as e pobres. Buscamos também apenas textos escritos em Língua Portuguesa e que continham no título os descritores utilizados.

Na base de dados SciELO, ao utilizar o descritor “psicóloga”, localizamos 6 artigos, entre o período de 2002 a 2018. Utilizando o descritor “psicólogas”, 5 artigos foram achados para o mesmo período de tempo. Ao acrescentar a palavra “pretas” ou “preta” - no singular e no plural- não encontramos nenhum artigo.

Na base de dados PePSIC, utilizando o descritor “psicóloga” encontramos 7 resultados. Aplicando o descritor “psicólogas”, encontramos 9 artigos, entre 2002 e 2018. Ao acrescentar os descritores “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não se encontrou nenhum artigo.

Na base de dados BVS foram encontrados 12 textos utilizando-se o descritor “psicóloga”, dentro do período de tempo escolhido. Utilizando-se o descritor “psicólogas”, foram encontrados 17 textos, dentro do período estipulado. Ao acrescentar o descritor “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não encontramos nenhuma referência.

Na base LILACS foram encontrados 8 textos, utilizando-se o descritor “psicólogas”. Utilizando-se o descritor “psicóloga” encontramos 10 artigos, e ao acrescentarmos o descritor “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não localizamos nenhuma produção.

Na BDTD, utilizando o descritor “psicóloga” encontramos 22 resultados, e ao acrescentarmos os descritores “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não encontramos nenhum texto.

Nas bases de dados pesquisadas e dentro dos parâmetros utilizados, nenhum texto foi encontrado sobre psicólogas pretas. Dos artigos encontrados, entre o período de 2002 e 2018 somente utilizando a palavra psicólogas, apenas 1 fala sobre a organização política de psicólogas e também 1 fala sobre o perfil de psicólogas, nenhum aborda especificamente o perfil racial da profissão, tampouco a construção subjetiva de mulheres pretas psicólogas.

Fora do período de tempo utilizado (2002 a 2018), encontramos um material do ano de 1984 que aparece nas bases de dados SciELO, PePSIC e BVS. Trata-se de uma matéria realizada pela comissão editorial do próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP), no ano de 1984, intitulada “Eu, mulher, psicóloga e negra”, cujo objetivo era verificar questões relativas ao preconceito na relação terapeuta negro e paciente (negro ou não).

A comissão editorial do conselho inicia o material narrando a dificuldade em encontrar psicólogos negros, especificamente sobre psicólogos psicanalistas negros relatam:

No âmbito dos psicólogos psicanalistas não encontramos psicólogos negros. A orientação psicanalítica interessaria particularmente por lidar com os conceitos de transferência e contratransferência, o que poderia nos trazer relatos experienciais bastante significativos. (CFP, 1984, p.10).

Sem ter encontrado profissionais na área da Psicanálise, o conselho decidiu por ampliar o tema e discutir as relações do profissional (de diferentes áreas) com a clientela. “Como a profissão é marcadamente feminina, foi menos difícil encontrar psicólogas pretas, mesmo sendo

pouquíssimas”. (CFP, 1984, p.10).

Figura 1 - Entrevista "eu mulher, psicóloga e negra"



Da esquerda para a direita: Neli Mures, Olga Moura, Jairo Andrade e Vera Colucci ³

Fonte: CFP(1984)

Apesar de todas as dificuldades, foram ouvidos, pela comissão editorial do CFP, depoimentos de quatro psicólogas pretas ao total, sendo duas em Brasília: Olga Inácio de Moura e Neli Ferreira Mures; e duas em São Paulo: Edna Maria Santos Roland e Gicele Maria de Menezes Alakija. Sobre as participantes deste estudo precursor: **Olga Inácio de Moura** é Mineira, formada pela Universidade Católica de Belo Horizonte, trabalhou na área de Psicologia Industrial. realizou mestrado em Brasília (sua tese é sobre a discriminação do negro no Brasil). Olga fala sobre a construção de sua tese:

"Quem é o negro no Brasil? Qual é a situação dele? Existe ou não existe discriminação? Desde criança eu sempre soube muito pouco a respeito do negro e pela minha vida afora tenho muitas questões que ficaram sem resposta. Por isso resolvi fazer a minha tese exatamente sobre isso: a discriminação em relação ao negro. Uma das questões que vou tentar descobrir, ou classificar, com a tese, é que no Brasil o problema da discriminação é bastante social. Me parece que o negro, depois que ele chega a um determinado nível de formação, ele é aceito pela posição que tem e não pela própria pessoa que ele é. Quando sou apresentada a alguém, ao invés da pessoa dizer — Esta é Olga, minha amiga —, diz assim: — Esta é Olga, professora de Uberlândia, mestra ... aí vem todos os títulos. E isto numa situação social, onde não haveria necessidade desse tipo de apresentação. É como se a pessoa estivesse se justificando”. (CFP, 1984, p. 10).

³ Imagem Fonte CFP (1984)

Neli Ferreira Mures é Carioca, formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1974. Nos três anos de residência trabalhou em hospital psiquiátrico. Fez curso de especialização no Instituto de Medicina Psicológica. Neli fala sobre sua experiência profissional:

“Hoje, na Fundação do Menor, numa equipe de 24 psicólogos, somos apenas duas negras. Na faculdade eu era a única negra da turma, e isso no Rio de Janeiro, onde o negro já se encontra mais assimilado. [...]São esses alguns pontos que faz com que paremos para pensar o problema, até histórico, da discriminação do negro no Brasil. [...]O que eu tenho vivido não é fácil. Quando comecei com meu consultório, muitas vezes chegava alguém com uma indicação e vinha procurar a psicóloga. Assim que eu abria a porta, e a pessoa percebia que era eu mesma que ia atendê-la, que era eu a psicóloga, levava aquele susto, ficava com uma expressão de espanto. Um dado importante: nesses anos todos de consultório, nunca tive um cliente negro. Já na Fundação acontece outro processo. É uma instituição de carentes, tenho um número enorme de negros. Então, vem a questão da proximidade — quando encontram um técnico negro chegam para mim com alívio: 'é uma igual, essa daí vai entender o que passo'”. (CFP, 1984, p. 11).

Edna Maria Santos Roland é uma das principais líderes do movimento negro brasileiro, maranhense, formada pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduada em Psicologia Social pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica/ São Paulo), realizou sua tese sobre o relacionamento entre patroa e empregada doméstica, a partir do qual acabou estabelecendo uma relação orgânica com o Movimento Negro. Fundadora das organizações negras: Bloco Afro Alafiá, em 1984; Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1984; Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 1988; e FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras, em 1997. Em 1998, foi pesquisadora visitante no Harvard Center for Population and Development Studies. Assessorou a Delegação Brasileira à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, em 2001, de que foi eleita Relatora-Geral. Foi indicada pelo Secretário-Geral Kofi Annan, da ONU, para integrar o Grupo de Pessoas Eminentemente encarregadas de monitorar a implementação do Programa de Ação de Durban. Edna fala sobre as relações de raça e classe:

“Acho que o problema da discriminação do negro não seria resolvido se eliminássemos somente as questões econômica e social. A engrenagem da sociedade está montada para manter determinados grupos em certos lugares subalternos. Para pensarmos na possibilidade de mudança da posição social da população negra no Brasil, é preciso pensarmos em termos de mexer com tudo, de uma verdadeira revolução”. (CFP, 1984, p.13).

Gicele Maria de Menezes Alakija é Baiana, formada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1975. Pós-graduada em Psicologia Experimental pela USP, doutoramento também pela USP, sua tese foi sobre creches. Foi professora na Faculdade Brás Cubas – SP, trabalhou em ambulatório de saúde mental. Gicele fala sobre as diferentes experiências raciais em São Paulo e na Bahia:

“Foi em São Paulo, que realmente vivi a problemática da discriminação racial. Na Bahia a questão da cor é mais diluída, existe muita miscigenação e a grande maioria da população é negra. Também lá, minha família é muito conhecida, meu pai é psiquiatra e somos classe média”. (CFP, 1984, p.14).

Neste material do Conselho Federal de Psicologia estão expostos, através de depoimentos, suas histórias de vida pessoal e profissional e a partir de relatos próprios, uma análise da situação do negro no Brasil. São relatadas as discriminações sofridas, os preconceitos, as dificuldades no trabalho, as ideias e posições sobre o racismo, o movimento negro e, principalmente, a trajetória de vida, enquanto mulher, psicóloga e preta (CFP, 1984).

Fora das bases de dados pesquisadas, um segundo material importante de ser destacado é o Trabalho de Conclusão de Curso de Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira, do ano de 2013, cujo objetivo principal foi refletir sobre o impacto do racismo nos processos de subjetivação e saúde mental de mulheres pretas e que as sujeitas da pesquisa são três mulheres pretas psicólogas, que também relatam suas trajetórias. A autora menciona sua motivação ao realizar o estudo: “ao problematizar a Psicologia diante das questões raciais, considereei pertinente dar voz às psicólogas pretas que são poucas, em uma profissão elitista e majoritariamente exercida por mulheres brancas”. (CERQUEIRA, 2013, p.14).

Ao pesquisar os descritores “Psicologia” e “antirracista”, foi encontrado um texto na base de dados SciELO, que se trata de um ensaio de autoria de Edelu Kawahala e Rodrigo Diaz de Vivar y Soler, intitulado “Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon”, onde os autores dissertam sobre a contribuição da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon para a Psicologia Social.

Nas bases LILACS, BVS, PePSIC e na BDTD, nenhum texto que tivessem no título os descritores “Psicologia” e “antirracista” foi encontrado.

Além dos estudos citados, é nítida a escassez de pesquisas cujas participantes sejam psicólogas pretas que questionem a raça/cor da profissão e sua posição no enfrentamento ao racismo. Mas isso não necessariamente significa que esta discussão não esteja sendo feita por

peessoas pretas, “o fato é que nossas vozes, graças ao sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido, ou então representados por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, ou até mesmo em nós.” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Há ausência de resultados nas bases de dados sinaliza a omissão da Psicologia em relação a raça e racismo e também para o apagamento e desqualificação de estudos feitos por e com pessoas pretas que não constam nas referidas bases. Esse processo de apagamento e invisibilização de intelectuais pretas, “em função do racismo do sexismo e da exploração de classe institucionalizados é um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação.” (hooks, 1995, p. 467).

No ano de 2017, o quesito raça/cor passou a ser inserido no cadastro de psicólogos e psicólogas no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP/RJ. Com o reconhecimento da importância da inserção desse quesito para possibilitar intervenções, identificar os pontos críticos e evidenciar as desigualdades raciais. Conforme o documento de referências técnicas para a atuação de psicólogos nas relações raciais:

é crucial, por exemplo, que o quesito cor esteja presente nos formulários, fichas cadastrais das(os) usuárias(os), de modo a poder visualizar o perfil da população atendida, bem como a forma com que as ações alcançam os diferentes grupos raciais. Tal como a variável renda, sexo e idade, a raça/cor é também de grande relevância ao conhecimento do perfil da(o) usuária(o) atendida(o) e suas especificidades, e é elemento essencial ao reconhecimento das desigualdades. (CFP, 2017, p.116).

O Conselho reconhece que é comum que essa informação não seja considerada, no que tange ao preenchimento desse item no cadastro dos usuários, o que pode apontar questões relativas tanto às dificuldades de autodeclaração dos usuários, quanto às informações que o profissional considera relevante e se sente preparado para recolher. O CFP (2017) destaca a necessidade de trabalhar as relações raciais com a equipe, para que ela tenha ciência quanto à importância do quesito cor, bem como das questões que ele faz emergir, como a verificação de desigualdades históricas, bem como o cruzamento do quesito raça/cor com outros dados, tais como gênero, idade e escolaridade, considerando o aumento do acesso ao serviço/melhoria dos resultados. Ao fazer esse movimento, questões significativas podem se manifestar, questões que permaneceriam invisibilizadas caso a raça/cor não fosse levada em consideração.

Mesmo com o reconhecimento da relevância e de todos os desafios enfrentados para o preenchimento do quesito raça-cor, o CFP não possui dados sistematizados em relação aos

profissionais cadastrados. No que se refere aos Conselhos Regionais, cada conselho passou a incluir e analisar a composição racial da categoria de forma própria, principalmente através de comissões e Grupos de Trabalhos específicos dos conselhos voltados às relações raciais. No CRP-RJ, mesmo havendo a informação raça/cor, ainda não há a análise desses dados.

No âmbito do CRP-RJ, com o objetivo de trabalhar as relações de gênero e raça junto às(aos) psicóloga(o)s e estudantes de Psicologia, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Integrado Diversidade de Gênero e Relações Étnico-Raciais. O GT compõe a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), através de um calendário de atividades desenvolve ações na sede e subsedes do CRP-RJ e/ou em outros locais, em parceria com outras instituições ou organizações, bem como pelo apoio a iniciativas da sociedade voltadas para a defesa dos direitos humanos. E insere-se no contexto da luta contra todas as formas de discriminação, reconhecendo que a violação de direitos ocorre inclusive no exercício profissional da Psicologia:

Por ser esta a razão e objetivo deste Grupo de Trabalho é conclamar a categoria a olhar para a especificidade da realidade desses “outros”, os que constituem o grande contingente da população nos serviços públicos. É preciso não esquecer que toda e qualquer forma de opressão e discriminação produz subjetividade. (CRP-RJ, 2016, p.17).

É notável que mesmo de forma tímida a relevância da inclusão do quesito raça/cor tem sido considerada na Psicologia, porém ainda restringindo-se aos usuários/clientes dos serviços, a discussão racial parece ser na maioria das vezes direcionadas aos pacientes, os “outros”, e quando esses outros somos “nós”?

Nesse sentido, o estudo do outro, a tematização da raça/cor de pessoas negras, sem o protagonismo dessas pessoas nas discussões, temos o que Guerreiro Ramos (1995, p. 191) chamou de “negro como tema”. De acordo com o autor, com Nina Rodrigues funda-se propriamente a corrente Brasileira de estudos sociológicos e antropológicos tendo por tema o negro. “Nina Rodrigues era racista e a reação contra seu biologicismo foi iniciada quando ele ainda vivia, isto é, em 1902.” (RAMOS 1995, p. 187).

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos" e "sociólogos" ponto como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem permitido as condições

particulares da sociedade brasileira. Uma coisa é o negro- tema; outra, o negro vida. (RAMOS, 1995, p. 115).

Ao compreender as estratégias de (re)existências de psicólogas pretas, indico também o rompimento com as narrativas que digam sobre o negro-tema ou o tema do negro. Me interessa os modos de vida, o existir e a construção das humanidades de pessoas pretas, a partir de suas próprias experiências. Entendemos que apesar das diversas tentativas de desumanização/coisificação, há o movimento de construção de outras formas de ser e estar no mundo.

2 NARRATIVAS DE DESUMANIZAÇÃO E DE (RE)EXISTÊNCIAS DE MULHERES PRETAS

De acordo com a lógica ocidental, estamos diante de um povo sem humanidade, logo estamos diante de um povo incapaz de pensar, agir historicamente, sem subjetividades. Em virtude desta não-humanidade imposta, desse não-lugar em que se encontram as pessoas pretas, faz-se relevante usar o conceito de *humanidades* para pensar as construções históricas de mulheres pretas e suas lutas.

Grande parte da história ocidental europeia nos condiciona a ver as diferenças humanas como oposições simplistas: dominante/subordinado, bom mau, em cima embaixo, superior inferior. Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não é necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado à sentido dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo é formado por pessoas negras e do terceiro mundo, pela classe trabalhadora, pelos idosos e pelas mulheres. (LORDE, 2019, p.141).

Entende-se que o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2003). No Brasil, a raça branca tem poder e dominação política e é considerada essencialmente superior, enquanto as raças não brancas são consideradas essencialmente inferiores, desviantes e merecedoras de desigualdades, além de serem alvo de humilhação social e genocídio.

Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por Excelência. (RAMOS, 1995, p.1920).

Bairros (1995) destaca que para pessoas pretas, além de questionar a construção social da raça, é necessário questionar também a sustentação do patriarcado, não apenas porque a dominação patriarcal corrobora relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e íntima, mas também porque o patriarcado se sustenta em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo: a crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridades.

Além do patriarcado, outro braço do racismo é o epistemicídio, teorizado principalmente por Sueli Carneiro. O epistemicídio pode ser considerado como a imposição e valorização de um conjunto de conhecimentos, eurocêntricos, brancos, masculinos, que então passa a ser hegemônico e visto como universal, enquanto outros conjuntos de conhecimentos são invisibilizados, discriminados e desqualificados (CARNEIRO, 2011), ou até mesmo absorvidos, apropriados, roubados e utilizados como se fossem criados por pessoas brancas.

É a partir do epistemicídio que se concretiza a invisibilidade dos conhecimentos africanos, pois a concretização desse conceito só é possível a partir do racismo construído nas diferentes rotas coloniais. Está no processo de colonização a arma letal que neutraliza a humanidade dos povos africanos. É na colonização que os seres africanos passam a não existirem como sujeitos humanos e históricos, caracterizando sua invisibilidade e morte epistêmica. (PONTES, 2017, p.47).

As mulheres pretas, independente do seu local de nascimento, possuem uma unidade que as liga a África. Da mesma forma, compartilham das opressões e condição de não humanidade, impostas pelo colonialismo, com os homens negros (HUDSON-WEEMS, 2012). Contudo, é necessário perceber as especificidades das pessoas do sexo/ gênero feminino e as diferenças em ser mulher, considerando as condições de classe, sexualidade, geração etc.

A percepção das especificidades das mulheres pretas só se torna possível a partir do processo de descolonização do pensamento evidenciado por Fanon (1980). Pois, nas perspectivas ocidentais, a tendência é de construir um padrão de sujeito, onde todos/as aqueles/as que não se encaixam nesse padrão são considerados menos humanos. Segundo o autor, o branco é imposto como o humano universal, e o negro vive um processo constante de desumanização. Para se tornar humano, deve negar sua negritude e desejar ser branco, ou seja, viver de acordo com os padrões sociais da branquitude. (FANON, 2008).

Embora perseverem as narrativas-práticas de desumanização de pessoas pretas, os movimentos contrários - de resgate histórico e da autoestima - também são potentes. Para Bairros (2000), o branqueamento absoluto não se concretiza totalmente por causa da ação destas organizações pretas, que com muita luta constroem ações políticas e culturais que abordam as diferentes formas da experiência de ser negro.

O Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 por um grupo liderado por Abdias Nascimento, é, no Brasil, a manifestação “mais consciente e espetacular da nova fase caracterizada pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de

dissertações "antropológicas" e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor.” (RAMOS, 1995, p. 205).

Resgatar a cultura africana por meio do canto, da dança e da espiritualidade foi fundamental na preservação da saúde mental dos africanos. As fugas e construções de quilombos garantiram o restabelecimento do senso de identidade e de coletividade permitindo que, por piores que fossem as condições de vida, muitos sobrevivessem e inscrevessem em terras brasileiras as heranças culturais da África. (VEIGA, 2019, p. 245).

A demanda por novas formas de compreensão das humanidades pretas é latente: “precisamos de uma estrutura que nos possibilite examinar o que significa ser o que somos, e que ao mesmo tempo nos encoraja a perceber o que queremos nos tornar”. (BAKARE-YUSUF, 2003). Atualmente, percebemos um movimento crescente e consistente de pessoas pretas que ecoam a voz da autora nigeriana Bibi Bakare Yusuf, na busca de compreender seus processos humanos, os efeitos do racismo em suas construções humanitárias e suas potencialidades enquanto sujeitos na coletividade.

Jurema Werneck (2010), ao discorrer sobre o movimento de mulheres pretas, afirma que a identidade política deste movimento é construída a partir da reivindicação do passado histórico de luta em comum. A autora é orientada pela compreensão de que as mulheres pretas, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravização, expropriação colonial e da modernidade racista.

A autora assevera que a organização política para as mulheres pretas é imprescindível, uma vez que o enfrentamento coletivo ao racismo é fundamental e prioritário, pois se constitui no principal fator de produção de desigualdades entre mulheres e homens e também entre mulheres (WERNECK, 2010) – desigualdades estas realçadas pelo sexismo e pela heteronormatividade. Vânia Bonfim compreende que raça e gênero são categorias relacionais indissolúveis, pois “não se pode ser homem ou branco, mulher ou preta, homem ou negro, mulher ou branca, já que são atributos físicos ostentavelmente anunciados e, de forma conjunta, interpretados socialmente.” (BONFIM, 2009, p. 221). Desse modo, entende-se que as vulnerabilidades a que são submetidas as pessoas pretas são diferentes em comparação às vividas por pessoas brancas, devido ao racismo e a todas as desigualdades históricas impostas

a partir do colonialismo às comunidades pretas. Essas desigualdades irão ser constitutivas no processo de produção de subjetividades pretas.

Uma das principais acusações dos movimentos de mulheres pretas levantadas contra o feminismo Ocidental branco é que ele não considera as diferenças de raça, classe e culturas. De modo contrário, impõe experiências e estruturas históricas para outras sociedades e culturas. (BAKARE-YUSUF, 2003). Por isso, essas teorias não se sustentam na maioria das vezes em outros contextos não-ocidentais, não brancos e não favorecidos social e economicamente, pois desconsideram as vivências diferentes de outras mulheres como legítimas.

Bonfim contextualiza as diferentes condições das mulheres pretas no Brasil e nas sociedades africanas tradicionais:

A pertinência da articulação entre categorias sociais raça e gênero na análise de desigualdades sociais, assumindo implicação do racismo e sexismo na forma de “Consciências históricas”. Intimamente interligados no curso da história, essas consciências históricas vêm produzindo múltiplas espécies de exclusões, hegemonias, subalternização e resistências. Sugiro que a condição de escravizada ou subalternizada a que a mulher preta esteve submetida nos últimos séculos da história brasileira no contexto social misógino e da estigmatização racial sobrepõe-se à memória histórica da mulher como protagonista nas sociedades africanas tradicionais. (BONFIM, 2009, p.219).

Além de apontar as categorias raça e gênero enquanto indissociáveis, ou seja, gênero é constituído pela raça e a raça é constituída pelo gênero, a autora considera a construção da identidade das mulheres pretas como contraditória, haja vista o processo colonial. Bonfim (2009) destaca que as trajetórias de mulheres pretas antecedem o marco da escravização racial do século XV. No continente Africano essas mulheres ocupavam um lugar sagrado, de autonomia econômica e política na matriz civilizatória africana, entrando em contradição existencial a partir do violento processo de subalternização produzido por homens e mulheres brancas que as colocaram no lugar de objeto sexual e de labor.

Pelo desconhecimento do local de líderes comunitárias e espirituais que exercem as pessoas pretas nas sociedades tradicionais africanas, é difícil dar notoriedade a propostas que fujam da narrativa do colonizador, onde a existência preta é vista única e exclusivamente em relação a escravização e ao sofrimento.

Diante do exposto, me questiono como são constituídas as humanidades de mulheres pretas nascidas no Brasil, onde configuram a maioria da população, porém a minoria nos espaços de poder, onde são as maiores vítimas de feminicídio, onde o ingresso no ensino

superior tem aumentado, mas continuam apresentando os maiores índices de analfabetismo (IBGE, 2018; LIMA, 1995). Esse cenário exige mobilização permanente e ações diretas, uma vez que representam confrontos a ameaças reais e palpáveis à sobrevivência física, material e simbólica de mulheres pretas.

A fala torna-se narrativa no momento em que paramos para pensar e refletir sobre ela. Devemos reflexionar sobre que efeitos construir a narrativa de suas próprias histórias tem para essas mulheres, às quais o direito à própria história é sempre foi negado. Em que profundidade seria diferente narrar sua trajetória para uma pesquisadora também preta? Qual a importância da fala e da escuta para as mulheres pretas? Quais dimensões envolve compartilhar suas vivências na coletividade? Neusa Souza (1983, p. 17) afirma que um modo de “exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”. Ao pensar e falar sobre si, em alguma medida, limita o poder do outro de nomear-te.

Mbembe (2018) afirma que para a construção das humanidades pretas é necessário um resgate dos laços que foram rompidos, uma reparação das histórias que foram cortadas, pois:

o que temos em comum é o desejo de ser, cada um do seu jeito, seres humanos por inteiro. Esse desejo de plenitude de humanidade é algo que todos nós compartilhamos [...] este mundo é tudo que existe e tudo que nós temos. Para construir esse mundo que nos é comum, será preciso restituir àqueles e àquelas que foram submetidos de processos de abstração e de coisificação na história a parte de humanidade que lhes foi roubada. (MBEMBE, 2018, p. 313).

Diferentes frentes de lutas empreendidas por mulheres pretas, quer seja no interior dos movimentos sociais, nas ruas, ou nos grupos formados nas redes sociais. Estas movimentações expressam o desejo de resgate de humanidade apontado por Mbembe, e a busca pela restituição e reparação histórica dos atravessamentos que a desumanização possui nas vidas de pessoas pretas.

Nos últimos anos percebemos o interesse crescente de pesquisas acadêmicas sobre o movimento de mulheres, assim como a divulgação de ideias, reflexões e experiências sobre o movimento de mulheres em diferentes mídias. Quando esse interesse é voltado especificamente para a articulação política das mulheres pretas, geralmente, está relacionado ao protagonismo que essas mulheres exercem nos diferentes aspectos da vida social. (FIGUEIREDO, 2018).

Werneck (2010) aposta na restituição do papel de mulheres pretas como elo importante na construção da diáspora brasileira. A autora também pensa sobre a resistência de pessoas pretas como um imperativo de sobrevivência, pois as formas de organizativas de mulheres pretas tiveram um importante papel nas ações de resistência à escravização no Brasil. Nesse

sentido, (re)existir para pessoas pretas possui o sentido de estar sempre atualizando e reinventando a própria existência diante da lógica colonial (ALVES & AMARAL, 2018).

Ana Lúcia Souza expõe em sua pesquisa as formas de (re)existência de pessoas do movimento Hip Hop, utiliza o termo *Letramento de Reexistência*, que para ela é:

uma reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não. Para os rappers, a educação e a posse da palavra são marcadas pelo esforço de reconhecimento de si, desafiando, de diferentes maneiras e em diferentes formatos, a sujeição oficialmente imposta, ainda materializada no racismo, nos preconceitos e discriminações. (SOUZA, 2009, p. 33).

A arte sempre foi constitutiva nas formas de resistências do povo preto, seja através do samba, rap, jazz, blues, ou do grafitti. Diante de diversas formas de desumanização o rap nos humanizou, o rap diz para menino preto que ele pode chorar e para menina preta que ela pode sonhar. Uma geração educada pelo rap hoje o utiliza como instrumento de emancipação.

Souza (2009) aposta na singularidade das micro resistências cotidianas que não são significadas apenas no seu conteúdo, mas na linguagem, na fala, nos gestos, nas roupas, nas formas de dizer, o que remete tanto a natureza dialógica da linguagem como também as proposições dos estudos culturais que revelam “que as identidades sociais estão sempre em construção, se dão de forma tensa e contraditória, própria de situações em que se está em disputas por lugares socialmente legitimados” (p. 33).

Ao falar sobre resistências, diante de tanta opressão sofrida, podemos incorrer no erro de dar interpretações para a romantização das opressões. No entanto, este não é um exercício romântico, mas o reconhecimento de uma relação complexa entre a opressão e o que ela pode suscitar no oprimido, inclusive em suas diversas reações. “Estar à margem é tanto, estar num local de repressão quanto local de resistência, ambos os locais estão sempre presentes porque onde há opressão, há resistência. Em outras palavras, a opressão forma condições de existência.” (KILOMBA, 2019, p. 68-69). Consideramos que a mulher preta é a potência de produção de vida a todo instante, constituindo uma dobra nos processos de violências (LIMA, 2017).

Com o propósito de compreender tais vivências de mulheres pretas, a interseccionalidade caracteriza-se como um conceito/ação chave, que busca compreender a forma pela qual racismo, patriarcalismo e opressão de classe criam desigualdades básicas que

estruturam as relações de gênero, raça, classe e outras. A interseccionalidade pode ser entendida como a interação dinâmica entre dois ou mais eixos de subordinação. (CRENSHAW, 2002).

Além da prática, este conceito tem dado aporte teórico à muitas feministas e estudiosas de raça, gênero, classe e sexualidade que se propõem a entender as opressões que sofrem as mulheres, de forma não fragmentada ou hierárquica, mas sim relacionais e interdependentes.

Neste sentido, interseccionalidade constitui-se em uma ferramenta teórica-conceitual fundamental para ativistas e teóricas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais-institucionais. (RODRIGUES, 2013).

Para Akotirene (2018), a interseccionalidade nos auxilia a compreender a inseparabilidade estrutural do racismo, cisheteropatriarcado, capitalismo e as articulações decorrentes desses sistemas, que imbricados repetidas vezes colocam as mulheres pretas mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. A autora alerta também para o esvaziamento do termo, uma vez que para falar sobre interseccionalidades é necessário trabalhar o paradigma afrocêntrico, a origem das opressões, o fundamento e propostas epistemológicas de mulheres pretas.

Os processos coloniais e imperiais que escravizaram, desumanizaram e exterminam material e epistemologicamente mulheres pretas estão na base da formulação das interseccionalidades. As narrativas afrodiaspóricas de suas próprias histórias são fundantes para o entendimento de processos de humanização a partir das interseccionalidades.

Com base no pensamento de intelectuais pretas, a contribuição das experiências pessoais corrobora para o desenvolvimento das teorias e práticas. E assim, historicamente, a perspectiva em primeira pessoa é fundamental para a construção de novas epistemologias, novas histórias. A epistemologia, no entendimento de Patrícia Hill Collins (2019), indica como as relações de poder determinam em quem você acredita e por quê.

Como discorre Collins (2019, p. 408), “muitas de nós mulheres pretas, somos vistas como testemunhas não confiáveis da nossa própria experiência. Assim, acadêmicas pretas que optam por acreditar em outras mulheres pretas podem ser vistas como suspeitas”. Diversas são as acusações em relação a nossa forma de produzir conhecimentos. Janaina Damaceno Gomes (2013) resgata as acusações às mulheres nas ciências sociais de serem bruxas, especialmente a Virgínia Bicudo, que foi chamada publicamente de Charlatã. A autora relaciona os acusamentos de bruxaria com as denúncias de “militância” feitas por docentes contra estudantes negros:

Contra estudantes negros, a acusação de bruxaria mais recorrente entre nós é a de militante! Sempre haverá um professor em alguma banca com o dedo em riste para acusar: “Bruxo!”, “Militante!”. Dá no mesmo. É um jeito delicado de dizer que não fazemos ciência, de que não nos distanciamos de nossos objetos! “Bruxa!” (GOMES, 2013, p. 60).

Mudam-se o tempo e o contexto e as acusações se reformulam, mas permanecem, contra aquelas que estão em posições que desafiam a manutenção do saber-poder masculina, branca e burguesa. Sabemos que o problema não está somente em nossas metodologias, teorizações ou práticas de pesquisas, tampouco em termos ou não engajamento em movimentos sociais. Está na nossa cor, em sermos mulheres pretas, em sermos cotistas, em não correspondermos às normas sociais de acadêmicas, pesquisadoras, psicanalistas, psicólogas, médicas, professoras, advogadas, e/ou qualquer profissão/ocupação que não seja dedicada exclusivamente a servir à branquitude.

bell hooks (2013) destaca que até as pessoas brancas que se consideram mais progressistas esperam sempre receber algum serviço de pessoas pretas, nem que seja um conhecimento sobre racismo. As mulheres pretas são colocadas na posição de quem atende aos desejos de mulheres brancas de saber mais sobre raça e racismo, de se “desconstruir”.

Matilde Ribeiro (1995) faz um chamado a todas as mulheres para a construção de uma outra história. Ela chama a atenção para que se perceba a forma secundarizada com que o caráter das opressões que incidem sobre mulheres pretas e suas organizações foi tratado pelos movimentos negros e feministas. A autora destaca a diferença das experiências e reivindicações de feministas brancas para feministas pretas, pois “falava-se na necessidade de a mulher pensar o próprio prazer, conhecer o corpo, mas reservava-se à mulher pobre preta, em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d’água”! (RIBEIRO, 1995, p.448).

Diante de todas desigualdades sociais que o racismo coloca para as pessoas pretas, a luta por subsídios materiais é necessária e digna. Porém, diversas violências são reproduzidas quando se limitam as reivindicações de pessoas pretas e pobres a coisas materiais.

Percebemos que mesmo nos movimentos feministas a mulher preta e pobre é vista através de estereótipos, e seus sonhos não são considerados. A mulher preta não pode pensar para além da sua subsistência. Somadas aos estereótipos, todas as desigualdades a que a população preta está submetida, no imaginário social, ainda não se espera que a mulher preta esteja ou planeje estar presente em profissões elitizadas e brancas, como a Psicologia.

O processo de desumanização na Psicologia apresenta-se com a negação da relevância de pessoas pretas na sua construção, ou no branqueamento daqueles/as em que a participação para a consolidação desta ciência e profissão foi inegável.

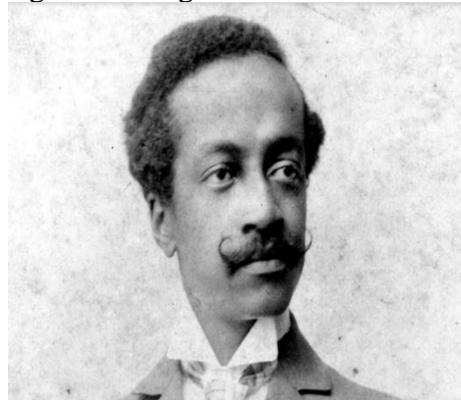
2.1 Presença Preta na Psicologia

Para pensar a presença preta na Psicologia é necessário questionar de que forma a Psicologia como ciência e profissão tem se posicionado frente às relações étnico-raciais, assim como em relação à constituição racial da profissão. A Psicologia nasce como ciência no final do século XIX (mesmo que os discursos psicológicos tenham surgido antes), com a Europa tida como berço, emana no Brasil em 1962 em um contexto onde as políticas de branqueamento eram ainda mais presentes e a academia dava suporte para o racismo científico, estando fortemente amparada no eurocentrismo e nos mitos em relação à mestiçagem.

Antes mesmo da oficialização da Psiquiatria e Psicologia no Brasil, um psiquiatra e uma psicanalista preta contribuíram com discursos contra-hegemônicos na área psi no país. São eles Juliano Moreira e Virgínia Bicudo.

Juliano Moreira (1873-1933)

Figura 2- Imagem de Juliano Moreira



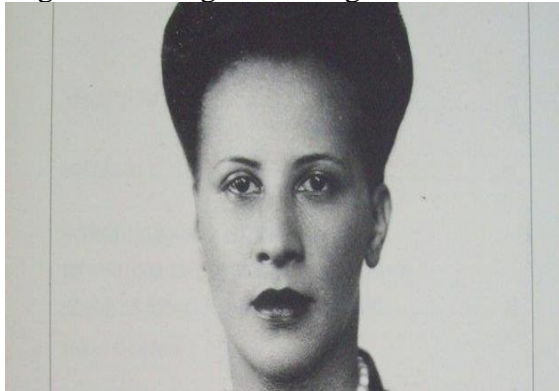
Fonte: reproduzida da Internet

Juliano Moreira foi um psiquiatra baiano, nascido em Salvador. É considerado como fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. Negro, de família pobre, extremamente precoce, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891)

com a tese "*Sífilis maligna precoce*". Para ele, na luta contra as degenerações nervosas e mentais, os inimigos a combater seriam o alcoolismo, a sífilis, as verminoses, as condições sanitárias e educacionais adversas, enfim; “o trabalho de higienização mental dos povos, disse ele, não deveria ser afetado por ridículos preconceitos de cores ou castas” (ODA; DALGALARRONDO, 2000, p. 178).

Virgínia Leone Bicudo (1910-2003)

Figura 3 – Imagem de Virgínia Bicudo



Fonte: reproduzida da Internet

Virgínia Bicudo nasceu no bairro da Luz em São Paulo de 1910, embora sempre gostasse de dizer que tinha nascido em 1915! Foi a única mulher a obter o bacharelado em Ciências Políticas e Sociais em 1938, na recém fundada Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), onde ingressou em 1936, por considerar um lugar menos elitista que a Universidade de São Paulo. Anos mais tarde desistiria da profissão de socióloga e se tornaria psicanalista, já acreditando que a sociologia não seria capaz de compreender e resolver as suas angústias. Em maio de 1945, sob a orientação de Donald Pierson, defende a tese de mestrado “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, pertencendo à primeira turma de pós-graduação em Ciências Sociais de todo o Brasil. A incursão via psicanálise e Psicologia social poderia colocar os estudos sobre o negro em outros níveis: ela poderia dar uma resposta mais direta à questão ao mostrar como o preconceito racial opera na vida psíquica das pessoas, e o impacto do sentimento de inferioridade no cotidiano. (GOMES, 2013).

A partir da década de 1980 o racismo passa a ser compreendido dentro da Psicologia não apenas como um fenômeno social a ser estudado, mas sim como um fenômeno ligado às relações de poder estruturais de nossa sociedade e, portanto, demanda comprometimento ético-

político ligado aos direitos humanos e à luta antirracista. Podemos, assim, dizer que é a partir do olhar do negro para a Psicologia, e não mais da Psicologia em relação ao negro como objeto, que a Psicologia Social brasileira passa a se comprometer de fato com o combate ao racismo (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

O levantamento bibliográfico feito no ano de 2014 por Sônia Lages sobre pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da população negra aponta a escassez nas pesquisas e estudos da psicologia social no que se refere à saúde da população negra no Brasil. No Banco de Teses da Capes, não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, apenas duas foram encontradas, e na Rede SciELO, somente três artigos. Os temas foram variados, sem nenhuma área de concentração: qualidade de vida; percepção de médicos sobre desigualdades socioculturais; religião; estresse e racismo; políticas públicas em saúde; desigualdades na saúde pública (LAGES, 2014).

Foi nos Programas de Pós-graduação em Ciências Médicas, Enfermagem e Saúde Coletiva (com recorte na área de humanas e social) que foi localizado pela pesquisadora um maior número de estudos, recebendo destaque a anemia falciforme; e importante dizer que essas pesquisas foram realizadas a partir de 2004, apesar do Programa Anemia Falciforme (PAF), do governo federal, ter sido implantado em 1995. É que este programa só recebeu atenção de alguns municípios, a partir do ano 2000, pela pressão que receberam por parte do movimento social negro.

Esses dados interpelam a psicologia social crítica das relações sociais no Brasil, quanto à necessidade de maior investimento desta área do conhecimento em pesquisas que possam dar visibilidade a uma série de questões que envolvem a saúde da população negra, abrangendo: o racismo como determinante da saúde; os efeitos psicossociais do racismo; a saúde da mulher negra; as relações de gênero; a saúde da população negra e políticas públicas; as consequências psicossociais da anemia falciforme; o descaso do Estado quanto às doenças que mais atingem a população negra, dentre outros (LAGES, 2014, p.8).

A psicologia social, a partir da sua vertente social crítica, tem o compromisso de dar visibilidade às desigualdades sociais, às ideologias que estigmatizam e oprimem as minorias, e de construir um conhecimento que possibilite sua articulação com as políticas públicas, levantando as prioridades, denunciando as violações dos direitos humanos em todos os campos de atuação do ser humano. As doenças que afetam a população negra não podem ser desvinculadas da realidade social em que vivem, e esta causa danos à construção de sua

identidade e subjetividade, mesmo aquelas com raiz genética, como a anemia falciforme. O descaso do próprio Ministério da Saúde, do SUS, e dos centros de saúde quanto a essa doença, e à saúde da população negra, de forma geral, tem sido relatado pelos pesquisadores e pelo movimento social negro. Nesse sentido, ela ultrapassa a esfera individual e se coloca como um problema político.

Nas últimas décadas, setores da academia e das entidades de classe, a partir do conhecimento histórico racista da Psicologia, lançaram tentativas de reverter o prejuízo e enfrentar o racismo. Ressalta-se a influência das pressões e contribuições do movimento negro, em especial de psicólogos e psicólogas pretas coletivamente organizadas (PRESTES, 2013). Sem tais pressões, a Psicologia continuaria sem tentar compreender as relações raciais.

Nesse sentido além de estudiosas, pesquisadoras no campo Psi, trago também algumas organizações, coletivos pretos no âmbito da Psicologia que estão produzindo tensionamentos e outras formas de saber-fazer. O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), a Amma Psique e Negritude e o Sankofa Instituto de Psicologia são exemplos dessas organizações que produzem estudos, pesquisas e outras práticas em Psicologia com o foco no enfrentamento ao racismo e no bem viver da população negra.

CEERT- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

Figura 4 - Logo CEERT



Fonte: Site CEERT

Dentre outras entidades compostas por psicólogos(os) pretas(os) que desenvolvem ações, metodologias para a identificação e enfrentamento do racismo institucional. Criado em 1990, o CEERT é uma Organização Não Governamental (ONG) que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. É

composto por juristas, educadores, sociólogos, assistentes sociais e gestores de pessoal, os quais fazem diagnósticos, elaboram e implementam programas de promoção da igualdade racial em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos. Foi fundado por três pessoas pretas, entre elas a psicóloga e atual coordenadora, Maria Aparecida da Silva Bento⁴.

Maria Aparecida Bento, em colaboração com Iray Carone, em 2001 organizaram o livro “Psicologia Social do Racismo estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil”. Esta obra tornou-se referência para a compreensão de práticas e atitudes de branqueamento no país e sobre o entendimento da construção racial da branquitude, pois são abordados os aspectos importantes da branquitude, tais como o medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro, os pactos narcísicos entre os brancos e as conexões possíveis entre ascensão preta e branqueamento.

Instituto AMMA Psique e Negritude⁵.

Figura 5 - Logo Instituto AMMA Psique e Negritude



Fonte: Site AMMA Psique e Negritude

AMMA é uma ONG cuja atuação é pautada pela convicção de que o enfrentamento do Racismo, da Discriminação e do Preconceito se faz necessariamente por duas vias: política e psiquicamente. Foi fundado em 1995 por um grupo de psicólogas, ativistas, comprometidas e familiarizadas com o enfrentamento político. Desde então, o instituto tem buscado, por meio de formação e prática clínica, identificar, elaborar e desconstruir o racismo e seus efeitos psicossociais. Tem como diretora-presidente a psicóloga e psicoterapeuta Maria Lúcia da Silva.

Entre as atividades da ONG está a realização de oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional; ciclos formativos sobre os efeitos psicossociais do racismo; assessoria para grupos, instituições, organizações governamentais e não-governamentais, profissionais das áreas de saúde e educação e grupos temáticos de discussão e de vivência.⁶

⁴ Informações sobre o CEERT <<https://ceert.org.br>>

⁵ Informações sobre: <<http://www.ammapsique.org.br>>

⁶ Informações sobre: <<http://www.ammapsique.org.br>>

Instituto Sankofa de Psicologia

Figura 6 - Logo Instituto Sankofa de Psicologia



Fonte: Site Instituto SANKOFA

O Instituto Sankofa é uma instituição mais em Psicologia, tem como lema “Sankofa Psicologia: suas raízes, seu poder”. Sankofa, é um Símbolo Adinkra, um pássaro que voa à frente olhando para trás. Ele simboliza a sabedoria de avançar para frente sem esquecer de nosso passado, de nossas raízes. O Sankofa tem como nascente as ideias e ações da psicóloga preta Roberta Maria Federico, que tem atuação nas áreas clínica e escolar. Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberta também é especialista em Terapia de Família. Em 2014 ela defendeu a dissertação “Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção acadêmica brasileira”. Fundadora do projeto Sankofa Instituto de Psicologia e pesquisadora autônoma em Psicologia Africana, Roberta é professora do Curso Ubuntu – Educação em Base Africana, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, e também é membro da ABPsi – *The Association of Black Psychologists* desde 2010, tendo participado do Comitê de Relações Internacionais em 2011. O projeto busca visibilizar outras matrizes culturais que formam a sociedade brasileira, em especial a negra, além da importância de estar atento aos impactos do racismo na saúde mental da população negra. Sankofa Instituto de Psicologia é uma instituição voltada para a prática clínica e a formação teórico/vivencial no campo da Psicologia, saúde mental e bem estar. Tem como referência a Psicologia Africana, tanto na prática clínica quanto nas atividades de ensino e pesquisa neste assunto, buscando sempre a qualidade de acolhimento e atendimento dos pacientes. É uma

instituição que apoia e fornece ferramentas para a emancipação psíquica e emocional da população de ascendência africana no Brasil⁷.

A partir das contribuições dessas psicólogas pretas e dessas organizações, algumas tensões são feitas na construção e atuação da Psicologia e no enfrentamento ao racismo. No entanto, a nível de formação institucional, algumas barreiras são impostas.

Atualmente, no que tange os cursos de Psicologia em universidades públicas, eles são planejados e ofertados em turno integral ou diurno, dificultando o ingresso de pessoas que necessitam trabalhar para a manutenção da própria formação, especialmente de pessoas pretas. A Psicologia foi - e ainda é - considerada um *lócus* da branquitude, um campo profissional potencializador do processo de desumanização e inferiorização de pessoas pretas, no momento em que nega e exclui suas epistemologias e reproduz o modelo ocidental de ser e estar no mundo enquanto padrão de normalidade.

É de extrema importância compreender que mesmo que as universidades não reflitam o perfil racial da sociedade brasileira, nos últimos anos, principalmente com as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, como o as políticas de ações afirmativas, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para todos (PROUni), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), houve uma mudança no perfil do estudante universitário. E essa mudança causa impacto significativo nas discussões feitas em sala de aula, nos temas de Trabalho de Conclusão de Curso e também nos projetos de pesquisa, ensino e extensão. Aqueles conhecimentos que tratavam de um sujeito deslocado da realidade, neutro, sem pertencimento étnico-racial, assexuado, sem gênero, não são mais suficientes. E reivindicações para que as ementas das disciplinas obrigatórias tenham tais discussões como transversais são feitas pelos Coletivos de estudantes Negros, Coletivos feministas, pelos Diretórios e Centros Acadêmicos, entre outras organizações estudantis.

Os coletivos de estudantes pretos/as fazem o tensionamento da Psicologia desde a formação na graduação, alguns exemplos desses movimentos de estudantes na Psicologia são o Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, o Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos e o Coletivo Psicopreta:

Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo⁸

⁷ Informações sobre o Instituto Sankofa: <<https://sankofapsicologia.wordpress.com/>>

⁸ Imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/col.preto.virginiabicudo>>

Figura 7 - Logo Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo



Fonte: Facebook Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo

Formado no ano de 2017 por estudantes de Psicologia da UFRJ, o coletivo homenageia Virginia Bicudo e se apresenta em uma Carta Aberta ao corpo discente, docente e técnico do Instituto de Psicologia da UFRJ onde diz que o coletivo surge na tentativa de ser um espaço de acolhimento para as questões da negritude e racializar o estudo da psicologia, buscando em referenciais não-hegemônicos um novo modo de se pensar este campo do conhecimento.

Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos

Figura 8 - Logo Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos



9

Fonte: Facebook Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos

Coletivo de pessoas pretas, criado na Faculdade de Psicologia da UERJ no ano de 2015, o nome do coletivo homenageia Neusa Santos, como forma de dar visibilidade a existência e contribuição da psiquiatra e psicanalista preta ao campo Psi. O coletivo inaugurou no ano de

⁹ Imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/CNPNEUSA/>>

2019 a sala “Dra. Maria Aparecida Bento”, uma forma de referenciar e homenagear esta psicóloga preta em vida.

Coletivo Psicopreta – Coletivo de Estudantes Negrxs de Psicologia da UFRGS.

Figura 9 - Logo Coletivo Psicopreta



Fonte: Facebook Coletivo Psicopreta

É um coletivo de alunas/os negras/os do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que nasceu em 2016, na ocupação do Instituto de Psicologia da UFRGS. O Psicopreta passou a ser pensado de forma mais sistemática por estudantes da graduação como resposta a situações de racismo vivenciadas pelas/os alunas/os na própria ocupação, em sala de aula, nos grupos de pesquisa e extensão, ou seja, nos mais diversos âmbitos universitários. Em 2018, com o advento das ações afirmativas na pós-graduação e após a morte do único professor negro que o Instituto de Psicologia tivera, as/os estudantes da primeira turma com cotas de mestrado em Psicologia Social e Institucional passaram a integrar o Coletivo. Desde então, o Coletivo Psicopreta conta com representantes da graduação e pós-graduação¹¹.

Mesmo com as atuações dos movimentos negros, o Sistema Conselhos da Psicologia demorou a abraçar a causa.

Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma psiquiátrica e Luta Antimanicomial 74 e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de

¹⁰ imagem e informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/psicopreta>

¹¹ Imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/psicopreta>>

Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000 que incorporou a discussão sobre racismo e igualdade racial (CFP, 2017).

Neste contexto, a Psicologia possui dados importantes para as teorias de gênero/sexo, pois é uma profissão exercida predominantemente por mulheres, totalizando 84,7% de profissionais (CFP, 2018). Porém, poucos questionamentos e discussões são feitos sobre a raça/cor dessas psicólogas. Nos últimos dados do CFP, 67% das psicólogas brasileiras entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca, 28% se declararam negras (pretas e pardas), 3% amarela e 1% indígenas (LHULLIER; ROSLINDO, 2013), estando esses dados em contraste com o perfil da população brasileira, onde a maioria da população é negra, representada por 55,4%¹² (IBGE, 2018). Sendo assim, fica evidente que a Psicologia se caracteriza por ser também uma profissão majoritariamente branca.

Diante dessa desigualdade estrutural, a Psicologia brasileira dentro da sua especificidade, tanto na prática quanto na produção de conhecimento, deveria possuir a responsabilidade de contribuir ativamente para a compreensão dos efeitos psicossociais do racismo sobre a população preta.

O CFP, através da resolução de nº 018/2002, estabeleceu normas de atuação para os psicólogos e psicólogas em relação ao preconceito e à discriminação racial, a partir da campanha “o preconceito racial humilha e a humilhação faz sofrer”. Esta resolução resolve que:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial. (CFP, 2002)

¹² Composta por 46,8% de pessoas pardas e 8,6% de pretas.

A simples existência dessa resolução, não foi suficiente para que os profissionais passassem a se posicionar enquanto antirracistas, tampouco que reconhecessem o racismo como fonte de sofrimento psíquico. Com a pouca visibilidade dos estudos sobre raça e racismo, no que diz respeito ao âmbito da Psicologia muitos desserviços são feitos, e produção de violências, contrário a própria resolução, o que ressalta a entrevista de Arraes :

“A psicóloga ficou visivelmente impaciente e desconfortável e me perguntou se eu achava mesmo que racismo ainda existia nos tempos de hoje”, relata Lopes. “Saí de lá arrasada, estava pagando muito caro por cada consulta e nunca imaginei que uma profissional fosse questionar a veracidade do meu sofrimento, do racismo, daquela forma. Nunca mais voltei a procurar terapia, hoje ainda luto contra a depressão e apenas faço uso de medicamentos”, completa. (ARRAES, 2015, não p.)

No I Encontro Nacional de Psicólogos/as Negros/as e Pesquisadores/as sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP), em 2010, os/as participantes elaboraram uma carta aberta, a Carta de São Paulo, em que apontavam o desinteresse da Psicologia brasileira pelas relações raciais, e ressaltam que suas práticas atuais demonstram omissão frente aos aspectos subjetivos decorrentes dos mecanismos de violência sistemática operada pelo racismo.

Ressalta-se a importância do envolvimento da Psicologia no campo político, profissional e acadêmico para a superação da sua condição racista e elitista e a sua responsabilidade ética na produção de conhecimento sobre os impactos do racismo sobre as dimensões psíquicas e sociais de homens e mulheres negros/as. Assim, é imprescindível fomentar as discussões sobre raça dentro da Psicologia brasileira, pela pouca produção de trabalhos na área científica e como forma de contribuir para uma maior visibilidade e reflexão dos efeitos psicossociais do racismo como fatores de sofrimento psíquico.

Em 2016 foi produzido o documentário “Histórias da Psicologia e Relações étnicas raciais”, do projeto Memória da Psicologia do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, onde é feito um resgate de momentos históricos sobre a atuação de psicólogos em relação às relações raciais, assim como a inserção das discussões sobre raça e racismo no sistema conselhos e posicionamento da Psicologia brasileira frente às questões envolvendo pretos e indígenas.

No ano de 2017, o Conselho Federal de Psicologia apresenta à categoria e à sociedade o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o), elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

(CREPOP). Este documento foi considerado como uma das respostas do Sistema Conselhos de Psicologia às demandas do movimento negro para “a produção de teorias e que contribuam com a superação do racismo, do preconceito e das diferentes formas discriminação” e tornou-se referência para a prática antirracista (CFP, 2017, p. 6).

Ainda em 2017, em Salvador - Bahia, os participantes do I Seminário de Psicologia e Relações Étnico-Raciais da Bahia, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia 3ª Região, elaboraram uma carta¹³ direcionada às Faculdades de Psicologia, o Sistema Conselhos, entidades de Psicologia e aos(as) psicólogos(as), contendo as seguintes recomendações para formação e atuação em psicologia no âmbito das relações étnico-raciais:

- Ampliar o escopo dos conteúdos ministrados nas disciplinas de graduação e pós-graduação que tratam da história da psicologia no Brasil, de modo a explicitar a relevância das relações étnico-raciais, enquanto objeto de estudo, na configuração e consolidação dessa ciência no país.
- Incluir nas disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia, referenciais teórico-conceituais de epistemologias africanas, ameríndias e afro-brasileiras que contribuam para compreensão dos condicionantes e dinâmicas das relações indivíduo x grupo na sociedade brasileira.
- Estimular pesquisas e a produção de conhecimentos acerca dos efeitos do racismo (preconceito, discriminação e humilhação social) sobre a saúde mental, em especial, das populações preta e indígena.
- Incluir nas disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia, as experiências e conhecimentos derivados do combate ao preconceito e discriminação e das lutas por reconhecimento de direitos de movimentos sociais (negro, mulheres, indígenas, LGBT, população em situação de rua, usuários de serviços públicos de saúde mental, dentre outros).
- Fomentar e incentivar a formação de professores de psicologia no tema das relações étnico-raciais para atuação em diversos contextos de ensino e pesquisa.
- Fomentar a inclusão de temas afins às relações étnico-raciais, como por exemplo, racismo, preconceito, discriminação e humilhação social em documentos de referências técnicas e no conteúdo dos editais de concursos de ingressos de psicólogos(as) nos serviços públicos (CRP-BAHIA, 2017).

Diante do exposto, é notório o esforço que psicólogos pretos estão realizando para que haja uma (re)construção da Psicologia. Cientes de que existem PsicologiaS, mas em concordância de que em geral a Psicologia hegemônica, europeia ou estadunidense, não dá conta da nossa existência enquanto pessoas pretas na diáspora africana.

Neste sentido, o professor e psicólogo Wade W. Nobles (2009), nos convoca a retomar

¹³ Recomendações para formação e atuação em Psicologia no âmbito das relações étnico-raciais. Conselho Regional de Psicologia da Bahia -(3ª Região). Disponível em: <[https://www.crp03.org.br/recomendacoes- para-formacao- e-atuacao-em-psicologia-no-ambito-das-relacoes-etnico-raciais/](https://www.crp03.org.br/recomendacoes-para-formacao-e-atuacao-em-psicologia-no-ambito-das-relacoes-etnico-raciais/)>. Acesso em 6 de novembro de 2019.

e reapropriar um foco psicológico afrocentrado, nos apresentando a Psicologia Preta ou Psicologia Africana, nomeada de “Sakhu Sheti” - termo extraído do Medu Netcher (A escrita de Deus), onde Sakhu significa a compreensão, o iluminador, o olho e a alma do ser, aquilo que inspira, e o Sheti significa entrar profundamente em um assunto. Alguns profissionais invocados principalmente pelas provocações de Nobles, passam a se apropriar dessa “outra” Psicologia e também a construir outras possibilidades, como a Psicologia Quilombola e a Psicologia Favelada.

A Psicologia Preta difundida no Brasil pelo Psicólogo Lucas Veiga, com base nas provocações de Nobles. Nos provoca a dizer não às narrativas brancas e hegemônicas e a traçarmos nossas próprias narrativas a partir do trabalho que nossos ancestrais e nossos mais velhos em vida vêm produzindo ao longo dos séculos. “Dizemos não a uma certa psicologia, branca demais para acolher e tratar dos efeitos do racismo em nossas subjetividades, e nos aprofundamos no estudo para o desenvolvimento de uma Psicologia Preta no Brasil”. (VEIGA, 2019, p. 247).

A Psicologia Favelada provocada por Gonçalves (2017) a partir de suas experiências nas favelas do Rio de Janeiro, não tem a pretensão de dizer que a Psicologia, tal como se apresenta, deve oferecer seus conhecimentos à favela. Mas é uma reflexão para que a Psicologia possa se repensar enquanto ciência e profissão e afirmação de que deve e precisa aprender com a favela se deseja construir um caminho baseado em uma perspectiva organicamente popular. Não é um campo de atuação e tampouco uma especialidade psi.

Novas perspectivas são construídas afim de apresentar novas possibilidades a Psicologia, Abrahao Santos diz sobre a perspectiva do enegrecimento para psicologia:

A perspectiva afroindígena, afropindorâmica ou o que poderá vir a ser uma perspectiva do enegrecimento, baseia-se na necessária equilíbrio da vida em comunidade criada a partir de trocas e acordos, envolvendo o mundo social, os valores civilizatórios das tradições negras e indígenas, na indissociabilidade entre cultura e a natureza, na coalescência entre corpo e mente, no respeito aos antepassados ou à ancestralidade, numa moral do cuidado à vulnerabilidade, tal como a vemos praticada nos terreiros de Candomblé congo-angola. Poderia a Psicologia adotar a moral de cuidado da vulnerabilidade como um princípio do enegrecimento? Fica a questão (SANTOS, 2019, p. 169).

Com todas as fissuras e provocações provadas por estudantes e profissionais pretos, convivemos concomitantemente com o silêncio e acomodação dos psicólogos e professores brancos, que seguem com suas mesmas ementas, práticas e teorias brancocêntricas. A demanda

para que haja pelo menos uma disciplina OBRIGATÓRIA sobre relações raciais, ainda é um enfretamento que precisa ser feito constantemente nos colegiados brancos dos cursos de Psicologia.

Para Cida Bento (2009), a herança de privilégios silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade. No entanto, o silêncio não pode apagar o passado, uma vez que o racismo é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera. Segundo a autora, há um acordo entre as pessoas brancas para que determinadas coisas sejam apagadas e não avancem, o que ela chama de pacto narcísico da branquitude. Esse acordo, inconsciente, ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas e elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas.

As poucas produções sobre raça na Psicologia partem principalmente de intelectuais pretas e, mesmo não sendo elas que ganham grande destaque nacional sobre o tema, são elas que pretendo destacar neste trabalho, pois, como aponta Audre Lorde (1979, p.1) “as ferramentas do Senhor nunca vão desmantelar a casa grande”. A autora discute a importância de avaliar criticamente as ferramentas teóricas e técnicas que estão à disposição na academia, analisando o que realmente serve à emancipação e o que é engabelação. Pois tais ferramentas podem nos permitir temporariamente vencer o colonizador no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona uma mudança estrutural.

A intelectual preta não necessariamente é aquela que estudou em instituições tradicionais, não é uma condição atrelada a títulos acadêmicos. Pode ser alguém que não teve educação formal, mas que desenvolve análises utilizando epistemologias próprias, que inclusive desafia as próprias bases do discurso intelectual padrão. Como a produção de Conceição Evaristo, acadêmica, intelectual, preta, que apresenta a escrita a partir de um lugar social específico, cunhando o termo *escrevivência* de mulheres pretas para descrever o estilo de expressão e resistência baseado nos referenciais próprios.

Em sociedades marcadas pelo racismo, o processo de reconhecimento e valorização das produções pretas é uma forma de romper com os silenciamentos que nos são impostos como defende Grada Kilomba (2019).

Ser uma pessoa preta, ocupando outros espaços e se posicionando contra os silenciamentos não é um caminho fácil e sem sofrimentos:

Evidentemente o que aconteceu por ocasião daquela primeira entrevista, foi a surpresa da senhora Santos e seu estranhamento por se deparar com uma analista negra. Ao falar da sua vergonha em não me aceitar como analista, porque essa é uma função, em geral, não atribuída aos negros, a senhora Santos reproduz um princípio, de que é possível julgar a integridade de alguém pela sua aparência. Isto é, seria impossível que eu, uma negra, pudesse ser uma analista, visto que os negros estão destinados a trabalhos geralmente braçais, que não envolvam capacidade intelectual (NOGUEIRA, 1998, p.123).

Esta experiência vivida/sofrida pela psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira é ainda vivenciada pela maioria dos profissionais da área psi. Embora hoje os profissionais pretos na área sejam em maior número, o racismo ainda é uma realidade presente, tanto na formação como na atuação da profissão, reflexo do que é vivido no país para quem tem a pele preta.

Na sociedade brasileira, os subempregos são os lugares sociais destinados às pessoas pretas. À mulher preta, especificamente, destina-se a profissão de doméstica, a criação da profissão de doméstica fez-se principalmente a partir da figura da mucama (escrava ou criada negra, jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios), sendo a doméstica nada mais do que a mucama permitida a dar prestações de bens e serviços. Nesse contexto que podemos constatar que somos sempre vistas como domésticas, independente da classe social em que estamos, espera-se sempre que estejamos disponíveis para servir as pessoas brancas (RIBEIRO, 1995). É importante frisar que não nego a resistência e agência de pessoas que se encontram nessas situações de emprego, é nelas que Lélia Gonzalez (2018) percebe a “resistência passiva” com o exemplo da figura da “mãe preta” que africanizou o português/pretuguês falado hoje no Brasil.

A formação acadêmica não é vista como possibilidade para crianças e jovens pretos, como relata uma das entrevistas feitas por Elizabeth Horge-Freeman: “um dia meu professor na sala de aula apontou para todas as crianças brancas e disse que ‘vocês, os bonitinhos, os branquinhos, vocês todos vão para a faculdade, e os outros teriam que se virar com outra coisa” (HORGE-FREEMAN, 2018, p. 109). O corpo preto neste contexto é visto não somente como esteticamente inferior, mas como o corpo que não pode ocupar determinados espaços, exercer algumas atividades, principalmente as intelectuais. Em relação à Psicologia, a clínica é um desses espaços:

[...] uma mulher que eu atendi na clínica, eu entrei e ela estava na recepção, ela disse pra mim que estava rezando que não fosse eu [...] porque eu era preta [...] às vezes de se surpreenderem né, porque entra uma pessoa preta e não é a imagem de psicóloga que eles têm. (AMARO; ALVES. MOLON, 2018).

Mas, na medida que chegamos a espaços não destinados a nós, como a academia e o curso de Psicologia, o racismo torna-se evidente nas oportunidades ou ausência de oportunidades, tanto acadêmicas quanto profissionais, vivenciadas por mulheres pretas psicólogas. O racismo evidenciado durante o acesso ou no não acesso a lugares, espaços, territórios que historicamente possuem hegemonia branca.

Estas disparidades entre psicólogos/as pretos/as e não pretos/as foram apontadas no relatório do projeto de levantamento das informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro, através de um contrato firmado no ano de 2016 entre o CFP e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Neste estudo, foram analisadas as características dos psicólogos/as ocupados/as e a forma como se inserem no mercado de trabalho, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014.

Além da análise das características e da inserção dos/as psicólogos/as no mercado de trabalho brasileiro, o estudo também apresenta informações sobre o conjunto de ocupados com ensino superior completo, de modo a fornecer uma base de comparação entre a situação dos/as psicólogos/as e a dos demais profissionais com o mesmo grau de formação.

Este relatório reafirma que as mulheres são maioria entre os psicólogos, somando aproximadamente 132 mil no território nacional, o que representa 90,0% do total de psicólogos/as ocupados/as no país. Considerando-se o total de ocupados com ensino superior, as mulheres representam 56,6%, enquanto os homens, 43,3%. Como se pode notar, a presença feminina é bem maior entre os/as psicólogos/as que entre o total de ocupados/as com ensino superior.

Tabela 1- Estimativa do número e distribuição dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo sexo Brasil – 2014

Sexo	Psicólogos (as)		Ocupados(as) com ensino superior	
	Em números	Em %	Em número	Em %
Homens	14.632	10,0	6.098.700	43,4
Mulheres	132.089	90,0	7.962.041	56,6

Total	146.721	100,0	14.060.741	100,0
-------	---------	-------	------------	-------

Elaboração: DIEESE (2016) Fonte: IBGE. Pnad

Quanto à raça/cor, o relatório aponta que 16,5% dos psicólogos/as são negros ou negras, o que corresponde a 24.162 pessoas; entre os ocupados com ensino superior, esse percentual é bem mais elevado (30,5%). Conforme tabela a seguir:

Tabela 2 - Estimativa do número e distribuição dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo raça/cor Brasil – 2014

Raça/cor	Psicólogos (as)		Ocupados(as) com ensino superior	
	Em números	Em %	Em números	Em %
Negros (as)	24.162	16,5	4.294.331	30,5
Não negros (as)	122.559	83,5	9.766.410	69,5
Total	146.721	100,0	14.060.741	100,0

Elaboração: DIEESE (2016) Fonte: IBGE Pnad

Outro dado do relatório é a diferença de rendimento entre mulheres psicólogas e homens psicólogos, quando podemos observar que o rendimento médio mensal das mulheres que atuam como psicólogas equivale a R\$ 3.497, mais de 30% superior ao dos homens psicólogos (R\$ 2.676), ao contrário do que se observa entre os ocupados em geral que têm ensino superior: o rendimento masculino corresponde a R\$ 5.296, quase 70% maior que o feminino (R\$ 3.137). Quando se analisa o valor da hora trabalhada, as psicólogas apresentam rendimento inferior ao dos psicólogos: a hora média das mulheres equivale a R\$ 27,76, enquanto a dos homens, a R\$ 37,68, ou seja, 36% a mais. Isso indica que as mulheres têm um rendimento mensal superior ao dos homens por trabalharem mais horas no mês. Em relação ao total de ocupados com ensino superior, verifica-se que as mulheres psicólogas têm rendimento mensal médio e valor médio da hora trabalhada 12% superior aos das demais. Já os psicólogos recebem mensalmente, em média, a metade dos rendimentos auferidos pelos homens ocupados com ensino superior e quase o mesmo valor do salário hora (DIEESE, 2016).

Tabela 3 - Rendimento médio total e por hora dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo sexo Brasil - 2014

Sexo	Psicólogos (as) – A		Ocupados(as) com ensino superior - B		relação A e B	
	total (em R\$)	Por hora (em R\$)	Total (em R\$)	Por hora (em R\$)	Total em %	Por hora em %
Homens	2.676	37,68	5.296	40,09	50,5	94,0
Mulheres	3.497	27,76	3.137	24,78	111,5	112,0
Total	3.412	28,79	4.069	31,39	83,9	91,7

Elaboração: DIEESE (2016) Fonte: IBGE. Pnad

E o dado mais alarmante é a relação do rendimento médio entre negros e não negros. Segundo o DIEESE (2016), os negros ocupados recebem, em média, menos que os não negros, seja como psicólogos, seja em outras profissões de ensino superior. Um psicólogo negro, em média, recebe R\$ 2.921, valor que corresponde aproximadamente a 83% do que recebe um não negro (R\$ 3.514). Entre os ocupados com ensino superior a diferença é ainda mais acentuada: um trabalhador negro recebe, em média, R\$ 3.060, o equivalente a aproximadamente 68% do valor recebido por um não negro (R\$ 4.524). Entre os negros, os valores auferidos são muito próximos, independentemente de sua formação: os rendimentos médios mensais auferidos por um(a) psicólogo(a) negro(a) corresponde a 95,5% do valor do rendimento mensal dos(as) ocupados(as) negros(as) com nível superior de ensino e o valor recebido por hora, a 98,8%. Já entre os não negros, essa relação é de 77,7% e de 85,4%, respectivamente.

Tabela 4 - Rendimento médio total e por hora dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo raça/cor Brasil – 2014

Raça/cor	Psicólogos (as) – A		Ocupados(as) com ensino superior - B		relação A e B	
	total (em R\$)	Por hora (em R\$)	Total (em R\$)	Por hora (em R\$)	Total em %	Por hora em %
Negros(as)	2.921	22,61	3.060	22,89	95,5	98,8
Não negros (as)	3.514	30,06	4.524	35,21	77,7	85,4
Total	3.412	28,79	4.069	31,39	83,9	91,7

Elaboração: DIEESE (2016) Fonte: IBGE. Pnad

Conforme as informações do DIEESE (2016), a maioria dos psicólogos (61,8%) reside na região Sudeste, enquanto 18,0% são da região Sul e 11,2%, do Nordeste. Nas regiões Centro-Oeste e Norte situam-se, respectivamente, 4,8% e 4,3% dos psicólogos. Segundo o CFP¹⁴, no Rio de Janeiro há um total de 37.006 psicólogas e 5.654 psicólogos, mas não sabemos qual a raça/cor desses psicólogos/as, pois no site do CFP há somente a informação atualizada diariamente da quantidade total de psicólogos, a quantidade por cada região do país e a divisão por sexo de cada região.

Com esse estudo, verificamos que além de serem minoria na Psicologia, as pessoas pretas recebem menos pelos mesmos serviços. Além disso, as diferenças entre sexos/gênero são mais peculiares que nas demais profissões com ensino superior.

Diante desse cenário, as psicólogas pretas, uma vez que não se encaixam no padrão hegemônico eurocêntrico de mulher e não se encaixam no estereótipo hegemônico de psicóloga - de mulher branca -, se obrigam a ocupar uma posição de destaque, pois a todo momento as práticas racistas ressaltam que esse não é um lugar delas.

Para permanecer na profissão ou para ter um rendimento financeiro maior, as psicólogas pretas precisam ser “as melhores”, e ser a melhor implica em ser branca no mundo branco, reflexão já feita por Virginia Bicudo no estudo de atitudes de alunos em relação a cor de seus colegas:

O fato de todos os escolares mais preferidos serem brancos, com exceção de 1 que era negro, reforça a hipótese de os escolares terem identificado o branco com as boas qualidades. A escolha de um negro preferido indica que essa identidade pode ser superada, quando o negro apresenta “qualidades de branco”, fato que apareceu na proporção de 1 para 59. (BICUDO, 1955, p. 248).

A partir dessas imposições à nossa existência, criamos estratégias de sobrevivências a espaços embranquecidos, como aponta Audre Lorde:

Aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquelas de nós que somos pobres, que somos lésbicas, que somos pretas, que somos velhas – sabemos que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar sozinha, impopular e às vezes insultada, e a fazer causa comum com aquelas outras identificadas como externas às estruturas, para definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. É aprender a tomar nossas diferenças e torná-las forças. (LORDE, 2019).

¹⁴<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

Mesmo diante de adversidades e sofrimentos produzidos pela matriz colonial de poder que insiste em nos impor a não-humanidade, (re)existimos e criamos estratégias de afirmação de nossa presença preta na universidade, na clínica, em todos os espaços que julgamos necessário. (Re)existimos com a força do coletivo, da família, da comunidade. Eis a Filosofia Ubuntu, que conforme afirma Ramose (2010, p. 211), trata-se de um “conceito central da organização social e política, particularmente entre as populações falantes das línguas Banto”, e tem como base os “princípios de partilha e do cuidado mútuo”. Refere-se a um estado de “ser” e de “tornar-se”, ou seja, indica “uma ação particular já realizada, uma ação ou estado duradouro de ser e uma possibilidade para outra ação ou estado de ser”. (RAMOSE, 2010, p. 211).

A partir de questionamentos sobre a presença de pessoas pretas no campo da Psicologia, psicólogos e psicólogas pretas foram construindo coletivos e redes para pensar e discutir sobre uma Psicologia Antirracista, e que considere elementos tradicionais da matriz civilizatória africana como promotoras de saúde mental, como refere Alves (2012). Estes grupos, que já rompem de saída com a perspectiva individualizante da Psicologia e da área da saúde em geral, propõem a circulação de saberes e o compartilhamento de experiências, sem desconsiderar as particularidades de cada pessoa.

São exemplos dessas organizações no Brasil:

a) a Rede Dandaras em Salvador - rede de saúde voltada ao acolhimento de mulheres pretas -, com intuito de articular, fortalecer a rede e promover saúde entre as mulheres pretas, que criou, no ano de 2017, um Mapeamento de Psicólogas Pretas no Brasil¹⁵;

Figura 10 - Logo Rede Dandaras



16

Fonte: Facebook Rede Dandaras

¹⁵ Fonte: <<https://rededandarasblog.wordpress.com/2017/06/29/mapeamento-de-psicologas-negras-articulando-a-rede-contra-o-racismo-e-misoginia-no-brasil/>>. Acesso em 25 de Novembro de 2019.

¹⁶ imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/rededandaras>>

b) A rede PapoPretas, no Rio de Janeiro, com o foco na saúde e bem-estar da mulher preta, que se propõe a fazer um trabalho psicoterapêutico unindo a estética e estratégias de enfrentamento ao racismo. O Papo Preta¹⁷ é um projeto fundado por duas Psicólogas pretas e atualmente tem funcionamento na cidade do Rio de Janeiro e em Lisboa - Portugal. Entre outras atividades, o espaço realiza serviço terapêutico construído especialmente para a mulher preta, estendendo-se para a população preta, seja em Grupos Psicoterapêuticos, Terapias Individuais, Palestras ou Oficinas de Cultura e Beleza Preta.

Figura 11 - Logo PapoPretas



18

Fonte: Facebook PapoPretas

c) O espaço Terapretas/Psicopretas Terapias Naturais, também do Rio de Janeiro, que possui um grupo de mulheres pretas psicólogas, e onde, além do atendimento clínico, realizam práticas não convencionais de saúde; A Psicopretas/Terapretas é uma iniciativa fundada e desenvolvida pela Psicanalista e terapeuta integrativa, Aline Gomes, no Rio de Janeiro em 2005. A casa oferece tratamento e cursos através da espiritualidade, psicanálise e terapias naturais. A Terapretas realiza grupos terapêuticos para mulheres pretas, além de cursos e atividades relacionadas ao cuidado. Entre o ano de 2019 e 2020 acolheu mais de 900 mulheres, antes somente no território do Rio de Janeiro - principalmente das favelas - e hoje com atendimento online, do Brasil inteiro.

¹⁷ Fonte: <<https://www.papopreta.com.br/>>

¹⁸ imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/PapoPreta/>>

Figura 12 - Logo Psicopretas



Fonte: Facebook Psicopretas

d) O Grupo público no Facebook, AfroTerapeutas, um grupo com pessoas de todo país e que possui quase quatro mil membros – foi criado como uma rede de profissionais e estudantes pretas e pretos atuantes na área da saúde. O grupo possui anúncio de centenas de pessoas pretas divulgando e procurando serviços psicológicos;

Figura 13 - Logo Afroterapeutas



Fonte: Facebook Afroterapeutas

e) O projeto Afrosáude, uma plataforma nacional (site e aplicativo), que tem por objetivo reduzir as desigualdades sociais e raciais no mercado de trabalho e conectar pacientes a profissionais negros da área da saúde. Criada no ano de 2019 pelos baianos Arthur Lima e Igor Leonardo;

Figura 14 - Logo Afrosáude



Fonte: Facebook Afrosáude

¹⁹ imagem e informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/terapsicopretascursouseatividades>

²⁰ imagem e informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/groups/119491505231220>

²¹ imagem e informações disponíveis em: www.afrosaude.com.br/

d) A roda Terapêutica das Pretas, em São Paulo, que desde 2016 se propõe a discutir as questões sociais de forma responsável e política, com foco na raça, classes sociais, gênero. A roda realiza atividades de cunho terapêutico em lugares onde geralmente a Psicologia não chega, nas periferias e em espaços marginalizados.

Figura 15 - Logo Roda Terapêutica das Pretas



Fonte: Facebook Roda Terapêutica das Pretas

Com mapeamento dessas organizações coletivas, construímos a seguinte tabela com alguns dos coletivos e grupos pretos de Psicologia, com o entendimento e desejo de que existem e existirão muitos outros coletivos para além dos aqui abordados:

Quadro 1 - Lista de coletivos e grupos pretos de Psicologia

NOME	ESTADO
Amma Psique e Negritude	SP
ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas(os) Pretas(os) e Pesquisadoras(es)	Nacional, com núcleos regionais
CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades	SP
Comporpretas	RJ
Coletivo Conceição Chagas	RJ
Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos	RJ
Coletivo Preto de Psicologia Virginia Leone Bicudo	SP
Instituto Sankofa	RJ

²² imagem e informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/rodatrapeuticadaspretas>

Papo Preta	RJ
Psicopretas	RS
Rede Dandaras	BA
Roda terapêutica das pretas	SP
Terapretas/Psicopretas	RJ

Fonte: Elaborado pelas autoras(2021)

Estas redes, em sua maioria iniciativas de mulheres pretas, sinalizam que psicólogos e psicólogas pretas estão se voltando para a saúde da população preta, e que clientes/pacientes pretos e pretas têm, cada vez mais, buscado atendimento com profissionais pretos. Articulações em rede que podem potencializar o compartilhamento de informações e a articulação política e científica no campo da Psicologia.

Necessitamos de estudos sobre essas redes e seus processos organizativos, seus significados e pertinência no cuidado com a saúde mental da população preta, bem como sobre as trajetórias de homens e mulheres pretas que passaram a constituí-las. Estudos protagonizados por pesquisadores e pesquisadoras pretos/as, cujo propósito seja subverter a lógica colonial da ciência moderna – que sempre nos colocou no lugar de objeto de estudo –, com vistas a construir uma relação sujeito-sujeito na produção do conhecimento.

3 CAMINHO PERCORRIDO: QUESTÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo é apresentado como foi construído o caminho da pesquisa, o contato com as participantes, as modificações que foram feitas com a pandemia da COVID-19, a realização de entrevistas, a apresentação das entrevistadas para compreender suas trajetórias e estratégias de (re)existências, a partir da relação com o coletivo.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos e aprovada em 20 de dezembro de 2019 sob o parecer número: 3.786.398. Portanto fica garantido o direito de confiabilidade das participantes e que os dados colhidos na presente investigação serão utilizados apenas para subsidiar a dissertação de mestrado e estudos decorrentes da mesma. Todas as atuações relacionadas à pesquisa consideram o Código de Ética Profissional do Psicólogo; a Resolução do CFP Nº 018/2002; e o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os)” do CFP (2017) para a análise dos dados coletados.

Inicialmente, foi feito um mapeamento de movimentos de psicólogas/os pretas/os atuantes no Rio de Janeiro, principalmente em contato e indicação de outras psicólogas, brancas e pretas e também na realização de busca nas redes sociais, a partir desta busca, consegui o contato de uma representante do Núcleo da Articulação Nacional de Psicólogas/as Pretas/os e Pesquisadoras/es (ANPSINEP), neste contato houve minha inclusão nos grupos do núcleo e do GT de diversidade do CRP-RJ, esta representante fez o convite para participação de sua defesa de mestrado na qual abordou a relação racial na Psicologia, neste momento houve encontro com outras psicólogas pretas participantes de coletivos e atuantes no Rio de Janeiro.

Houve convite para a participação do também da reunião da ANPSINEP e considerou-se um momento importante para entrar em contato com outros grupos, nesta reunião conheci outros movimentos e psicólogas. Na reunião do Núcleo da ANPSINEP, onde considerou-se importante a realização de entrevista semiestruturada com pelo menos uma integrante de cada grupo, pois percebi que as reuniões são muito pontuais, o que poderia se repetir nos outros grupos, já que muitas informações estão sendo dadas individualmente pelas participantes das redes, pois não constam nem nas redes sociais e nem nos sites de divulgação. Com isso, consideramos a realização das entrevistas, para que tivéssemos uma sistematização das informações e também para reconhecimento dessas fontes tão importantes neste processo.

Neste movimento consideramos a inclusão da participação-observação de atividades e reuniões dos coletivos, como etapa importante que poderia compor a metodologia da pesquisa. Posteriormente, entramos em contato com psicólogas atuantes e/ou representantes destes movimentos, para aproximação e conhecimento da história de cada grupo.

Participaram do estudo seis psicólogas autodeclaradas pretas, atuantes em movimentos de psicólogas antirracistas da cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. As entrevistas foram feitas a partir da disponibilidade das psicólogas. Foi esclarecido sobre os objetivos do estudo e caráter sigiloso e voluntário da participação, após concordarem em participar do estudo, concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) e consentiram também que a entrevista fosse gravada. Após o consentimento, a pesquisadora iniciou a entrevista semiestruturada (ANEXO B) e posteriormente as participantes responderam um questionário com seus dados pessoais e socio-econômicos (Anexo C).

Na realização das entrevistas, foi seguido o roteiro semiestruturado, baseado principalmente em questões relacionadas a trajetória pessoal da entrevistada, trajetória de formação, a percepção sobre a psicologia e as relações raciais, a atuação no coletivo, a construção enquanto mulher preta psicóloga e a visão sobre participação das mulheres pretas nos movimentos sociais. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e ocorreram no segundo semestre do ano de 2020.

No questionário enviado para as participantes, foram questionadas informações pessoais de contato, local de moradia, dados específicos sobre a formação, atuação e informações sociodemográficas, como renda, sexualidade etc.

Em relação a transcrição das entrevistas, as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Foi feito o envio das transcrições para as participantes para que pudessem corrigir ou complementar alguma questão, e também elucidar alguma questão que tenha ficado alguma dúvida. Após o retorno sobre as transcrições, foram feitas as complementações apontadas pelas participantes.

Foi feita a organização dos dados informados no questionário em uma tabela geral e construção de quadros sobre cada informação, foram construídos três quadros, um sobre o perfil das participantes, um sobre a formação, outro sobre a atuação.

Para a análise das entrevistas, houve a leitura atenta da transcrição de cada entrevista, foi feito o destaque em algumas falas, e a construção de eixos temáticos a partir destas falas com conteúdo em comum. Os eixos são abordados da seguinte forma: 1) Psicólogas Pretas no

Rio de Janeiro; 2) Realização de entrevistas entre mulheres pretas em contexto de pandemia: modificações necessárias; 3) Sobre as trajetórias das psicólogas pretas: Relações raciais na formação acadêmica e profissional - um tema silenciado; “Eu quero uma psicóloga preta!” - Relação paciente e Psicóloga preta e a potência da coletividade e a busca pelo aquilombamento na Psicologia.

A fundamentação teórica da pesquisa é construída a partir de intelectuais pretas e teorias interseccionais, que consideram as relações de raça, classe, gênero e sexualidade. As falas das entrevistadas foram trazidas de forma mais fluída possível, com o objetivo de respeitar o que foi dito e o movimento de construção de cada fala, além do entendimento de que cada entrevistada também é uma intelectual e suas falas dizem sobre suas trajetórias e constroem teorias e práticas em Psicologia.

3.1 Psicólogas pretas no Rio de Janeiro

Neste tópico, apresentarei as participantes do estudo e as redes as quais elas participam. Nele estão expostas informações recolhidas nos sites, redes sociais, materiais produzidos pelos movimentos e também informações dadas pelas participantes dos mesmos. Os nomes das participantes são todos fictícios para fim de preservação da identidade das mesmas.

Foram realizadas cinco entrevistas, quatro de forma individual e uma em dupla, com o total de seis participantes. As quatro entrevistas individuais foram com uma integrante do Laboratório Afetar - grupo Com-por pessoas pretas; uma integrante do Coletivo Negro Conceição Chagas de Psicologia da Baixada Fluminense; e duas integrantes da Articulação Nacional de Psicólogos Negros Núcleo RJ. A entrevista em dupla, foi com as duas integrantes do Grupo Terapêutico para mulheres pretas Com-por-pretas.

Quadro 2 - Perfil das participantes

Nome	Movimento / Grupo que participa	Raça/Cor	Idade	Cidade	Sexualidade	Religião/ Espiritualidade	Renda (em salário mínimo)
Barbara	Laboratório afeTAR - grupo com-por pessoas pretas	Preta	26	Duque de Caxias	Heterossexual	Evangélica	3 a 5 salários
Cecilia	Comporpretas	Preta	30	Rio de Janeiro	Bissexual	Espiritualista	mais de 5 salários
Carolina	Coletivo Negro Conceição Chagas	Preta	45	Duque de Caxias	Heterossexual	Católica	3 a 5 salários
Liziane	Comporpretas	Preta	48	Rio de Janeiro	Heterossexual	Umbandista	mais de 5 salários
Luísa	Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras /es	Preta	54	Rio de Janeiro	Heterossexual	Acredita nos Orixás	1 a 3 salários
Helena	Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras /es	Preta	70	Niterói	Heterossexual	Católica	3 a 5 salários

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Sobre o perfil das participantes, conforme o quadro acima, todas se autodeclararam pretas, a média de idade é de 45 anos, sendo a mais nova com 26 anos e a mais velha com 70 anos. Sobre a cidade de residência, três moram no município Rio de Janeiro, duas em Duque de Caxias e uma em Niterói. Em relação à sexualidade, cinco se identificam como heterossexual e uma como bissexual. Sobre a religião, duas se declararam católicas, uma evangélica, uma

espiritualista, uma umbandista e uma declarou que acredita nos Orixás. Em relação à renda, três declararam receber entre 3 e 5 salários mínimos, duas mais de cinco salário mínimos, e uma de 1 a 3 salários. Duas entrevistadas relataram ter filhos. Em relação aos movimentos, duas participam da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es, duas participam do grupo terapêutico Comporpretas, uma participa do Coletivo Negro da Baixada e uma participa do Laboratório afeTAR - grupo com-por pessoas pretas.

Sobre as participantes e os grupos que elas integram:

Barbara: tem 26 anos, mora em Duque de Caxias, formou-se pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019. Atualmente é mestranda e atua como psicóloga clínica, participa do Laboratório afeTAR e do grupo terapêutico com-para pessoas pretas, que é um dos grupos oferecidos pelo Laboratório.

Figura 16- Logo Laboratório afeTAR



23

Fonte: Facebook Laboratório afeTAR

O **Laboratório afeTAR** é uma Unidade de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que conta com a parceria de estudantes de graduação e pós-graduação para o desenvolvimento de tecnologias sociais que possibilitem um espaço de inovação, troca de experiências, criação de vínculos e assim, produção de conhecimento.

Carolina: tem 45 anos, mora em Duque de Caxias, formou-se em Psicologia pela PUC-Rio no ano de 2010 e faz parte do **Coletivo Negro Conceição Chagas de Psicologia da Baixada Fluminense**.

²³ Imagem e informações disponíveis em <<https://www.facebook.com/LaboratorioafeTAR/>>

Figura 17 - Logo Coletivo
Conceição Chagas



Fonte: Facebook Coletivo Negro da Baixada

Em abril de 2018 foi lançado o **Coletivo Negro Conceição Chagas de Psicologia da Baixada Fluminense**, criado por sete profissionais psicólogos e psicólogas negros/as, moradores e atuantes de diversos locais da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu. E o objetivo do coletivo é de contribuir, através da Psicologia, para o enfrentamento do racismo e de qualquer outra forma de discriminação

O nome do coletivo é uma homenagem a Conceição Corrêa das Chagas. Nascida em 1935 em Nilópolis, Conceição é formada em pedagogia e em Psicologia, além de doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ. Psicóloga Clínica com atuação em consultório em Nova Iguaçu de 1975 a 2010. Membro fundadora do Núcleo de Articulação dos Psicólogos da Baixada Fluminense, entidade que evoluiu para a constituição da subseção do Conselho Regional de Psicologia 5ª região. Conselheira-vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia 5ª região gestão (1991- 1994). Em Nova Iguaçu, durante as décadas de 1970 e 1980, ela iniciou um trabalho inovador, intitulado “Ponto de Escuta”, cujo objetivo era prestar solidariedade a pessoas com problemas emocionais decorrentes de sequelas da ditadura militar. Em 1983, a metodologia desse serviço evoluiu para o hoje denominado Centro de Atendimento Familiar (CAF), instituição que presta serviço de atendimento psicológico, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários à população de baixa renda da Baixada Fluminense.

Cecilia: tem 30 anos, mora no Rio de Janeiro formou-se pela Universidade Federal Fluminense(UFF) em 2014 e atualmente atua como psicóloga clínica.

²⁴ Imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/coletivobaixada/>>

Liziane: tem 48 anos mora no Rio de Janeiro, formou-se pela Universidade Estácio de Sá em 2011 e atua como psicóloga clínica. Cecilia e Liziane constroem juntas o grupo Com-por pretas.

Figura 18- Logo Grupo Com-por Pretas



25

Fonte: <https://www.facebook.com/comporetas>

O Com-por Pretas é uma proposta de cuidado terapêutico de mulheres pretas para mulheres pretas. Criado no ano de 2018, o grupo aposta na escuta, na escrita e no cuidado coletivo entre mulheres pretas. Criado no formato presencial, diante a pandemia os grupos tiveram que se reformular e passar a funcionar no formato online, o que possibilitou que pessoas de fora do Rio de Janeiro ou de bairros mais distantes do local que acontece os grupos pudessem participar.

Luísa tem 54 anos mora no Rio de Janeiro. Formou-se em 1993 pela Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE), é estudante de doutorado.

Helena - tem 70 anos, mora em Niterói. Formou-se em Psicologia no ano de 2000 pela UFF. Atualmente, atua como psicóloga Clínica e é estudante de doutorado. Luísa e Helena fazem parte da **Articulação Nacional de Psicólogas(os) Pretas(os) e Pesquisadoras(es) - ANPSINEP** - Núcleo Rio de Janeiro.

Figura 19 - Logo ANPSINEP



26

Fonte: <https://www.facebook.com/anpsinep>

²⁵ Imagem e informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/comporetas/>>

²⁶ Imagem disponível em: <<https://www.facebook.com/anpsinep>>

A ANPSINEP é uma articulação auto-organizada por psicólogos/as pretos/as e pesquisadores das subjetividades e relações raciais. Tem como missão articular a produção de conhecimento e a ação política, no campo da Psicologia, sobre o impacto do racismo na construção das subjetividades e nas relações raciais. Os objetivos da Articulação são: sensibilização da categoria sobre os impactos do racismo na construção da subjetividade e nas relações interpessoais; introdução dos estudos das relações raciais e psicologia nos órgãos afins; introdução da discussão sobre os efeitos do racismo, com foco na psicologia, nos diversos setores da sociedade, como: educação, saúde, trabalho, serviço social, etc. e formação, manutenção e coordenação de uma rede de psicólogas(os) pretas(os) e pesquisadoras(es) das relações raciais e subjetividades.

A articulação possui núcleos de atuação em todas as regiões do país. Estes núcleos atualmente são: Sul, Flóripa, Sudeste, Rio de Janeiro, Norte, Nordeste, Recife, Distrito Federal e Centro-Oeste. Geralmente possuem duas coordenadoras, que se candidatam a representar sua região nas reuniões com a coordenação Nacional. A coordenação nacional atualmente é composta por representantes de algumas instituições, são elas: Instituto AMMA Psique e Negritude (Secretaria Executiva); Observatório Negro; Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social e Rede de Mulheres Pretas do Paraná.

A ANPSINEP realiza suas próprias reuniões e eventos, e também participa de eventos Nacionais da Psicologia, oferecendo minicursos, rodas de conversas ou mediando Grupos de Trabalhos. A articulação participa também de reuniões com o sistema conselhos de Psicologia. A realização do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil – I PSINEP²⁷ - constituiu-se importante marco para a Psicologia Nacional. Ocorrido de 13 a 15 de outubro de 2010, no Instituto de Psicologia da USP, em São Paulo, contou com aproximadamente 200 participantes de 14 estados brasileiros (Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), e também com participantes de Angola e Estados Unidos. A organização oficial do I PSINEP teve início em 2008, sob a responsabilidade de um grupo de psicólogos(as), pesquisadores (as) das relações raciais e ativistas de organizações do movimento social brasileiro. No ano de 2014 foi

²⁷ I PSINEP - I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil. Articulação Nacional De Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) Sobre Relações raciais e Subjetividade São Paulo, 2010, 83-85. Disponível em: <<https://anpsinep.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/24/2012/06/i-psinep-aqui-estamos.pdf>>

organizado o II Encontro PSINEP. O encontro precisou ser adiado por falta de apoio e patrocínio financeiro. Até que, com muita luta, finalmente foi realizado em Recife. Após o encontro em Recife, começou a articulação para o III Encontro PSINEP. Com as mesmas dificuldades enfrentadas de falta de recursos, o encontro tinha previsão para ser realizado no ano de 2021, mas precisou ser adiado por conta da pandemia.

A construção teórica da pesquisa foi realizada no ano de 2019 e a empírica no ano de 2020 e primeiro semestre do ano de 2021, período em que tivemos notícia do primeiro caso de covid-19 no Brasil e suas implicações.

3.2 Realização de entrevistas entre mulheres pretas em contexto de pandemia: modificações necessárias

Após a qualificação do projeto de dissertação fomos surpreendidas com a pandemia da COVID-19 (*Coronavirus disease* - 2019), uma infecção respiratória provocada pela incidência da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2). Embora que o vírus tenha afetado a vida de muitas pessoas, a população mais afetada pela pandemia, foi a população que já enfrentava situação de precarização e vulnerabilidade antes da pandemia - negra e pobre.

Com a pandemia essa situação se potencializou, muitas pessoas entram/voltaram para situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os trabalhadores negros precisam se expor mais ao vírus dados as consequências de vínculos precários, também porque reúnem menos recursos materiais para se protegerem da Covid-19, dadas as condições de habitação ou uso intensivo de transporte público. As pessoas negras acometidas pela doença, também tendem a vivenciar maior dificuldade de tratamento, inclusive entre os profissionais da saúde, pois as pessoas negras ocupam cargos mais operacionais (IPEA, 2020).

Os movimentos sociais e movimentos negros precisaram travar uma luta para que se fizesse a análise das diferenças raciais nos boletins do Ministério da Saúde sobre pandemia - a raça/cor não estava sendo considerada nos boletins epidemiológicos. O GT de Racismo e saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva -ABRASCO (2020) que faz a discussão do racismo, seu impacto na saúde e as formas de enfrentamento, apontou a dificuldade no acesso ao direito

a saúde da população negra, refletindo na maior letalidade e mortalidade negra pela COVID – 19.

De acordo com a Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): “Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19” (IPEA, 2020), as mulheres negras foram mais afetadas pelo desemprego e afastamento do trabalho – sem nenhuma remuneração, por conta da pandemia. Apesar de corresponderem a 21,5% do total de ocupados, elas representaram 30,9% das pessoas afastadas temporariamente do trabalho. Esse dado é compreendido a partir do impacto da pandemia nos trabalhos informais e principalmente o trabalho doméstico, exercido em sua maioria por mulheres negras, estes setores foram os mais atingidos pelas medidas de distanciamento social na pandemia. As trabalhadoras negras também foram as que tiveram maior redução de jornada de trabalho, com consequente repercussão nos rendimentos, já historicamente inferiores em relação a outros grupos sociais.

Ao iniciar a parte empírica da pesquisa, me questiono como garantir privacidade e silêncio em pesquisas com pessoas pretas em suas casas e suas famílias pretas. Como está sendo para mim pra mim, pesquisadora e estudante preta este novo cenário de ensino-aprendizagem e pesquisa? De que forma não expressar o descontentamento com o Ensino Remoto e as atividades assíncronas invadindo nossas casas? Como seguir com um ritmo de leituras, atividades e aulas nesse período?

Em abril de 2020, mais de 558 mil estudantes negros tiveram enfrentaram dificuldades financeiras para manter a mensalidade em dia na nas universidades privadas. Cerca de 94,1 mil estudantes negros tiveram que desistir de seu curso.

Como seguir no “novo normal” quando o isolamento não nos isolou de sermos vítimas diárias do racismo? Quando somos a população mais afetada pela pandemia? Quando não temos estruturas econômicas e sanitárias para seguirmos as recomendações de saúde? Quando a política de morte é um projeto destinada aos nossos?

A professora Suiane Costa Ferreira (2020) utiliza o termo “Apartheid Digital” para sinalizar o agravamento das desigualdades educacionais e sociais no país na pandemia. Considerando que pretos e pardos utilizam a internet exclusivamente pelo celular, numa proporção superior às pessoas brancas, pois estas possuem outros dispositivos.

Uma das críticas que se coloca quanto ao uso do celular para acesso à informação em meio à educação remota diz respeito à incompatibilidade dos arquivos entre diferentes

dispositivos e o tamanho da tela, o que dificulta o acompanhamento das atividades na educação remota para aqueles que possuem apenas o celular como dispositivo de acesso à rede. Enquanto uma parte da população (majoritariamente branca segundo o IBGE) acessa os recursos disponíveis em rede a partir da sua casa, com equipamentos de áudio e vídeo, possibilitando a participação na educação remota emergencial, outra parte da população (majoritariamente negra) só tem acesso a essas tecnologias a partir da escola ou dos centros públicos, instituições essas temporariamente fechadas por conta do distanciamento social, o que conseqüentemente impede o acompanhamento das atividades educativas. O acesso às tecnologias constitui-se como condição técnica básica e imprescindível para efetivação da inclusão digital (FERREIRA, 2020).

Com as novas regras sanitárias e de distanciamento social, algumas etapas da pesquisa precisaram ser repensadas e adaptadas. Não foi possível realizar o acompanhamento de reuniões e atividades dos grupos, pois se deram de forma online e mais esporádicas. As entrevistas precisaram ocorrer de forma online, assim como questionário foi respondido também de forma online, através de um formulário.

A produção de material empírico online é um desafio e uma das poucas possibilidades para a continuidade de pesquisas que utilizam entrevistas no contexto que se configurou com a pandemia de COVID-19 no Brasil e no mundo. Diante dessa nova forma de fazer pesquisa e com a inexistência de modelos, experiências anteriores, para ter como referência, algumas modificações foram ocorrendo ao longo do processo de pesquisa.

Algumas adaptações e preocupações surgiram para garantir a qualidade, efetividade e privacidade nas entrevistas online como: confiabilidade e segurança da rede de Internet e dos equipamentos (celular, computador, câmera, microfone e fone de ouvido), além de ambiente privativo e silencioso, em que seja possível assegurar o mínimo de interrupções, o que vale tanto para o pesquisador quanto para o participante. Salienta-se a importância de não se estender a sua duração em demorado, visto que o uso das TICs pode causar mais fadiga aos participantes, em comparação à coleta de dados face a face (SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C., 2020).

Neste cenário, me perguntava sobre como seria realizar entrevistas com pessoas pretas nesse contexto? Seria possível assegurar essas exigências? Em que medida a possibilidade de realizar uma entrevista à distância seria mais uma possibilidade de troca ou mais uma das videochamadas que queremos todos fugir, após meses de pandemia, quando nossas relações

passaram a ocorrer quase que exclusivamente por meio de redes sociais e videochamadas? Sobretudo se tratando de mulheres pretas, as quais são naturalizados os cuidados domésticos e familiares, ampliados com a pandemia. Quais os limites entre as possibilidades de compartilhamento de experiências e a contribuição sobrecarga para mulheres pretas neste contexto?

Estes questionamentos e preocupações surgem para realização das entrevistas, mas para além delas, a partir da minha vivência e experiência enquanto mulher preta psicóloga, estudante, pesquisadora, pensando a proximidade de vivência com as participantes e a proposta da pesquisa em que não há a intenção de que as entrevistadas sejam apenas fontes, mas interlocutoras de uma conversa, o diálogo com cada uma é elemento essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

A escolha da plataforma utilizada foi uma das questões a serem resolvidas, se priorizou primeiramente alguns requisitos: que fosse gratuita, que possibilitasse, chamada por áudio e/ou vídeo e que preferencialmente não tivesse limitação em relação ao tempo de duração da chamada.

No processo de escolha da plataforma, o pesquisador deve considerar as necessidades do estudo, a relação custo-benefício, a segurança do aplicativo, além do grau de dificuldade para acesso e familiarização com o aplicativo, pelo próprio pesquisador, mas sobretudo pelos participantes. No Brasil, em particular, podem ser mais convenientes as plataformas com acesso gratuito (especialmente nesse momento de pandemia, ante às restrições no financiamento de pesquisas), bem como com duração ilimitada para videoconferências (Google Meet, Skype), que independem da criação de uma conta ou do download de um aplicativo (Zoom), ou que já estejam bastante difundidas na comunicação virtual de grande parte da população (WhatsApp). (SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C., 2020).

Considerando os aspectos custo-benefício a plataforma Zoom foi escolhida como primeira opção para ser indicada para as participantes. Mas ao longo da pesquisa as plataformas utilizadas foram de acordo com a familiaridade e acesso das entrevistadas às mesmas, uma entrevista foi realizada no Zoom, três pelo WhatsApp e uma pelo Google Meet. Todas participantes utilizaram o celular, e um dos motivos para utilizar diferentes meios foi não ter disponibilidade para baixar ou acessar um outro aplicativo - não ter memória no celular para baixar um novo aplicativo ou instabilidade da internet.

Apesar de todas as adversidades e limitações do momento atual, a realização das entrevistas deram sentido à pesquisa pois no contato com outras psicólogas pretas foi possível

compartilhar experiências, proporcionar um espaço-tempo para fala e escuta de questões que nos atravessam, mas que muitas vezes não são priorizadas, principalmente neste momento de distanciamento social em que a demanda por serviços psicológicos aumentou e que somos incentivadas a autoeficácia, poder escutar quem escuta, e pensar questões a partir das entrevistas foi de extrema relevância.

Além de modificações estruturais do projeto os conteúdos das entrevistas também estão perpassados pelas experiências e olhares de mulheres pretas psicólogas vivenciando um contexto pandêmico, as entrevistas passaram a ter o recorte temporal “antes da pandemia”, “agora na pandemia” e “quando a pandemia acabar”. O contexto da pandemia foi incluído como um tópico a ser conversado nas entrevistas, mas também de forma espontânea cada entrevistada acabou falando sobre como foi afetada pessoalmente e profissionalmente com a pandemia e também como os grupos em que participam precisaram se adaptar coletivamente.

“Ela [a pandemia] me afetou de uma maneira muito singular, eu não sei se singular é a palavra, mas uma maneira muito específica, porque ela chegou na virada da minha formação na graduação para minha entrada do mestrado, então eu não consegui viver muito essa transição porque foi no meio disso tudo, quando eu tava entrando no mestrado e tava passando pela aquela etapa de separar documentos, fazer matrícula e tudo mais, que me roubou um pouco a comemoração da formatura, de finalmente me formar entrou a pandemia e **eu fiquei com isso tudo muito apagado, ou meio perdido** eu não sei muito bem como dizer, eu me formei em 2019 só que na virada para 2020 eu ainda estava entregando o mono então eu entreguei meio em cima dos prazos e tava resolvendo as coisas do mestrado, então foi tudo muito corrido e quando chegou 2020, pandemia, entrada no mestrado e tal eu decidi tirar o CRP e pensar em alguns atendimentos, pensar em começar atender online.” (Barbara, 26 anos, **grifo nosso**).

Barbara fala sobre a corrida para terminar a graduação, a entrada no mestrado e o começo de atendimentos online, tudo isso acontecendo ao mesmo tempo e no meio da pandemia. Fazer diversas atividades simultaneamente e com no contexto pandêmico não conseguir comemorar algumas conquistas que ocorreram nesse momento.

Pensar a realização de atendimentos ou agenda do coletivo no início da pandemia também foi algo vivenciando com muitas dificuldades, Carolina relata que no primeiro momento não conseguiu realizar atendimentos pois estava tentando compreender o que está acontecendo e também não estava bem para fazer qualquer atividade:

“esse ano no coletivo era o ano que a gente tinha a agenda mais cheia, e aí a pandemia parou tudo, a gente meio que caiu, não só em relação às nossas atividades mas o que

tava acontecendo no mundo todo. Eu particularmente uma hora eu tava muito mal, tentando respirar, tentando submergir e logo de início eu comecei a não atender e a gente do coletivo tava todo mundo pego de surpresa, suspenso, no ar e alguns dos colegas do coletivo trabalham nas unidades de assistência à saúde, estavam na linha de frente, então pensar qualquer coisa de ação do coletivo foi realmente muito difícil.” (Carolina, 45 anos).

Os primeiros meses da pandemia foi o momento de precisar submergir, se organizar internamente para continuar a trabalhar e se dedicar ao coletivo e também se organizar financeiramente para então poder retomar as atividades do grupo, pois os grupos/coletivos não são a principal fonte de renda das psicólogas, na maioria das vezes fazem parte de projetos pessoais ou atividades voluntárias, não remuneradas:

“ o Com-por é o trabalho da nossa vida, acho que Liziane também concorda comigo, é o nosso projeto que a gente criou, que a gente ama e que a gente paga para estar, quase isso, hoje em dia é um pouco menos, mas a gente paga para que ele aconteça, ele não é o nosso ganha-pão, a gente não ganha dinheiro para se sustentar dele, então começou a pandemia, primeiro a gente teve que reorganizar o trabalho que sustenta a gente, que é a clínica, no caso da Liziane a escola, e entender como ia ficar, como ia se organizar” (Cecilia, 30 anos).

O período em que as entrevistas foram realizadas compreendeu essa fase de adaptação dos grupos, da migração do presencial para o online e reorganização pessoal e profissional, passando um pouco o momento de susto e o sentimento de estar perdida, mas o momento mais voltado para ação, sobre o que e como fazer nesse momento.

“Com isso a gente lançou uma campanha de contribuição, porque a gente precisava sim receber por esse trabalho que a gente fazia, mas ao mesmo tempo entendendo que quem chegava não necessariamente podia pagar e começamos a fazer essas campanhas de financiamento, no primeiro grupo foram as próprias pessoas do grupo que iam pagando vagas extras e a gente oferecer uma parte dessas vagas para pessoas que não podiam pagar, então o próprio grupo se retroalimentou. Depois teve toda aquela coisa da campanha antirracista, a gente entendeu que dava para pedir contribuição para outras pessoas, as pessoas brancas que estavam querendo fazer ações antirracistas, então pagam para o nosso trabalho acontecer, foi isso que a gente fez, lançamos a campanha, deu super certo, conseguimos ganhar um dinheirinho pelo trabalho, foi muito importante e a partir disso a gente vem fazendo essas campanhas, isso foi uma coisa também que a gente não fazia antes no presencial, a gente sempre ganhou muito pouco, mas a gente bancava, fazia assim mesmo porque acreditamos no trabalho e que uma hora isso ia mudar um pouco. Essa adaptação também foi super importante, acho que deu também uma força para a gente continuar mesmo sendo difícil”. (Cecilia, 30 anos).

Cecilia fala sobre essa estratégia para conseguir receber pelo trabalho dos grupos, o grupo criou campanhas para que outras pessoas pudessem pagar a participação de mulheres pretas quem não tinham condições financeiras de participar dos encontros. Essa questão é muito

relevante já que fazer trabalho com pessoas pretas é enfrentar esses obstáculos, de ter um público que na maioria das vezes não tem uma boa condição financeira, mesmo que queira não consegue investir em saúde mental e ao mesmo tempo o trabalho prestado possui custos, demanda dedicação das profissionais e de alguma forma precisa ser remunerado para que aconteça, essa estratégia convoca pessoas brancas antirracistas a ação, de poder contribuir de alguma forma para a continuidade do trabalho feito por e para mulheres pretas. Essas adaptações e estratégias são maneiras de conseguir enfrentar o momento atual sem perder o foco das ações e os objetivos profissionais e pessoais trilhados antes da pandemia.

Barbara fala sobre os processos acadêmicos e profissionais que vão acontecendo todos ao mesmo tempo e com a pandemia foi necessário assumir outras responsabilidades de forma remota. Não existiu muito tempo para pensar as adaptações para o modelo online:

“quanto ao grupo, as nossas atividades ficaram restritas, a gente parou tudo e aí como eu já tinha tirado CRP a gente entendeu que poderia voltar com a minha presença no grupo, como uma psicóloga formada na companhia das outras estagiárias, entendendo que não havia normas para o estágio online e eu como uma psicóloga formada possibilitaria isso pro grupo de continuar de maneira remota. A gente ainda tá se adaptando a isso aí, esse modelo online é um outro ritmo né de “a será que o fulano travou?” não tem facilmente aquela interrupção de fala quando um tá terminando a fala e o outro já começa a falar, no online é tudo muito difícil, é difícil de tatear então tem hora que fica o silêncio e a gente ainda tá experimentando um pouco isso, mas os atendimentos online ainda já voltaram e a gente está seguindo assim” (Barbara, 26 anos).

Precisar se reinventar pessoal e profissionalmente na pandemia, enfrentando outros desafios e obstáculos, esbarra em muitas dificuldades para mulheres pretas, para além das adaptações das atividades remotas, mas também porque ao mesmo tempo em que ocorrem todas essas mudanças, em relação a distanciamento e regras sanitárias, é preciso lidar com as questões estruturais de ser uma pessoa preta com a política de morte e extermínio que segue:

“essa pandemia nesse momento em que aí a gente vê que tem hora que eu não consigo nem mais ver televisão, porque você vê televisão e a mídia agora tá falando muito no racismo, quando liga a televisão tá se falando demais, é algo que a gente entende como importante, isso me afeta muito, aí eu olho uma família preta que não pode enterrar um ente querido ou que teve um corpo trocado, e que quando você vê essas coisas **você só vê pessoas pretas passando por isso**, essas atrocidades todas que estão acontecendo. Aí você vê um jovem sendo preso, a quantidade de pessoas sendo assassinadas, a quantidade de notícias, coisas que a gente já vive no cotidiano e que já é muito pesado” (Luísa, 54 anos, **grifo nosso**).

A pandemia intensificou o processo de desumanização de pessoas pretas, a espetacularização da violência e do sofrimento de pessoas pretas passou a fazer parte, de forma mais intensa, do nosso cotidiano. E o sentimento é de que não há espaço para empatia, não tempo para o luto, por maior que seja a atrocidade é preciso seguir a vida.

No período da pandemia, George Floyd²⁸, foi brutalmente assassinado, o que gerou dezenas de manifestações contra o racismo nos Estados Unidos e em outros países. No mesmo período, duas crianças pretas²⁹ também foram assassinadas no estado do RJ. Os noticiários giravam em torno desses assassinatos e também do aumento da curva de óbitos por COVID-19, onde cuja maioria era preta. Além de ser vítima do vírus, a população negra ainda segue sendo vítima do Estado. Durante o processo de pesquisa foram inúmeros assassinatos/chacinas, desaparecimentos, a maioria em território de favela cuja as vítimas foram de pessoas pretas e pobres e em situação de incursões policiais.

Se compreender enquanto um corpo preto e assistir a noticiários onde o número de mortes tem cor, e esta cor se parece com a sua, traz um enorme desconforto e angústia, pois fica nítido compreender que mais um dos seus, ainda que não parente de sangue, se foi e isto se deu pela cor da pele dele e que isto pode tornar você ou alguém da sua família a próxima vítima. Conviver diariamente com esse sofrimento e ainda ver ele ser reiterado aciona muitas dores.

Para conseguir lidar com essas e outras questões as formas de aquilombamento precisaram ser repensadas, pois estar junto fisicamente não é mais possível. A rede de apoio construída entre colegas de forma virtual e alguns eventos em formato de *lives* reforçaram a importância das trocas coletivas para o fortalecimento e acolhimento dos sofrimentos e vivências das próprias integrantes dos coletivos:

“passou alguns meses a gente passou a fazer uma espécie de acolhimento entre nós do coletivo, um colega passou a dar um suporte pro outro, ficou algo realmente pesado, principalmente pra aqueles que estavam lá na linha de frente, então a gente passou a fazer uma ou outra live, alguns eventos que já estavam marcados, a gente poderia trazer a temática pra live, a gente não fez muitas lives, talvez umas três a gente conseguiu fazer, até como uma forma da gente sair daquela coisa pesada e começar a falar, a expressar, trocar com outras pessoas, seguir mesmo. A partir dali eu mesmo pessoalmente já me levantei e passei a atender online, porque não havia como e agora mais recentemente já atendendo pessoalmente, foi muito pesado no início, mas o coletivo foi muito importante não só na questão de movimento fora, mas no fortalecimento de nós mesmos” (Carolina, 45 anos).

²⁸ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/mundo/caso-george-floyd-quem-era-americano-negro-morto-sob-custodia-o-que-se-sabe-sobre-policia-branchco-que-matou-24452304>>.

²⁹ Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/rj-quatro-criancas-foram-mortas-em-operacoes-policiais-no-ultimo-ano/>>

Mesmo com a alternativa de realizar atividades online, a saudade e a vontade do encontro presencial permanecem. Com a situação de desemprego social, financeiro e emocional, ainda maior da população negra na pandemia, a luta coletiva e de reivindicação de direitos se tornou mais urgente, porém, protestos, atos, marchas que necessitam do encontro presencial, em um primeiro momento não estavam ocorrendo, como forma de evitar aglomerações e em respeito ao distanciamento social. Diante da impossibilidade de promover essas ações, que caracterizam a atuação de mulheres pretas e a dedicação ao coletivo, não poder estar tão junto das outras pessoas e participando ativamente dos movimentos como gostaria acaba gerando um sofrimento:

“Mas quando a gente tá junto com nossos pares a gente se acolhe, minimamente a gente se acolhe, a gente chora junto, a gente vai fazer um protesto junto, a gente vai lá dar assistência a aquela família, ou a gente vai tentar... Isso é uma coisa que eu faço, de querer tá junto, tá precisando de alguma coisa? Vamos estar lá, vamos fazer, vamos tá junto, vamos ver o que a gente pode fazer junto! Agora a gente não tá podendo fazer isso, o sofrimento é muito solitário, a gente vê o sofrimento do outro e a gente não pode acolher e não poder tá ali pra dar o mínimo conforto e apoio que as pessoas estão precisando e isso tá me angustiando profundamente, profundamente. Pessoas conhecidas que perderam o ente querido e que eu não pude estar ali junto com aquela pessoa, **você manda mensagem, não é a mesma coisa você falar dessa forma. Nós não somos assim, não é uma coisa do nosso povo, essa distância**” (Luísa, 54 anos, **grifo nosso**).

As formas individuais-ocidentais de lidar com o sofrimento, potencializadas com o distanciamento social, não são comuns a pessoas pretas! Quando a entrevistada nos relata a angústia de não poder estar junto, mas que ainda que afastada fisicamente, tentam acolher, manda uma mensagem perguntando no que pode ajudar ou se as pessoas precisam de alguma coisa, faz parte da existência de pessoas pretas na diáspora, construir maneiras de romper com os distanciamentos e fortalecer vínculos.

Há a tentativa de manter, mesmo que a distância elementos que fazem parte da cultura e costumes de pessoas pretas, como uma forma de estabelecer a unidade e fortalecer as relações que não foram totalmente destituídas com o trauma colonial:

“A gente enquanto coletivo sempre teve aquela coisa das nossas reuniões, para poder articular nossas ações, mas a gente sempre priorizou essa coisa da nossa criação, aquela coisa de ter a comidinha, aquele acolhimento, a cervejinha, o churrasquinho, o mocotó, o pagodinho, uma forma também da gente se fortalecer entre a gente, e essas coisas que nós pretos, os ancestrais gostam, muita comida, muito samba, então a gente mantém isso nos nossos encontros, então a gente faz as ações e também faz depois a confraternização, então foi muito bom que quando tudo parou a gente não perdeu isso, conseguimos um espaço para nos fortalecer nesse período” (Carolina, 45 anos).

O resgate da memória ancestral, o manutenção de elementos tradicionais, a relação com os pares e o conhecimento positivo sobre nosso povo permitem o sentimento de pertencimento e a união, auxiliam no processo de autoconhecimento e também na construção de um espaço de segurança e também de cura. Abrahão Santos (2019) pontua que a cura, como nos dá o sentido da nossa ancestralidade, é produção de coletivo, de pertencimento, de memória não colonizada.

As necessidades de distanciamento e isolamento social para evitar a propagação do vírus da COVID-19 não são aqui questionadas, mas buscamos compreender a vivência de um distanciamento/isolamento social para quem já vive um isolamento resultante da segregação racial proposta pelo colonialismo. Momentos simples para pessoas pretas possuem um outro significado, poder estar junto, compartilhar comida, a música, o choro, o sorriso, influenciam na saúde mental e fazem parte do processo de lidar com as feridas geradas pelo trauma colonial:

De fato, africana/os do continente e da diáspora foram forçadas a lidar não apenas com o trauma individual, mas também com o trauma coletivo e histórico do colonialismo, revivido e reatualizado pelo racismo cotidiano. Em um ambiente como tal, trocar saudações torna-se um momento curto - o momento de dar um sorriso - no qual se constrói um cenário para superar a perda e o isolamento racial e, ao mesmo tempo, de desenvolver um sentimento de pertencimento (KILOMBA, 2019, p. 211).

O sentimento de pertencimento e identificação foi evocado nas entrevistas, mesmo com a distância e não conhecendo pessoalmente a maioria das entrevistadas, a realização de pesquisa entre mulheres pretas possibilitou o compartilhamento de experiências mais pessoais e a análise sobre a própria participação:

“é a primeira vez que eu dou entrevista pra uma pesquisa de mestrado, achei super bacana a possibilidade de falar um pouco da minha trajetória, bem bacana ... eu fico assim feliz, admirada... uau uma mulher negra fazendo mestrado, que bacana de ver minhas irmãs seguindo na academia, eu acho super!” (Carolina, 45 anos).

O termo “irmã” é utilizado por pessoas pretas para se referir a outra pessoa preta, para além de laços sanguíneos, como uma forma de recordar uma família imaginária, onde todos os irmãos são filhos do mesmo continente. Isto possibilita o sentimento de não estar sozinha, de recriar o senso de unidade. A saudação é uma tentativa de trabalhar o trauma colonial de separação e de unificar os pedaços de uma experiência distorcida (KILOMBA, 2019).

Grada Kilomba (2019) destaca que o método de fazer pesquisas entre iguais tem sido fortemente encorajada, por representar as condições para relações não hierárquicas entre

pesquisadoras e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática. A autora afirma: “Não concordo com o ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para pesquisa, melhor que envolvimento mais pessoal. Ser uma pessoa de dentro produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos” (KILOMBA, 2019, p. 83).

A realização de pesquisas entre iguais, com respeito a particularidade de cada sujeito, possibilita a aproximação entre pesquisadora e rompimento com a relação de superioridade ou distanciamento entre pesquisadora-pesquisada proposta pela ciência ocidental.

4 SOBRE AS TRAJETÓRIAS DAS PSICÓLOGAS PRETAS

4.1 Relações raciais na formação acadêmica e profissional - um tema silenciado

Neste capítulo compreendemos a formação acadêmica e profissional das participantes, desde a escolha profissional pelo curso de Psicologia, a forma de ingresso na graduação, a instituição de formação e a como a discussão racial foi trabalhada e sentida nesse contexto.

Sobre a formação das participantes, o ingresso na graduação se organiza do seguinte modo: três por ampla concorrência, duas por ação afirmativa, e uma por outra modalidade de ingresso. Quatro se formaram em instituições públicas, duas em instituições privadas. A que se formou há mais tempo teve sua formação no ano de 1993 e a que se formou mais recentemente concluiu o curso no ano de 2019. Apenas uma não tem e nem está cursando pós-graduação, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Dados sobre a formação

Nome	Instituição de formação	Modalidade de ingresso:	Ano de ingresso	Ano de formação	Pós-graduação
Barbara	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Cotas	2014	2019	Mestrado em andamento
Cecilia	Universidade Federal Fluminense - UFF	Ampla concorrência	2010	2014	Especialização
Carolina	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/ Rio	ProUni	2005	2010	Não possui
Liziane	Universidade Estácio de Sá	Outro	2007	2011	Mestrado

Luísa	Faculdade de Humanidades Pedro II - FAHUPE	Ampla concorrência	1988	1993	Doutorado em andamento
Helena	Universidade Federal Fluminense - UFF	Ampla concorrência	1995	2000	Doutorado em andamento

Elaborado pela autora (2021)

Referente a escolha e ingresso no curso de Psicologia há uma trajetória que antecede a graduação e que faz parte da realidade da maioria das pessoas pretas, de precisar trabalhar cedo – desde a infância ou adolescência muitas vezes, do trabalho em subempregos, das dificuldades de conciliar trabalho e estudos:

“Eu comecei trabalhando numa casa de festa, eu era adolescente, estava cursando o ensino médio ainda, comecei a cuidar do parquinho nessa casa de festa, olhar as crianças no parquinho, eu fiquei um pouco tempo cuidando do parquinho depois eu fui para garçonete porque apesar de muito nova eu era uma menina muito madura e comecei a trabalhar de garçonete [...] a minha mãe trabalhava nessa casa de festas também, minha mãe cuidava da mesa de frios, coordenava a cozinha, fritava salgados e no final de ano era muito pesado porque tinham muitas festas, festas de empresa, às vezes era quinta, sexta, sábado e domingo, às vezes tinha festa no meio da semana. E aquilo me ajudava porque meus pais não tinham muita grana, eu tinha muita consciência da nossa situação financeira, então eu não pedia roupa nova, não pedia muitas coisas e com esse dinheirinho eu podia fazer as minhas coisas e aí quando eu tava nessa casa de festa eu fiz curso Normal, fiz formação de professores” (Barbara, 26 anos).

Quando a entrevistada relata que era muito nova, mas uma menina muito madura, me questiono se é dentro da concepção colonial de que as crianças pretas amadurecem naturalmente mais rápido, mas que na realidade precisam amadurecer mais rápido diante da necessidade de assumir outras responsabilidades financeiras e familiares ou até mesmo para trabalharem para pessoas brancas. Nesse sentido não seria um processo natural, mas forjado pelo racismo e suas implicações no trabalho.

Na rotina de trabalho em outros setores surge também o desencorajamento a dedicação aos estudos:

“Eu fiz 18 anos e comecei a trabalhar, não fui fazer faculdade e nem estudar logo. Eu fui trabalhar em loja, em sapataria, aí eu ficava pensando, eu não quero só isso, por que eu tenho que querer só isso na minha vida? Quando em pensei em fazer

Psicologia, meu pai falou onde ele trabalhava “a minha filha quer fazer Psicologia!”, várias pessoas começaram a desencorajar pois falavam que não era uma profissão pra mim, que era pra eu fazer serviço social, fazer outras coisas, assim... eu também não sabia porque que as pessoas achavam que Psicologia não era pra mim” (Luísa, 54 anos).

Luísa, fala sobre a sua escolha pela Psicologia, a chegada à faculdade não era algo esperado por seus familiares, a escolha por um curso mais elitizado como a Psicologia era desacreditado por outras pessoas, importante pensar na fala da entrevista a sugestão pelo curso de serviço social, pensando um curso que tem um histórico de acesso mais comum a mulheres e mulheres pretas, mas para além do curso, o que está envolvido nesta sugestão, porque as pessoas se sentem à vontade em direcionar ou opinar sobre as escolhas de mulheres pretas? O interesse em impedir ou influenciar nas escolhas e decisões de pessoas pretas tem o sentido de evitar que se tornem sujeitos, “pois somente um sujeito pode decidir sobre a própria vida ou determinar sua própria existência” (KILOMBA, 2019, p. 189)

Para as mulheres pretas, o ingresso no ensino superior é um sonho que enfrenta muitos obstáculos para se tornar realidade, querer, gostar de estudar, tirar boas notas não são suficientes, como diz Carolina: “Eu era uma menina negra, eu pensava muito de estudar, sempre quis muito fazer faculdade, mas dentro da realidade do povo preto, da mulher negra, tinha toda essa dificuldade” (Carolina, 45 anos). Diferente do que pregam os discursos meritocráticos, não é nada fácil “apesar de não ter passado no primeiro ano e ter sido muito difícil continuar no vestibular no segundo ano porque era particular e eu tinha pouco dinheiro, então foi difícil permanecer nesse lugar, mas eu insisti” (Barbara, 26 anos).

Com todas as dificuldades enfrentadas e diante da falta de apoio e referências porque a insistência no ingresso no ensino superior? Não seria mais fácil seguir outras profissões, seguir o destino mais comum para pessoas pretas? Além de um sonho, o ingresso ao ensino superior é uma oportunidade de construir um futuro profissional e familiar distinto.

Adentrar neste espaço branco tem seus custos, o receio de não encontrar seus pares, precisar se adaptar conforme os moldes brancos é uma experiência compartilhada pela maioria das intelectuais pretas. Beatriz Nascimento relata: “Não sem sacrifícios, como é lugar-comum nas famílias pretas e pobres, cheguei à universidade, nesta ocasião diminuiu muito o meu contato com o negro. O convívio era, na maior parte dos casos com pessoas brancas” (NASCIMENTO, 2018, p. 246). A falta de referência, as violências e as metodologias

mecânicas de ensino-aprendizagem nos espaços educativos formais, são experiências que reforçam a inadequação de pessoas pretas a nesses lugares. Conforme a autora:

É aquela mecânica de educação que não tem nada a ver com esses grupos de educação familiar, a mecânica da leitura, onde você não sabe quem é, porque não está nos livros. Quando eu comecei a mergulhar dentro de mim, foi justamente na escola que era um ambiente onde eu convivia com a agressão pura e simples, com as interpretações errôneas, estúpidas das professoras, a ausência de pessoas da minha cor na sala de aula, a falta de referência. (NASCIMENTO, 2018, p. 246).

O medo de não conseguir se adaptar e sofrer diversas violências é constante, não só na graduação, o ingresso na pós-graduação também é uma experiência enfrentada com muitas dificuldades pelas psicólogas pretas. O sentimento permanece, de achar que não vai conseguir terminar, ou que vai precisar afastar-se totalmente de seus referenciais:

“então eu comecei a me preparar, e também eu tinha muito receio de fazer o mestrado, eu achava que eu não ia conseguir, que a academia não era um lugar pra mim. Aí eu já tava na militância e aí a gente quando entra na militância, a gente fica que a academia é um lugar branco, que é um lugar que a gente acaba embranquecendo neste espaço, e que tem outras coisas que a gente precisa fazer, que tem espaços pra militar, tem coisas pra fazer a aí eu ia sempre deixando a academia pra lá, não era um espaço que eu achava que eu tinha que estar” (Luísa, 54 anos).

A decisão de voltar à universidade para mulheres mais velhas está relacionada também ao cuidado pessoal, um momento de poder se dedicar mais a objetivos próprios: “eu também preciso cuidar um pouco da minha vida pessoal e pensar como vai ser a minha vida, porque a gente tem muito disso, a gente vai envelhecendo e o movimento não dá conta de você, não te acolhe, não tem como te acolher, as pessoas não estão fazendo isso” (Luísa, 54 anos). A entrevistada fala sobre preocupação com seu futuro, conforme vão passando os anos sente que suas demandas não vão ser acolhidas pelos movimentos em que participa, a falta de acolhimento neste sentido está relacionada as diferenças de idade:

O etarismo é outra distorção de relacionamento que interfere sem nos darmos conta. Ao ignorar o passado, somos incentivados a repetir seus erros. Os "conflitos de gerações" é uma ferramenta social importante de qualquer sociedade repressora. Se os membros mais jovens de uma comunidade vêm os mais velhos como desprezíveis ou suspeitos ou dispensáveis, eles nunca poderão dar as mãos e examinar a memória viva da comunidade, nem saber a pergunta mais importante: "porque são?". Isso provoca uma amnésia histórica que nos mantém trabalhando na invenção da roda toda vez que precisamos ir ao mercado comprar pão (LORDE, 2019, p. 144-145).

Precisar se projetar para o futuro é uma necessidade para pessoas pretas e pobres, mesmo com ensino superior, o medo do desemprego e seguir na pós graduação para entrevistada é uma forma de ter mais pontos em concursos e conseguir uma melhor posição profissional “eu tava naqueles de procurar emprego, mandar currículo e não tava acontecendo e eu vou tentar um mestrado até porque quando aparece alguma possibilidade de concurso ficava sempre naquelas de ir passando nas provas e ficar faltando...”(Luísa, 54 anos).

Além de cuidado pessoal para a entrevistada mais nova o ingresso na universidade e persistência na carreira acadêmica está relacionada ao rompimento de alguns ciclos familiares, construção de caminhos, possibilidades diferentes:

“eu sempre cresci vendo muitas questões na minha família e pensando o quanto eu queria viver coisas diferentes daquilo, por exemplo as minhas tias tinham muito problemas de relacionamento, a questão da solidão da mulher negra era muito presente nos relacionamentos, apesar de eu ter pais casados até hoje, isso para as minhas tias não foi igual foi para minha mãe, então eu cresci assim, sempre pensando e ter relações diferentes, em poder me relacionar de maneiras diferentes, poder existir no mundo de maneira diferente, sem tanto sofrimento, não que isso dependesse apenas de mim, mas era uma expectativa minha, então eu me espelhava em coisas que eu não queria viver e procurava caminhos diferentes, outras possibilidades de existência talvez por isso que eu tenho insistido tanto na universidade[...] porque entendia que a universidade me permitiria trilhar um caminho profissional diferente do que minha família tinha por exemplo” (Barbara, 26 anos).

A criação dos filhos é algo que gera uma centralidade na vida das mulheres pretas, pois diferente das mulheres brancas feministas que temem que seus filhos cresçam, e se unam ao patriarcado, nós tememos que nossos filhos sejam exterminados ou acusados de ter cometido algum crime injustamente (LORDE, 2019). A tarefa de educar meninos negros também foi algo pontuado por Luísa como parte de sua trajetória de militância, que por um momento passou a ser “naquela militância de casa, do ensinamento dos filhos ensinando quem eles são, da família, mas não fora de casa, depois que eles cresceram que eu comecei a me envolver novamente com a militância” (Luísa, 54 anos).

Após um período, foi a partir de seu ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT), que Luísa começou a se unir com outras mulheres pretas, fazendo campanhas e estando nas ruas com mulheres candidatas. A presença de mulheres pretas no contexto eleitoral tem ganhando novos significados e sido representativa principalmente após o assassinato de Marielle Franco.

A entrevistada relata sobre a importância dessas mulheres na política, especificamente a relevância de Benedita da Silva em sua trajetória:

“eu não tinha esse conhecimento de ler mulheres negras, de estar mais próximo das mulheres negras, quando a Benedita começou a se candidatar, que ela entra dentro do Partido dos Trabalhadores, a figura da Benedita foi muito importante para mim, a começar a entender a trajetória de uma mulher negra dentro da política. Depois que eu fui tomando mais conhecimento das coisas, da temática racial e de como o racismo atravessava a minha vida em tudo. Até a candidatura da Benedita para mim no momento era alguém que eu me identificava, ela já tinha muito mais caminhada na discussão, no pensamento racial e tudo do que eu tinha na época, foi muito importante ver aquela mulher se candidatando entrando pelo partido dos trabalhadores que para mim não era mais só a figura do Lula, aquela importância tinha uma mulher para mim, que foi empregada e que tava... Depois vieram outras e mais outras, foi assim um pouco da militância da minha trajetória” (Luísa, 54 anos).

Em 1982, Benedita já articulada com os movimentos de mulheres, negro e comunitário, foi eleita a primeira vereadora do PT e também a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. A eleição para deputada federal em 1986 foi o reconhecimento do trabalho em defesa da mulher, da igualdade racial, da trabalhadora doméstica, das minorias, dos direitos humanos e das comunidades faveladas. De vereadora, deputada federal, senadora, vice-governadora, governadora, ministra de Desenvolvimento Social do primeiro Governo de Lula, e secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.³⁰ Em 2002, quando governou o estado do Rio de Janeiro, numa decisão inédita, nomeou 20% de negros para o primeiro escalão. Implantou a lei de cotas na UERJ.

A trajetória de Benedita na política trouxe para a entrevistada e para outras tantas mulheres pretas a possibilidade de existir em outros espaços que não os destinados a priori para a população negra. De acordo com a psicanalista Neusa Souza:

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe conforme pertença ou esteja mais próximo dos padrões raciais da classe/ raça dominante. (SOUZA, 1983, p. 20).

Ainda conforme a Psicanalista, “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os

³⁰ Disponível em : <<https://pt.org.br/benedita-da-silva/>>

padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre a cor negra e posição social inferior” (SOUZA, 1983, p. 19). Considerando isto, quando uma mulher preta que foi empregada doméstica ocupa um espaço de decisão e na política, ela está contrapondo toda a lógica colonial de servidão e exploração de corpos negros e de lugares destinados a estes corpos, mas mais do que isso, ela mostra que existem sim outros lugares sim para pessoas como ela e que precisam ser ocupados para que as mudanças aconteçam.

“eu sou filha de empregada doméstica, pai eletricista do qual eu não cheguei a conhecer, porque quando ele faleceu eu era bem pequena ainda. Então eu não cheguei a conhecer e aí fui criada pela família do meu pai porque minha mãe empregada doméstica tinha uma rotina muito pesada de trabalho, às vezes chegava a dormir na casa dos patrões, então a gente quase não a via. Quem me criou então foi a família do meu pai com minha avó paterna e as minhas tias, eu fui criada, educada, sustentada em uma casa de mulheres, com **uma avó e seis tias, mulheres pretas, todas empregadas domésticas** e assim foi, o que eu mais lembro, o que eu mais agradeço a essas mulheres é que elas sempre pautaram pela educação, elas investiram na gente pela educação.” (Carolina, 45 anos, **grifo nosso**).

Qual seria a importância de ter uma trabalhadora doméstica ocupando cargos políticos para as psicólogas pretas? A experiência do trabalho doméstico é algo que atravessa – e muitas das vezes interrompe – a vida da maioria das mulheres pretas.

Essas experiências não são consideradas na Psicologia hegemônica. Com a análise das entrevistas foi possível notar que independente da instituição e do ano de conclusão de curso, todas as participantes definiram a formação em Psicologia como uma formação generalista básica em que não há diversidade de autores e de temáticas:

“Mas assim aquela formação muito básica da gente como profissional de psicologia, acho que até hoje não se mudou muita coisa, a gente vai estudando sempre os mesmos autores, sempre as mesmas coisas e era isso que eu passava a acreditar, logo que eu terminei a faculdade eu comecei a trabalhar como psicóloga eu tinha essa visão só do que eu aprendi na faculdade.” (Luísa, 54 anos).

A ausência de abordagens que preparem realmente para a prática profissional e a inexistência de conteúdos sobre relações raciais nos cursos de Psicologia são associadas com o perfil racial das universidades, onde se tem uma maioria branca, alunos e professores, o debate racial não é visto como relevante e a preocupação com o exercício profissional fica em segundo plano. Ser umas das únicas pessoas pretas em sala de aula foi algo vivenciado pelas psicólogas “eu lembro perfeitamente que só tinha eu e mais uma menina negra nas turmas que eu circulava,

porque eu nunca fiquei muito presa em uma turma, eu circulava por várias, eram somente duas” (Liziane, 48 anos). O relato de Luísa vai de encontro ao de Liziane:

“Quando eu fiz faculdade era só eu e mais uma colega, éramos duas alunas negras na turma. A gente não ligava uma coisa à outra quando a gente tava no meio da turma, a gente achava que era uma questão nossa que a gente tinha, que era uma questão pessoal, sempre uma questão pessoal, até hoje... ela foi minha madrinha de casamento, a gente sempre se deu muito bem. Fico pensando quantas coisas atravessam o nosso corpo e a gente vai passando por isso tudo, passando, passando a vida e sem perceber, sem entender...” (Luísa, 54 anos).

Ter a consciência de ser a única pessoa negra em um ambiente predominantemente branco, sinaliza o exercício constante de contar quantos pares tem nos espaços, ou seja, a busca por pessoas com as quais seja possível desenvolver algum vínculo e sobreviver naquele ambiente, visto que a posição de ser “o único” é em geral convidativo para ouvir narrativas racistas, rir de piadas sem graça, ser submetido a várias formas de assédio racista (hooks, 2019).

Logo, a necessidade de se unir com seus iguais como estratégia de sobrevivência, de acolhimento e de reivindicação de pautas em comum, vai construindo os movimentos de estudantes negros:

“Eu acho que esse movimento de estudantes negros e negras fazendo psicologia ele é recente mesmo, só pós cotas que você vai ter um aumento mais significativo e mesmo assim ainda questionam esses estudantes, essas ilhas que eles acabam formando, os grupos mesmo para se proteger, para formar alguma rede de apoio porque ainda assim hoje mesmo com essa expansão desses psicólogos pretos, das psicólogas, que a gente tem convivido encontrado mais, ainda assim é um crescente.” (Liziane, 48 anos).

Esses questionamentos vindos de pessoas brancas sobre a necessidade da criação de coletivos, grupos, redes de estudantes pretos trazidos por Liziane, também são discutidos por bell hooks:

pois faz parecer que os indivíduos negros simplesmente não gostam de socializar com os brancos. A realidade é que muitas pessoas negras têm medo de se machucar se baixarem a guarda, temem ser alvo de ataques racistas, uma vez que a maioria das pessoas brancas não desaprendeu o racismo. (hooks, 2019, p. 40).

Mesmo sendo poucas pessoas pretas no curso de psicologia, Carolina conseguia se reunir com estudantes de outros cursos nos espaços comuns da universidade, para compartilhar experiências:

“Mudava sempre o semestre, mas tinha um, ou dois colegas pretos, interessante que não éramos muitos na sala de aula, mas a gente tinha um espaço fora da sala de aula que a gente conseguia se encontrar, na universidade, os alunos pretos mesmo de outros cursos, a gente conseguia interagir, se encontrar e se agrupar ali nos espaços fora da sala de aula, nos espaços maiores. Existia a bandeirão, onde todo mundo se encontra e tinha também um bosquezinho onde todo mundo parava pra conversar e eram sempre as mesmas pessoas, alunos negros bolsistas, dificilmente paravam outras pessoas, um aluno branco não bolsista nessas rodas de conversa, a não ser aqueles que estavam mais antenados, mas também era um ou outro que tinham esse interesse de estar com os alunos pretos e bolsistas.” (Carolina, 45 anos).

Essas trocas foram significativas para a permanência de Carolina na faculdade. Atualmente, ela considera que esses encontros entre pessoas negras foram precursores para a criação posterior de coletivos e espaços mais sistematizados para pensar sobre relações raciais e de classe na faculdade:

“na minha época não tinha, hoje até fiquei sabendo que lá na universidade já tem alguns coletivos, como muitos colegas de pré-vestibular comunitário entraram também na universidade, a gente fazia nossas reflexões entre nós mesmos, em algum intervalo, mas coletivo na universidade era muito difícil, uma universidade católica, conservadora, onde os padres que estão lá são os donos da coisa, eles começaram a podar, mas a gente tinha um potencial pra discutir outras coisas também dentro da universidade, rapidamente ele foi culminado, isso foi há 10 anos atrás, hoje sabendo que tem coletivos lá, a gente viu que esse movimento lá atrás foi importante, os que vieram depois já conseguiram ter um coletivo.” (Carolina, 45 anos)

As discussões de raça, classe e gênero na Psicologia passam a ocorrer a partir dos tensionamentos feitos pelos movimentos negros:

“O que acontece é que as pessoas que faziam parte do Movimento Negro passaram a influenciar dentro da Psicologia, dentro dos Conselhos Regionais, e a criar essa discussão dentro desses espaços, a maioria [da classe] é de mulher, agora que tá começando a mudar um pouco, mas os homens ainda têm mais espaços de cargos de comando nesses lugares. O que tá acontecendo agora é que as mulheres pretas dentro desses espaços estão tomando um outro posicionamento político, inclusive de hoje a gente quando falar na Psicologia se dirigir primeiro lugar à Psicóloga. Nessa gestão agora do Conselho Federal de Psicologia é uma gestão com mais psicólogas pretas dentro da gestão do Federal, acho que aos poucos está acontecendo das mulheres ocupando, as mulheres sempre tiveram nesses espaços como Virgínia Bicudo teve nesse espaço desde o início, mas nunca se falaram nas mulheres dentro dos espaços, do papel das mulheres nesses espaços, e acho que tá cada vez mais, a gente aos poucos está conseguindo se posicionar dentro dos lugares e posicionar o nosso papel enquanto mulher negra, não só o papel político da temática racial, mas se colocar como mulher negra porque nós somos a minoria dentro da profissão, somos a minoria de cargo de poder como psicólogas mesmo entre os psicólogos negros, e isso a gente tem levado esse debate mais à frente.” (Helena, 70 anos).

Luísa reflete sobre os pesos da militância negra na universidade, que por vezes acaba adoecendo, gerando consequências nas relações acadêmicas no geral, e também no rendimento

acadêmico, pois há a possibilidade de um trabalho não ser aceito, de ser avaliada de forma diferente de colegas brancos ou de a escrita não ser considerada formal ou acadêmica suficiente. Além disso, menciona existir a sobrecarga de não poder “só estudar”, sendo necessário estar se afirmando e se posicionando a todo momento:

“A necessidade da discussão tem crescido muito, mas é cansativo porque você não está no espaço só para estudar além de estudar você está no espaço como militante e as coisas estão mudando por isso, porque o pessoal está militando dentro da universidade e não vai para militância que eu acho que às vezes até chega a nos adoecer, desgastar, porque você tá tendo que debater em espaço branco com professores brancos que não tem nenhuma leitura e também não fazem questão de ter e quando você leva os seus temas você tem que acabar peitando mesmo pra colocar e para escrever e se arriscar no que você está fazendo, você pode chegar no momento de um trabalho seu não seja aceito, a forma que você fala, de você pensar não seja aceita.” (Luísa, 54 anos).

Helena também comenta sobre essas retaliações que os movimentos negros sofrem na luta antirracista, mas pontua que o debate está finalmente presente, devido à luta dos movimentos e das denúncias para que o Estado, assumisse o compromisso do enfrentamento ao racismo:

“Também o que a gente tem levado de retaliação por conta disso, mas finalmente neste século XXI o debate do racismo ele está aí presente, o que só começou a acontecer no final do século XX então depois da conferência de Durban, de todas as denúncias, que o Estado brasileiro tomasse medidas de enfrentamento ao racismo que essa pauta ganhou espaço na sociedade e conseqüentemente na academia, a academia é um dos espaços que cada vez mais precisa ser comprometido com essa pauta.” (Helena, 70 anos).

A conferência de Durban, citada pela entrevistada, ocorreu em 2001 em Durban, na África do Sul, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância. na ocasião, foram estabelecidas a declaração e o programa de ação de Durban, documentos que instituem a ação da comunidade internacional para combater todas as formas de racismo e discriminação racial.

Mesmo com as diversas movimentações ocorridas em prol da inserção de pessoas pretas no espaço universitário, diferente do que se pensava, o cumprimento de todas as exigências acadêmicas não é a maior questão, o sentimento de não adaptação, de não lugar ocupa um lugar muito grande. Carolina fala sobre a diferença que sentiu ao sair do curso popular pré-universitário, para ingressar no curso de Psicologia em uma universidade privada:

“Foi um choque total, cultural, econômico, **eu acho que não me adaptei muito no curso, eu ia, cumpria todas exigências como qualquer outro aluno, mas tinha um desconforto ali que era natural, não precisava ser dito, sentia um desconforto, era algo natural que já tava ali**, aí eu conversando com outros colegas, que tinham a mesma realidade, também vieram de outros cursinhos comunitários, que vinham de longe, tinha a questão da xerox, da passagem, pessoal que se virava nos 30 pra poder manter-se na universidade, então era uma realidade absurda do aluno PUC padrão para o aluno que entrou pelas ações afirmativas.” (Carolina, 45 anos, **grifo nosso**).

É fundamental entender o sentimento de não adaptação do qual fala Carolina, pois não se trata de não conseguir acompanhar os conteúdos por conta de falhas no processo de escolarização, dificuldades de aprendizagens ou cognitivas, mas as dificuldades dela, e de outros colegas com a mesma realidade, são estruturais, de permanência na universidade, relacionadas a questões raciais e financeiras, não conseguir tirar xerox do material ou comprar os livros, morar em áreas distantes e não ter passagem para conseguir se deslocar com facilidade.

Carolina relata que a experiência com o curso pré-universitário foi um aprendizado “Eu digo que eu aprendi muito mais nos movimentos do pré-comunitário porque o aprendizado foi para além do conteúdo do que na própria universidade” (Carolina, 45 anos). Com uma experiência diferente, Barbara que é a única entrevistada que ingressou pela política de cotas em uma universidade pública, e que participou de um coletivo negro da psicologia durante sua formação, relata a importância da universidade em sua trajetória, na sua aproximação com a discussão racial e aprofundamento sobre alguns temas:

“a UERJ tem uma parte muito importante na minha trajetória com a questão da consciência racial que não tinha antes, me ambientar, estruturar nesse lugar que já tinha muitos efeitos da minha vida só que eu não tinha consciência disso foi um passo muito importante mesmo, me aproximando das discussões sociais que eu encontrei na universidade.” (Barbara, 26 anos).

Carolina, que ingressou na graduação também por meio das ações afirmativa em uma instituição privada, fala sobre os desconfortos que percebia, principalmente entre os professores em ter corpos negros na sala de aula do curso de Psicologia:

“A gente sentia o impacto que era a nossa presença com as ações afirmativas, não é que lá na universidade nunca teve preto, mas eu acredito que antes das ações afirmativas a coisa era quase invisível, com as ações afirmativas entrou um número maior de alunos negros, sempre tem aquele impacto, um desconforto, alguma coisa que é dita-não dita e então alguns professores que paravam pra comentar, uma falou “realmente eu trabalho há 20 anos nessa universidade e é a primeira vez que eu passo

a dar aula para alunos negros”, então assim, o curso de psicologia neste nível.” (Carolina, 45 anos).

O espanto de Carolina quando diz “o curso de Psicologia neste nível” demonstra a frustração com as violências que ocorrem no curso que trabalha com o cuidado, com a empatia e com Humanidades, há a expectativa de que as pessoas das áreas de Humanas ou da saúde sejam mais sensíveis a alguns temas do que a profissões ligadas as ciências exatas ou ciências mais duras. Mesmo que haja o estudo de algumas temáticas e treinamento de algumas habilidades para trabalhar diretamente com pessoas na Psicologia, não comuns a outras profissões, psicólogos e psicólogas podem ser tão racistas e preconceituosos como qualquer outro profissional.

Pelo fato de o curso de Psicologia ser majoritariamente feminino, pode ser acionada também a falsa ideia de sororidade universal, a cumplicidade entre mulheres, porém entre mulheres brancas e pretas não há tal cumplicidade, há uma hierarquia racial, por mais que mulheres brancas relutem em se verem como opressoras, elas têm exercido e se beneficiado do poder masculino quando relacionado mulheres e a homens pretos (KILOMBA, 2019).

É interessante pensar por que o corpo negro é algo estranho na academia. Uma vez que as universidades são invenções africanas e foram apropriadas pela matriz do conhecimento ocidental, tornando-se um *lócus* da branquitude. O medo das pessoas pretas na academia envolve o medo de que esses conhecimentos que foram roubados sejam resgatados, a partir deste resgate a branquitude precisa lidar com seus privilégios, com o que realmente é, que o discurso de superioridade construído sobre si não passa de uma farsa.

Todavia, percebe-se que a presença do corpo negro, fruto das ações afirmativas, gera um desconforto maior ainda. Assim, com o início da implementação da política de cotas, ainda pairavam discursos que afirmavam que cotistas não realizam provas, que não tinham tanto mérito quanto os estudantes cujo o ingresso era por ampla concorrência, que os professores deveriam facilitar a vida dos estudantes cotistas e, principalmente, sobre o medo de que as notas dos cotistas diminuíssem o prestígio e *status* da universidade.

As ações afirmativas podem ser definidas como:

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização

do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2005, p. 55).

As ações afirmativas são destinadas a diferentes grupos sociais, negros/as, indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em vulnerabilidade econômica etc., porém é nítido que a discussão maior se concentra nas modalidades destinadas as pessoas pretas.

Essas pessoas que passam a modificar a cor das salas de aula vão causando desconfortos e tensionamentos na estrutura predominante branca das universidades, questionando a ausência de professores e referências pretas e as ementas dos cursos.

Carolina relata que quando era trabalhado algum tema sobre relações raciais na Psicologia era por pessoas de outras áreas:

“não tinha a menor possibilidade de algum autor negro, não existia. Apenas num vídeo sobre questões sociais que uma professora passou era uma professora que dava aula de Psicologia e Comunidade então passou um vídeo falando de moradia, passou o Milton Santos, alguma coisa dele falando, não era ninguém da psicologia, um outro teórico pra poder dar uma preenchida naquele conteúdo que ela estava passando, dentro dessa matéria que passava questões mais sociais, foi a única coisa que eu vi em cinco anos de formação, além disso nada” (Carolina, 45 anos).

Liziane, se formou em Psicologia em uma instituição privada, mas tem uma graduação anterior em História, em uma instituição pública. Ela observa essas duas experiências:

“Eu me formei em 2011 e tinha um professor negro - isso porque era uma universidade privada. Na universidade pública por exemplo, na época até enquanto eu estive nela não tinha nenhum professor negro. Quando eu saí tinha entrado o primeiro, isso falando do departamento de história, então não tinham professores negros e alunos muito menos naquela época” (Liziane, 48 anos).

Helena menciona que foi conhecer autores negros da própria área psi na educação. Ela fala também que os professores não tinham nenhuma informação sobre autores negros, e incentivavam os estudantes a irem se aprofundar sobre as relações raciais em outros cursos das Ciências Humanas. Logo, com seu relato podemos identificar o desinteresse da psicologia em disponibilizar um espaço para o estudo de raça e em ver como raça e racismo também devem fazer parte dos saberes psicológicos:

“Fazendo uma retrospectiva de quando eu comecei a trabalhar especificamente este tema, à medida que o tempo foi passando e que eu fui entendendo melhor a questão e

encontrando com mais pares eu vi que quando eu fiz a especialização era um espaço, um ambiente que as pessoas foram ali pra estudar este tema, raça, etnia e educação então grande parte dos professores, tinha psicólogos mas eram menos, na maioria professores, neste espaço que eu fui conhecer, ter algumas informações que eu não tive na faculdade de Psicologia, autores mesmo como Neusa Santos, eu tentei encontrar essa informação na educação, eu não tive essa informação na psicologia, na Psicologia este tema era bastante silenciado, aliás nós éramos convidados a buscar em outros cursos, disciplinas como sociologia, antropologia, história, os subsídios para nossa discussão, para construção do trabalho, obviamente que estas disciplinas elas dão realmente um suporte muito grande pelo próprio objeto delas de estudo que é a sociedade, a história, cultura, elas fatalmente vão abordar a questão racial, a questão de humanas, a psicologia também como uma ciência humana ela foi muito omissa deste debate.” (Helena, 70 anos).

Clélia Prestes (2020), em seu artigo “Não sou eu do campo psi? vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras”, analisa as produções de algumas das principais figuras pretas no campo psi e aponta os silenciamentos e processos que mantêm pessoas pretas no anonimato. Para que haja uma real descolonização do campo, “ensurdecimentos e cegueiras precisam ser revertidas por um ecoar de vozes que permitam não somente dar abertura para tantos trabalhos realizados, estabelecer diálogos, continuidades, acúmulos, como também desalienar o campo psi e descolonizar suas atuações” (PRESTES, 2020, p. 73).

Carolina diz não haver um aprofundamento teórico por parte dos professores/as, ao mesmo tempo em que faziam comentários pessoais, principalmente em relação a ações afirmativas: “Não era dito, imagina numa universidade 99% branca, quando se fala em cotas raramente, era sempre uma coisa que não tinha muita reflexão, era só uma opinião pessoal, sempre desmerecendo a coisa, nunca era um discurso mais aprofundado” (Carolina, 45 anos).

Comentários pessoais emitidos em sala de aula sobre relações raciais, dizem muito sobre o (não)lugar que os estudos sobre raça e racismo ocupam nas ementas pedagógicas, como se não necessitasse de aprofundamento teórico, basta dedicar cinco, dez minutos das aulas para emitir uma opinião sobre algum assunto polêmico:

O trabalho pedagógico ainda é realizado levando em consideração apenas a “boa vontade” dos docentes. A prática das professoras está distante de uma análise histórica, sociológica, política e antropológica sobre a diversidade étnico cultural. As opiniões giram em torno do senso comum e o que é pior, estão carregadas de um discurso racista e sexista. (GOMES, 2010, p. 73-74).

Diante da ausência de professoras pretas que tenham na sua prática o engajamento político e racial do qual se refere Gomes (2010), ainda se espera a boa vontade ou a parceria de professoras brancas: “Aí o que a gente consegue nos espaços acadêmicos é a parceria de pessoas

brancas que dialoguem com a gente e que sejam parceiras no enfrentamento ao racismo, a gente não tem orientadores negros, são raros, a gente precisa buscar mesmo parcerias” (Luísa, 54 anos). Essas parcerias não são naturais, é uma busca como diz Luísa e que se torna cansativa, pois além de todas as demandas acadêmicas ainda é necessário perceber quais professores é possível dialogar com o medo de passar por uma situação racista.

Luísa fala sobre a importância do ingresso de pessoas pretas na pós-graduação para não precisar depender dessas parcerias para sempre, as reivindicações de professores e doutores pretos têm o sentido de romper com a ideia de que alguns espaços, como a academia, é um lugar que a gente pode chegar, mas dificilmente ficar! Luísa percebe algumas mudanças na Universidade do período que concluiu a Graduação (1993) e atualmente no seu retorno para a pós graduação, mas aponta que será necessário muito tempo ainda para que uma mudança mais estrutural aconteça:

“não dá para a gente dizer que não está tendo mudança, tá acontecendo, ainda devagar para a gente porque somos nós que estamos ali tempo todo vivendo essas dificuldades, parece que vai demorar um tempo. Eu não vou conseguir ver a mudança toda ainda, ainda vão haver algumas gerações para mudar, se a gente não entra na pós-graduação como que a gente vai ter professores pretos para poder orientar outras pessoas e orientar dentro de uma temática? A gente vai sempre depender de professores brancos que façam parcerias, que sejam parceiros? **Eu quero ver professores pretos também dentro do espaço.** Ainda falta muito, mas que está fazendo muita diferença a gente estar nesses lugares, principalmente a sua geração, o pessoal que está chegando novo, o pessoal militante está chegando com tudo, com todo gás dentro da faculdade, está fazendo muita diferença., na minha época eu nunca assumi meu cabelo natural na minha época de faculdade. Durante muito tempo da minha vida eu nem sabia como era a textura do meu cabelo, como era o meu cabelo, não tinha aluna negra com cabelo natural. A pessoa pode usar o cabelo como quiser, se quiser deixar um cabelo natural, um black, se quiser usar um dread, vai lá e se posiciona que vai ser assim, vai ser dessa forma que vai estar naquele espaço, isso tem sido bem bacana, é um outro mundo, da época que eu me formei pra cá.” (Luísa, 54 anos, **grifo nosso**).

A demanda por professores pretos nas universidades é algo que tem sido feito constantemente. A indagação “Quantas professoras negras eu já tive?”, feita pela professora Sulamita da Silva, quando havia acabado de ser selecionada como professora substituta na Universidade Federal do Acre (UFAC), a levou a criar junto com outras professoras pretas o projeto Rede Mulherações, com o objetivo de contribuir com a preparação de mulheres pretas e indígenas nos seus ingressos em cursos de mestrado e doutorado. Para termos docentes pretos/as precisamos que os espaços na pós-graduação sejam ocupados. O enegrecimento das

universidades passa tanto por fronteiras físicas, como também as narrativas, saberes e conhecimentos produzidos dentro e fora dos espaços acadêmicos (GELEDÉS, 2020).

Sobre o enegrecimento físico destes espaços, os cabelos ganham destaque nas narrativas de mulheres pretas, pois são constituintes de suas identidades. Em uma sociedade racista, onde o fenótipo serve para a hierarquização do que é bom/ruim, bonito/feio, a cor da pele, os traços e cabelos são elementos presentes na mediação com o outro, e o olhar para o próprio corpo e o olhar do outro para si mesma fazem parte de seus processos de subjetivação (OLIVEIRA; MATTOS, 2019).

Abrahão Santos destaca não apenas as transformações físicas/visuais feita nas universidades a partir das ações afirmativas, mas as transformações epistêmicas que vem acontecendo a partir da entrada destes sujeitos que antes não faziam parte do ambiente universitário.

Não há como não defender a inclusão da perspectiva do enegrecimento, na formação do psicólogo, se isso é tão importante para a compreensão da saúde integral da população negra. Teremos que elaborar o sentido para o que os movimentos negros vêm chamando de enegrecimento, aqui apenas indicado. Esse sentido, que trará ganhos epistêmicos, transformações nos caminhos (metodologia) de pesquisa na Psicologia, ganhos políticos em termos da superação do lugar subalterno da população negra e de construção da equidade sociorracial, deve ser construído coletivamente, pelas práticas de militância da população negra e dos parceiros antirracistas, pelos escritos dos intelectuais negros e demais parceiros da luta por equidade sociorracial. O sentido epistêmico que quero dar à perspectiva afropindorâmica ou ao enegrecimento vem da resistência, de muito tempo atrás, de homens e mulheres negros e negras; vem também da militância universitária que veio com as políticas de cotas e quer falar. Esses novos atores da intelectualidade brasileira precisam avançar mais nas pesquisas e no debate até que produzam uma boa resposta a si mesmos do sentido do enegrecimento. (SANTOS, 2019, p. 168).

A presença preta e as discussões raciais que as entrevistadas exigem da Psicologia não são no sentido de trabalhar suas próprias questões de forma individual - até porque se entende que são modificações que exigem um certo tempo como diz Luísa, e que os movimentos sociais já tem feito há muito tempo, os chamados feitos a Psicologia é para que haja as transformações políticas necessárias, para que a população negra consiga ser compreendida na sua integridade.

“Quando eu fiz a graduação na UERJ a gente não tinha nenhuma disciplina que tocasse em questões raciais, a gente tinha duas professoras que talvez tocassem nesse ponto, era uma coisa muito pouca, e **ter consciência racial e tá numa formação que isso não é contemplado é muito difícil porque a faculdade, o trabalho demanda muito da gente e qual o tempo que a gente tem para cuidar disso que é tão nosso? é um tempo muito curto, um tempo muito pouco** e quando eu pude estar junto no

estágio onde a supervisora se preocupava com isso e poder participar desse grupo já foi uma coisa muito importante pessoalmente.” (Barbara, 26 anos, **grifo nosso**).

Ter uma supervisora atenta as questões raciais e participação de grupos que se debrucem sobre essa discussão dão a segurança de estar sendo preparada para compreender e se dedicar à sua população. O tempo de que Barbara fala é uma questão muito presente, pois é usado como justificativa para não ter nenhuma referência negra nas ementas, “isso demanda muito tempo, muito estudo”, “eu me formei em outro tempo em que isso não era abordado”. Mas nós pessoas pretas possuímos todo tempo do mundo para irmos em outro curso atrás de referência, para participar de grupos de estudos ou eventos em busca do conteúdo faltantes nos cursos de Psicologia?

“Os professores, talvez três professoras, que estavam mais abertas pra essa discussão, falavam mais de cotas, outras ações afirmativas que não fosse entrada só pelo vestibular, os outros já tinham seu currículo, e era aquela matéria que a pessoa domina então era aquilo que a gente ia estudar, sem muita reflexão, sem muita abertura pra reflexão” (Carolina, 45 anos).

Essa falta de abertura para discussão, vai para além da graduação. Barbara, que está no mestrado, e Luísa e Helena, que estão no doutorado, dizem sobre as dificuldades que seguem enfrentando na pós-graduação:

“eu ainda percebo que ainda há uma dificuldade de alguns professores de falar sobre isso, existe uma resistência de tocar nesses assuntos, o entendimento de que já superamos o racismo e quando a gente fala a gente está trazendo isso de volta, mas é uma necessidade urgente, eu entendo que algo muito, muito urgente.” (Barbara, 26 anos).

Luísa fala sobre a experiência de ter entrado como cotista no mestrado e também no doutorado:

“Eu quando eu entrei no mestrado tinha a bolsa que facilitou, eu entrei como cotista, eu fui a primeira cotista do programa, aí eu consegui uma bolsa de pesquisa e entrei também no doutorado como cotista, foi um posicionamento político, porque quando eu entrei no mestrado meu pedido de cota foi indeferido, aí eu fui, corri atrás, entrei com recurso e consegui entrar e foi um momento bem importante de perceber a nossa presença nos espaços é importante porque hoje tem mais cotista dentro do programa, hoje todos os cotistas do programa têm bolsa.” (Luísa, 54 anos).

Ainda há uma tentativa de limitar até onde a pessoa negra pode ir e em quais assuntos pode se aprofundar, de modo que até a escolha por uma linha de pesquisa é questionada. Helena fala sobre isso e a solidão que esteve presente nesse processo, ressaltando a importância de ter pares neste espaço:

“No mestrado era outra coisa, era um tema que eu tava trazendo pra discussão e que encontrou também uma certa resistência por parte de colegas, também por parte de docentes, de questionamentos sobre a pertinência do tema, “mas isso é importante mesmo?”, até porque o mestrado e doutorado lá na UFF têm duas linhas de pesquisa, uma é Subjetividade e exclusão social e a outra linha é Subjetividade e clínica. Como eu estava na clínica eu fiz o projeto para a linha da clínica, e eu era muito questionada por alguns colegas e professoras “você está falando de racismo você tinha que estar em exclusão social, não na clínica”, então havia este tipo de questionamento e era muito cansativo porque praticamente era só eu com este projeto, com esta temática, éramos muito poucos negros, ali era muita solidão, com o passar do tempo com apoio da orientadora que sempre me deu muito apoio pra discutir isso, mas havia muita dificuldade de sustentar este tema naquela ocasião, o que já é hoje no doutorado uma diferença muito grande, de 2005 pra cá muita coisa mudou, a própria questão das cotas mudou a cor da universidade, a quantidade muito maior de estudantes negros, inclusive a pós-graduação, e com isso uma demanda pelo debate de autores negros na academia, autores que não estavam presentes, autores decoloniais, então a relação agora já é outra, não que não tenha dificuldades com este tema, é um tema que produz muitos incômodos, mas já temos mais pares pra conversar, é pouco, mas já tem professor negro na pós-graduação, quando eu fiz mestrado não tinha, hoje já tem disciplina obrigatória desta questão, que é uma demanda que a gente vinha já fazendo na nossa militância enquanto psicólogas negras, a gente já vinha trazendo essa necessidade de inclusão de temas, inclusão de autores, de disciplinas na graduação e na pós graduação que contemplasse a questão étnicorracial. Então finalmente isso passou a ser um tema, contudo, pelo bem ou pelo mal.” (Helena, 70 anos).

Com todas dificuldades e falta de conteúdos na formação que enfoquem as questões raciais, Cecília relata como ela, assim como Liziane, vai buscando recursos que servem de embasamento para a realização dos grupos terapêuticos com mulheres pretas, ela fala como a poesia e vai auxiliando-as nesse processo de saber-fazer:

“É o trabalho que a gente vai fazendo muito na intuição, muito do que o que a gente gostaria que falasse para gente, muito do que a gente vai lendo de poesia, não só de livros acadêmicos e coisas pesadas, não que poesia não seja pesada, muitas vezes é, a gente vai pegando recursos, criando um jeito de fazer que não tá dado, que não tá escrito, que a gente não estudou, não teve uma disciplina grupo terapêutico para mulheres pretas, a gente foi fazendo, a gente está fazendo com que a gente acha que faz sentido para as pessoas, que é importante para gente.” (Cecilia, 30 anos).

Não existem modelos a serem replicados. No contato com outras mulheres pretas é que as psicólogas são convocadas para a construção de novas práticas. Liziane destaca o quanto as vivências de pessoas pretas diaspóricas são importantes para a construção de teorias:

“Não que a gente não tenha nenhuma base teórica, não é isso, mas eu acho que essa vivência, essas experiências das pessoas pretas na diáspora, vivendo a experiência de um racismo estrutural, essas experiências vão dar um lugar, elas vão ter um lugar muito importante, eu acho que certamente a partir disso a gente pode estar construindo ali na frente até mesmo uma teoria a partir dessas práticas, fazer esse movimento contrário, do empírico para o teórico, aquilo que as teorias eurocêntricas odeiam e inclusive.” (Liziane, 48 anos).

Esse movimento de aprender fazendo, de lutar para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser, que bloqueiam nossa capacidade de nos vermos em outra perspectiva, nos imaginarmos, nos descrevermos e inventarmos outros modos que sejam libertadores, tem sido uma tarefa fundamental de pensadoras negras (hooks, 2019; 2013).

Aprender a partir da experiência é muito importante, mas poder ter contato com referências que falem sobre a população preta faz diferença, Carolina fala sobre a diferença em atender pacientes pretos sem ter acesso a discussão racial e depois de já ter algum aprofundamento:

“Eu venho me apropriando de literatura pra poder ter essa profundidade com pacientes pretos, pra mim antes de eu me engajar com a psicologia preta eu não tinha essa percepção. voltando pouco atrás dos pacientes pretos que eu atendi antes de ter contato com a literatura preta eu comecei a ligar mais as coisas, fazer aquela ligação aquele paciente não era só aquilo, tinha outros fatos com ele ser preto, ainda tô me apropriando.” (Carolina, 45 anos).

O compromisso de construir um caminho para quem vai sair depois da faculdade: “Eu acho que as pessoas saiam da faculdade já com essa possibilidade, entendendo que a gente vai criando no caminho o nosso trabalho, que podem fazer algo que faça sentido nas suas existências e na existência das pessoas ao seu redor, acho que é fundamental” (Cecilia, 30 anos).

4.2 “Eu quero uma psicóloga preta!” - Relação paciente e Psicóloga preta

A procura por psicólogas pretas tem aumentado nos últimos anos e a busca por essa minoria dentro da profissão tem gerado algumas inquietações na Psicologia. Essa demanda tem sido evidenciada nas redes sociais, em grupos de indicação e busca de serviços, também pela mídia na realização de matérias e mapeamento de profissionais. Também tenho percebido essa

demanda em minha experiência pessoal, onde tenho tido a procura maior vinda de mulheres pretas.

O que tem feito pacientes buscarem profissionais com características específicas? Quais os efeitos da identificação/correspondência racial nas relações entre psicólogas e pacientes pretas? Tentamos compreender essas questões e como elas aparecem para as psicólogas entrevistadas, entendendo que é um assunto incipiente na psicologia, mas que tem encontrado algumas resistências, principalmente porque envolve a atuação na área clínica, área que envolve muitas idealizações sobre *status*, prestígio, remuneração e reconhecimento profissional.

As psicólogas participantes da pesquisa todas já atuaram na área clínica, e atualmente apenas uma não está atuando na área, duas além de psicólogas são professoras. Das que atuam na clínica as abordagens teóricas utilizadas são: Gestalt Terapia, Transdisciplinar, Junguiana e Reichiana. Conforme quadro a seguir:

Quadro 4 - Atuação/ocupação

Nome	Profissão/ocupação	Área de atuação:	Linha teórica
Barbara	Psicóloga e estudante de mestrado	Clínica	Gestalt
Cecilia	Psicóloga	Clínica	Transdisciplinar
Carolina	Psicóloga	Clínica	Junguiana
Liziane	Psicóloga e professora	Clínica	Transdisciplinar
Luísa	Psicóloga e estudante de doutorado	não está atuando	não possui
Helena	Psicóloga, estudante de doutorado e professora aposentada	Clínica	Reichiana

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A psicologia desconsiderou por muito tempo as relações raciais e não tem pensado como que as diferenças raciais e culturais se expressam na relação terapeuta-paciente, pois a maioria dos psicólogos e pesquisadores são brancos e não se entendem como racializados “o que colabora para reificar a ideia de que quem tem raça é o outro e para manter a branquitude como identidade racial normativa” (SCHUCMAN, 2014, p. 84) somos formadas para sermos profissionais neutras com habilidade para lidar com toda e qualquer demanda, a “relação terapêutica é tratada no universal, não no específico, como um encontro entre dois seres ‘humanos’” (GOUVEIA; ZANELLO, 2019, p. 13). O “humano” se torna sinônimo de branco, pois se questiona quem são esses humanos de fato? Eles não têm idade, raça, gênero, sexualidade? O não questionamento e reconhecimento das diferenças acabam por reproduzir um tratamento igual para pessoas diferentes, singulares.

Mas na prática profissional lidamos com pessoas diferentes com realidades distintas daquelas exemplificadas nos livros e manuais eurocêntricos e estadunidenses de psicologia. Não estamos preparados para lidar com algumas demandas, muitas vezes não conseguimos nem as reconhecer e agindo como se não existissem, algumas violências acabam sendo reproduzidas na relação terapêutica. Uma relação que deveria ser de cuidado acaba fazendo parte de experiências violentas. Thaíse Mendes Farias e Fernanda Barcellos Serralha (2021) em seu estudo apontam as microagressões raciais que podem acontecer na clínica, as autoras demonstram os modos pelos quais psicoterapeutas podem agredir pacientes culturalmente distintos de si a partir da:

cegueira racial (negação das experiências raciais/culturais suas e do paciente), patologização de valores culturais e imposição de estilo comunicação (quando terapeuta impõe seu conjunto de valores, transformando em anomalia os valores culturais e formas de comunicação do paciente), atribuição de incapacidades (questionamento de inteligência ou competência, estabelecimentos de rótulos intelectuais com base na raça do paciente), suposição de superioridade (generalização das experiências de pessoas não brancas, tratando-as como um “pacote de problemas” por causa da sua raça), invisibilidade (indicadores verbais e não verbais da falta de conexão e compreensão que ensejam rupturas precoces do processo), estrangeirização (comentários que comunicam um senso de "outro", de separação). (FARIAS; SERRALIA, 2021).

O medo de sofrer racismo e as experiências violentas anteriores com profissionais brancos são dois fatores que levam os pacientes a buscarem por psicólogos/as pretos/as. Um

estudo³¹ feito nos Estados Unidos em 2018, tem como dado que pacientes negros relataram sentir menos incômodo durante as intervenções médicas quando eram atendidos por médicos pretos do que quando recebiam procedimentos de médicos brancos ou hispânicos. Os resultados mostraram, ainda, que indivíduos que sofreram discriminação e estavam mais preocupadas em passar por esse tipo de preconceito novamente, foram as mesmas pessoas que mostraram a maior redução nos níveis de dor quando eram atendidos por um médico de sua cor.

A diminuição da dor pode estar relacionada à diminuição dos níveis de ansiedade e estresse e à expectativa de receber um atendimento empático e humanizado por um profissional preto. Podemos pensar que esse resultado também se replica na clínica psicológica. Pacientes que tiveram experiências racistas e/ou violentas com psicólogos brancos podem viver com o medo que essa experiência se repita e se sentir mais confortáveis com um psicólogo preto.

Helena relata essa busca: “Eu tenho tido essa procura, existe realmente essa busca de psicólogos negros e negras”. A psicóloga descreve a forma que essa demanda chega a ela:

“relatam, além de ligar mesmo “eu tô procurando uma psicóloga negra, eu sempre quis, e me deram seu contato, vim de psicólogos brancos e realmente tem assuntos que não dá pra tratar, de mudar de tema, eu queria que pudesse tratar mais abertamente” e tem aqueles cuja a demanda foi realmente recusada “ela ou ele, nunca achou que esse assunto era relevante” então essa recusa de alguns de não reconhecer o racismo, a discriminação como objeto de intervenção, de pensar a discussão, isso de fato ocorre e isso é denunciado pelas pessoas que procuram” (Helena, 70 anos).

A fala de Helena apresenta a forma como pacientes negros chegam a ela já denunciando que psicólogos brancos não conseguiram lidar com conteúdo racial e como isso foi decisivo para o processo de mudança para outra profissional, além de já enxergarem nela uma pessoa com que pudessem tratar desses assuntos que em outro momento foram silenciados: “Comentam sobre percepções pessoais de tipo, ah eu queria um psi preto porque já tive experiências ruins com psis brancos”, ou “queria psi preto porque não me sentiria à vontade com psi branco”, coisas assim...” (Helena, 70 anos).

A reprodução do racismo, a partir de conteúdos que são silenciados, não são trabalhados, e não se dedicar a pensar como as diferenças raciais se expressam na clínica podem refletir em rupturas do processo terapêutico e troca de terapeuta:

³¹ Resultados do estudo disponível em:

<<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/09/04/pacientes-negros-sentem-menos-dor-quando-sao-atendidos-por-medicos-negros.htm>>

psicólogos que não se dedicam a compreender como as questões raciais e culturais influenciam o processo terapêutico e não exploram de forma razoável (ou suficientemente terapêutica) as experiências de preconceito e discriminação vividas pelos seus pacientes de minorias raciais e/ou culturais., podem contribuir para reprodução do estranhamento, do preconceito e do racismo, expressa, de modo velado e não consciente em sua prática e muito possivelmente poderia conduzir o processo terapêutico a impasses, rupturas e interrupções prematuras (FARIAS e SERRALIA, 2021, não p.).

Liziane também fala sobre como os pacientes pretos, chegam nela e trazem essa demanda de querer ser atendidos por uma psicóloga preta, ela fala também sobre os questionamentos que os pacientes fazem em relação a (não) escuta de psicólogos brancos:

“Muitas mulheres chegam desde lá do início, desde 2018, até hoje não só para o grupo, mas também na própria clínica individual questionando essa escuta de psicólogos brancos, que não escutam na verdade, ou que ignoram, que rejeitam e o que tem chegado muito nos últimos tempos é muita gente com essa demanda, “eu tô aqui porque eu quero uma psicóloga preta, eu quero uma psicóloga preta”. Esse movimento tem crescido muito, acho que ano passado a gente pode sentir muito isso e esse ano também, esse ano então nesse período da pandemia é direto, essa fala chega muitas vezes, muitas vezes mesmo “eu quero um psicólogo preto” é impressionante como isso tá crescendo porque você ouve muitas falas...” (Liziane, 48 anos).

A invalidação dos sofrimentos advindos do racismo é algo vivenciado cotidianamente pelas pacientes, além disso o direcionamento do que deve ou não deve ser falado na clínica por pessoas pretas:

“uma vez eu fiz uma entrevista com uma mulher e ela falou, no espaço super conceituado no espaço público e ela falou **“não a psicóloga falou para mim que racismo era coisa da minha cabeça” como que você vai falar isso para uma preta retinta?** E ainda tem isso que não dá nem para você dizer “ah, mas você nem é preta” porque a mulher até podia usar esse recurso, a profissional que estava ali naquele momento, mas nem tinha como porque ela era retinta. Mas como que é isso, o racismo é coisa da sua cabeça? E aí depois ela também colocou outra afirmação: “isso não é o que tem que ser trazido para clínica”. Então quantas vezes já de uma forma direta ou indireta esse desconforto e essa violência não acontece nos espaços da clínica?” (Liziane, 48 anos, **grifo nosso**).

Na fala de Liziane percebemos a indignação com a fala racista da psicóloga, mas também o espanto com essa situação ter ocorrido como uma mulher preta retinta – de pele escura. Liziane, faz parte de uma família interracial, tem a pele mais clara e relata ter vivenciado um não-lugar, e recentemente tem feito esse processo de se reconhecer como negra, após relatar essa situação ela conta sobre sua construção racial e levanta questões sobre pigmentocracia

(formas de discriminação baseadas nos tons de pele). Sabemos que o que diferencia o racismo vivenciado no Brasil de outras nações é que as práticas racistas são baseadas no fenótipo dos sujeitos. Isto quer dizer que mesmo que a pessoa tenha ascendência africana e se “identifique com a cultura negra” dificilmente ela será reconhecida socialmente enquanto preta. Isso se faz visível principalmente nos casos de racismo institucional e nas estatísticas relacionadas à pobreza, mortalidade, violência que mostram as desvantagens raciais e sociais de quem tem a pele escura e traços negroides. Desta forma, quanto mais escuro o tom de pele e mais marcantes forem os traços característicos de pessoas pretas-africanas, cabelo crespo, nariz largo etc. mais facilmente as pessoas são identificadas por outras como pretas e maiores as chances de ser vítimas de racismo.

O desconforto de psicólogos com as relações raciais tem sido maior comparado a outros marcadores sociais (gênero e sexualidade) e tem refletido na forma com que pacientes pretos são tratados na relação com terapeutas brancos (FARIAS e SERRALIA, 2021). Uma das questões que refletem esse desconforto é o fato de a Psicologia ainda estar mais presente em espaços particulares, psicólogos brancos que vem de uma formação brancocêntrica, por muito tempo na sua prática também não tiveram contato com pacientes pretos. A forma com que o racismo se estrutura e institucionaliza, faz com que a população negra tenha pouco acesso aos serviços particulares de saúde, o que contribui para que os profissionais liberais não percebam ou problematizem as especificidades do atendimento clínico a esta população (TAVARES; KURATANI, 2019).

Conforme a Psicologia vai ocupando outros espaços, isso reflete no acesso das pessoas pretas ao serviço, desmistifica alguns mitos sobre o que faz uma psicóloga, em quais situações esse atendimento pode ser necessário, desenvolvendo a necessidade de repensar a prática profissional constantemente:

“Na ONG quando apresentava quem era a psicóloga, não via muita surpresa não, via alguma curiosidade, principalmente das crianças “o que faz um psicólogo?” “vai ler a mente?” um desconhecimento da psicologia, era legal porque tinha oportunidade de explicar para as pessoas, para as crianças e até para os adultos que não tinham acesso ao serviço, o que é a psicologia, o que eu faço. Tinha que fazer toda essa apresentação, do que é o trabalho do psicólogo e o que era o trabalho do psicólogo ali naquele espaço, mas não tinha muita surpresa.” (Carolina, 45 anos).

A procura por psicólogas pretas vai aumentando também com a ampliação de serviços públicos, na assistência social, na saúde, no sistema penitenciário, na educação e com a chegada da Psicologia enquanto profissão compondo as equipes desses espaços:

“mas é uma demanda que à medida que a gente começa a ter sido procurado, a gente começa a ganhar uma visibilidade, o fato de estar na universidade, estar nos serviços, porque a psicologia até há um tempo atrás era muito restrita ao universo privado, nos últimos anos com a ampliação de políticas no SUS, no SUAS, no sistema penitenciário, no judiciário que as psicólogas deixam de estar só nestes espaços privados, mas ganham o público, e é nesses espaços que a grande parcela que é atendida é a parcela preta. Então a população preta começa a ter acesso a esse serviço.” (Helena, 70 anos).

Interessante pensar o caminho que tem sido feito: trata-se de sair dos espaços privados, onde se tinha uma maioria branca, para ocupar os espaços públicos, onde se tem maioria preta e, assim, ganhar visibilidade para conseguir alcançar outras pessoas pretas que têm a possibilidade de estar no espaço privado. Esse movimento diz respeito à importância dos processos de identificação, acessibilidade e possibilidades. Para além da relação pública-privado, precisamos nos questionar acerca de quais as informações, representações sociais e estigmas que a prática da Psicologia carrega e a maneira como as pessoas pretas significam estas informações, pois isso contribui para que pessoas que mesmo tendo condições de buscar um atendimento privado não o façam, e as inacessibilidades, desconhecimentos e ausências refletem a falta de uma profissional preta ocupando este lugar. Quando esse profissional aparece, esses espaços vão sofrendo pequenas modificações.

É preciso perceber as relações de classe que estão envolvidas também entre as pessoas pretas que conseguem acessar os consultórios de psicologia. Os pacientes pretos nesse contexto geralmente têm uma maior escolaridade, ou chegam através de convênios empresariais. Sendo o acesso particular destinado a quem está na classe média/alta. A atuação de psicólogas que estão divulgando seu trabalho e estudos voltados para relações raciais, saúde mental de pessoas pretas, tem trazido essas pessoas aos consultórios de Psicologia:

“Eu acho que isso mudou muito assim, a minha clínica virou totalmente. Tipo tanto no SPA [Serviço de Psicologia Aplicada], quanto no início da clínica particular pós formada, a clínica era majoritariamente branca durante uns dois anos e depois mudou completamente, hoje eu atendo sei lá 80% de pessoas pretas e pouquíssimas pessoas brancas e isso é muito bom assim, eu me sinto muito à vontade com o trabalho que eu faço, eu consigo reconhecer a importância do trabalho que eu faço, a chegada também de cada vez mais pessoas procurando, como a gente tinha falado, profissionais pretos

e indicação também quando eu não posso atender, muita gente tem pedido indicação para psicólogas pretas, então eu entendo que não chegou a mim por acaso, vejo uma diferença muito grande, eu acho isso ótimo e a gente gosta muito também partilhar esse trabalho do Com-porpretas com psicólogas, tem muitas psicólogos que participam no grupo e é muito legal da gente poder tá trocando, elas se cuidando pessoalmente e também levando para o trabalho delas.” (Cecilia, 30 anos).

Os grupos terapêuticos, por terem um número maior de participantes, oferecem um valor reduzido e são uma alternativa para quem não consegue arcar com o atendimento individual, tornando-se uma proposta atrativa para quem deseja desenvolver o acompanhamento psicológico e se sente à vontade de compartilhar suas experiências em grupo. Por mais que se visualizem avanços em termos de acessibilidade e conscientização sobre os serviços disponíveis, precisamos considerar que a população preta ainda se encontra, majoritariamente, em meio às implicações das vulnerabilidades socioeconômicas, e os valores propostos pela categoria não contemplam a realidade destas pessoas.

Temos ainda, as dificuldades territoriais de locomoção, o acúmulo de atividades laborais e domésticas; e a própria deslegitimação e supressão sistemática de que o cuidado deve sempre ser destinado ao outro. Nesse sentido, Liziane (48 anos) nos ajuda a entender que:

“uma outra questão que a gente não pode deixar passar é a questão de classe, o que a gente tem como desafio a todo tempo porque as mulheres que participam dos grupos são mulheres que a maioria não tem condições financeiras de investir em cuidado terapêutico, então são mulheres negras de classes sociais subalternas, periféricas e que não tem uma ascensão social.” (Liziane, 48 anos).

Barbara, estando em outro território, percebe a chegada de pacientes pretos ainda de forma menos expressiva: “mesmo estando na região da baixada, o paciente preto ainda é um número menor, na minha experiência a maioria dos pacientes ainda são pacientes brancos”.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) enfatizam que toda e qualquer análise interseccional das experiências de pessoas pretas precisa ser estrutural e também integrada, tratando a opressão como resultado das operações relacionais dos principais sistemas de opressão: raça, gênero, sexualidade e classe, que formam uma complexa estrutura social de desigualdade.

Helena fala sobre parte da população preta que consegue fazer um atendimento particular e a identificação que surge nessa relação:

“há aquela parcela de população negra que tem possibilidade, condições de estar fazendo um atendimento particular e agora “a que bom que tem psicóloga preta que possa trazer minhas demandas” e falar como se estivesse falando de igual pra igual porque enquanto profissional negra eu também vivencio situações semelhantes àquelas pessoas que me procuram na condição de pessoa preta então há aí uma identificação e isso tem um efeito em termos da questão terapêutica, essa questão da identificação ela é importante” (Helena, 70 anos).

A identificação racial tem sido algo importante, e junto com ela há a expectativa de que a psicóloga tenha experiências raciais semelhantes à cliente/paciente. Essa expectativa pode se confirmar ou não, mas como relatado pelas entrevistadas, ela tem sido importante no processo terapêutico de pessoas pretas.

Contudo, uma psicóloga preta atendendo uma pessoa preta, sem ter a compreensão da forma como o racismo se estrutura e se integra com outras opressões e determina às condições de saúde da própria população, pode acabar não realizando um atendimento qualificado: “eu trabalhei um tempo no hospital psiquiátrico com muitas pessoas negras, eu atendia aquelas pessoas como pessoas negras, mas durante um tempo eu não conseguia associar deles estarem naquele espaço, naquele hospital e do adoecimento mental que o racismo causava naquelas pessoas” (Luísa, 54 anos).

Estar no lugar social de ser uma psicóloga preta não significa necessariamente que se será uma profissional que ocupa o lugar epistêmico/político de realizar práticas contra-hegemônicas, ou que percebe naturalmente as opressões que estão envolvidas nas questões dos pacientes pretos, pois o projeto do sistema-mundo moderno/colonial reside justamente em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido a pensarem e agirem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016).

Mesmo reconhecendo a relevância da identificação racial com as psicólogas pretas, a falta de estudos sobre relações raciais na formação, apontado também pelas entrevistadas, é percebida pelos pacientes pretos:

A falta de formação sobre relações raciais é apontada por clientes pretas tanto para psicólogas brancas, como para psicólogas pretas, porém na relação com psicólogas brancas a sensação de ter que ficar explicando conteúdos que deveriam fazer parte de suas formações enquanto terapeuta foi um ponto destacada como um fator negativo e motivação para mudança de terapeuta. (GOUVEIA; ZANELLO, 2019, p. 10).

O desejo de não precisar fazer explicações sobre relações raciais para psicólogas brancas é relatado por uma das entrevistadas de Gouveia e Zanello (2019) “Eu gostaria muito da sensação de não ter que ficar explicando, porque eu acho que a formação do profissional é trabalho do profissional, e não do cliente [...]” (GOUVEIA; ZANELLO, 2019, p. 8)”. A sensação das pacientes pretas é semelhante aos relatos das psicólogas entrevistadas, quando falaram sobre precisar fazer tais explicações para seus professores brancos durante a graduação.

Precisar explicar, ensinar sobre raça e racismo a todo momento para pessoas brancas vai muito além de contextualizar um fato isolado ou um caso específico. Tem o peso de precisar explicar nosso sofrimento, de justificar nossa existência, e isto gera a sensação de que ser escutada depende de se colocar nessa posição de se justificar a todo momento, esse exercício demanda de pessoas pretas a violência de guardar seus próprios sentimentos para poder estar disponível a ensinar pessoas brancas.

Carolina fala da participação em um curso sobre Psicologia Preta e nesse espaço foi provocada a pensar sobre essas questões por uma pessoa que contou sua experiência com uma psicóloga branca.

“Eu estava num curso sobre Psicologia Preta e que não tinha só psicólogas, tinham médicas, professoras, foi muito interessante, a maioria das pessoas eram pretas e quando as questões, a literatura começou a ser discutida ali, uma professora que era preta ela começou e disse “olha eu vou mudar a minha terapeuta branca, por uma terapeuta preta”, porque ela sentiu que não estava sendo ouvida nas questões dela, inclusive ela colocando lá pro grupo que na morte de Marielle ela passou alguns dias muito impactada, chorando, ela chorou muito vivendo aquele luto, mesmo que ela não conhecesse Marielle e ela levou isso pra psicóloga dela e aí a psicóloga a orientou a parar com aquilo, quando ela tava no grupo da Psicologia Preta que ela veio a entender toda aquela comoção com uma pessoa que ela não conheceu, mas tem toda uma história, a história de vida da Marielle é a história da maioria de nós mulheres pretas, é como se aquele tiro fosse em cada uma de nós, a gente entende o que é a perda da Marielle pro nosso povo, mas realmente um psicólogo branco provavelmente não entenderia.” (Carolina, 45 anos).

Esse processo de vivenciar o luto de pessoas que não necessariamente tivemos contato direto é sentido por pessoas pretas e dificilmente compreendido por uma perspectiva ocidental. As conexões criadas a partir da experiência da diáspora, as estratégias de criação de vínculo, os elos formados com aquelas e aqueles que nos deram alguma referência e lutaram para que outras vidas fossem potencializadas, mesmo que não tenham vivido no mesmo tempo, espaço e contexto, é algo que a psicologia hegemônica sozinha não dá conta, e para uma Psicologia Preta, do enegrecimento é necessária a incorporação de outros conhecimentos para compreensão de

tais fenômenos, por exemplo, em algumas etnias africanas quando um indivíduo enfraquece, morre, significa perdas da Força Vital, todo o grupo precisa se dedicar cuidados para que ele próprio não enfraqueça e morra (NASCIMENTO, 2018).

O assassinato de Marielle se tornou um marco para muitas mulheres pretas no Brasil e no mundo e precisar explicar a comoção com esse fato é reviver novamente essas dores. Ser convocada a “parar com isso” é precisar deixar os cuidados próprios e com sua população, se colocar no lugar de não mais se comover com a política e o projeto de extermínio em curso e que nos coloca como um possível alvo, é ser convidada a um processo de desumanização.

Mesmo diante da falta de formação básica, a identificação racial permite que psicólogas pretas consigam escutar as pessoas pretas e oferecer um acolhimento que não acontece com psicólogas brancas:

“é um acolhimento de outra ordem, já que pessoas negras sofrem racismo até mesmo em terapia que deveria ser um espaço de cuidado. Então a diferença acho que é no acolhimento, que consegue ser feito de maneira mais cuidada. Os participantes se sentem mais à vontade para falar de suas questões sem serem tratados como vítimas.” (Barbara, 26 anos).

Além do acolhimento e do estabelecimento de confiança entre psicóloga e paciente preto, as entrevistadas trouxeram algumas especificidades que percebem no atendimento de pessoas pretas, em que a relação com a morte é uma delas:

“da pouca experiência que eu tive com pacientes pretos, tem uma diferença que eu acho que não consegui nomear o que é, você sente que tem uma diferença na questão do paciente preto e o paciente branco, a pouca leitura que eu consegui fazer, já que pacientes pretos pra mim são mais raros, é como se... a dor, vou usar uma palavra da Psicanálise, talvez uma pulsão de morte fosse mais próximo, tem algo mais tenso na questão do paciente, muito ligado ao racismo, mesmo que ele não entenda que o que ele tá sentindo é uma produção do racismo, mesmo que não consiga dizer, nomear tem algo do racismo naquela questão dele. E o paciente branco vai colocando suas questões, não dá pra dizer que é menos pesado, mas tem algo ali [que] ele não vive.” (Carolina, 45 anos).

Carolina também fala sobre outras especificidades da população preta no território do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense que vão permear o trabalho das psicólogas nesse contexto:

“primeiramente a violência, um território muito marcado pela violência, dominado pela milícia, a violência do Rio é muito ligada ao tráfico de drogas, tem o tráfico de drogas, mas também tem a milícia, a gente não tem aqui uma segurança pública, quem tem que fazer a segurança pública é quem oprime, tem a questão do genocídio da

população negra, do jovem negro mais específico, é uma particularidade, uma questão muito pesada na baixada, e a gente passa a se mobilizar também a essas mulheres que tem perdendo os filhos pela violência de estado, como essa violência vem exterminando o povo preto, tanto o jovem quanto as mulheres, todo tipo de violação, fora a violação de direitos, moradia, empregabilidade.” (Carolina, 45 anos).

Com auxílio de Lélia Gonzalez, podemos contextualizar o ambiente enfrentado pela psicóloga que dá nome ao Coletivo Conceição Chagas e percebemos que no relato de Carolina muitas coisas permaneceram e foram atualizadas da ditadura militar até o momento atual na Baixada. Sobre o negro e na ditadura militar, Lélia relata que:

A Baixada Fluminense, neste sentido, apresenta-se como um exemplo privilegiado. Seu crescimento populacional (a inchação de que falamos) gerou suas cidades-dormitórios e, em pouco tempo, levou-a a ocupar as manchetes do noticiário policial; foi transformada em área preferencial da ação dos esquadrões da morte e congêneres. Seus habitantes logo se acostumaram a um novo componente da paisagem: os “presuntos” (cadáveres) “desovados” pelos “justiceiros” da nova ordem. Vale notar que 70% desses justicados eram negros. Discriminação racial? Era proibido falar dessas coisas naqueles anos de milagre, uma vez que se estaria ferindo a Lei de Segurança Nacional por crime de subversão. (GONZALEZ, p. 16-17, 1982).

É importante destacar que a Baixada Fluminense é onde se concentra a maior população preta no Estado do Rio de Janeiro³². As questões históricas da Baixada Fluminense são marcadas pela violação de direitos, precariedade dos serviços públicos, ações de grupos de extermínio e a invisibilidade do Estado para as necessidades básicas de cidadania como saúde, educação e segurança. Nesse contexto, a Baixada também é um local de resistência preta e dos moradores em geral.

Diante de genocídio e extermínio a solidão se faz presente, não só no sentido em que há uma maior visibilidade, da solidão da mulher preta nas relações afetivo-sexuais, mas também a solidão para as mães pretas que perdem seu filho pela violência do Estado e também para as mães que têm seus filhos encarcerados. Além das mães, amigas, irmãs e demais familiares passam a enfrentar sozinhas não só o sofrimento que envolve cada situação, mas também o desamparo e a luta pela responsabilização do Estado.

A solidão para as mulheres pretas também é muito presente nos espaços institucionais, trabalho, estudos, na família e nos relacionamentos afetivos-sexuais: “eu diria que o que mais

³² Sobre racismo, resistência e história da baixada fluminense <<http://www.canalibase.org.br/baixada-fluminense-resistencia-e-o-racismo-institucional-de-todos-os-dias/>>

aparece é a solidão de diversas formas, a solidão perpassa a coisa de ter que dar conta de muitos trabalhos sozinha, de não ter apoio, da maternidade, de várias formas” (Cecilia, 30 anos).

As questões raciais estão presentes também no atendimento a pessoas brancas. A entrevistada relata como essas são atravessadas pelas questões raciais e também o que está presente ao ser atendida por uma psicóloga preta:

“Eu atendo pessoas brancas também e é um desafio estar atenta, como vivemos numa sociedade racista essas pessoas também são atravessadas, claro que de um outro modo, mas assim, como que elas atuam, agem enquanto brancas até possivelmente comigo mesmo, de estar sendo atendida por uma psicóloga preta.” (Helena, 70 anos).

Fazer o atendimento a uma pessoa branca pode gerar desconforto ou medo de sofrer racismo também nessa relação, buscar validação dela enquanto psicóloga sobre um posicionamento supostamente antirracista, o sentimento de estar sendo ou ter seus conhecimentos testados, mas também pode interferir no processo do próprio atendimento. Helena relata comportamentos dos pacientes brancos como: não conseguir se colocar como sujeitos racializados, fazer uma discussão muito teórica sobre relações raciais, não conseguir falar a palavra negra/preta para se referir a ela ou a outras pessoas, utilizar a frase “eu tenho uma amiga como você”, como se a raça/cor fosse um segredo ou uma ofensa. O que está envolvido em não conseguir nomear a palavra preta/negra?

No Brasil, os termos negro/a e preto/a têm sido ressignificados/positivados pelos movimentos negros como termos políticos para autodefinição. Neste sentido concordo com a afirmação do professor Cristiano Rodrigues (2020) “As duas categorias funcionam. Elas têm uma semântica que expressa, tanto para o racismo, quanto para o antirracismo, o que se quer dizer com essas palavras. Não há nenhum tipo de problema com as palavras. O problema é com o racismo!”³³.

Uma pessoa branca construída em uma sociedade racista, ao evitar falar a palavra negra pode querer controlar a evocação de imagens negativas que associa a pessoas negras, pois a questão não está na palavra, está relacionada a estereótipos raciais que podem ser conscientes ou inconscientemente acionados:

³³Entrevista disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml>

Nesse sentido, quando a palavra N. é proferida, a pessoa que o faz não se refere somente à cor da pele negra, mas também à cadeia de termos associados à palavra em si: primitividade - animalidade - ignorância – preguiça – sujeira - caos, etc. Essa cadeia de equivalências define o racismo. Nós nos tornamos a corporificação de cada um desses termos, não porque eles estão inscritos fisicamente na superfície de nossas peles e não porque eles são reais, mas por causa do racismo, que, como mencionei anteriormente, é discursivo e não biológico; funciona através do discurso, através de uma cadeia de imagens que se tornam associativamente equivalentes, mantendo identidades em seu lugar. (KILOMBA, 2019, p. 157).

O acesso à internet diminui a surpresa de ser atendida por uma profissional preta, ao acessar o perfil nas diferentes redes sociais, entrar em contato por aplicativos de mensagens, ou até mesmo em sites de busca, pode se ter acesso a foto da psicóloga (mesmo que a profissional não tenha redes sociais ou não tenha disponibilizado diretamente suas fotos, pode ter suas informações disponíveis em outros sites ou perfis de amigos). Através do contato virtual uma introdução sobre a abordagem da profissional e eventuais dúvidas podem ser sanadas antes mesmo do contato direto ou presencial com a psicóloga.

Helena ressalta que a compreensão das experiências negativas dos pacientes com psicólogos brancos e o posicionamento como psicóloga preta não é necessariamente dizer que um profissional branco não pode atender pessoas pretas, mas que deve ter escuta, cuidado, estudo e entendimento das especificidades raciais e culturais de cada pessoa, sem que se parta para uma psicopatologização das experiências de pessoas pretas:

“também é possível que um psicólogo branco atenda, desde que ele não queira ser preto, desde que tenha uma escuta, que ele possa escutar essa demanda, esse sofrimento não com ânsia de interpretar essas demandas, mas é de ouvir mesmo e de que maneira pode oferecer uma escuta que proporcione àquela pessoa que tá ali precisando, que ela possa enfrentar essa dificuldade, enfrentar esse momento.” (Helena, 70 anos).

Discutir raça/cor não só dos pacientes, mas dos profissionais tem gerado algumas compreensões equivocadas na psicologia. A raça/cor dos profissionais é tão silenciada que quando se fala “psicóloga preta”, os questionamentos em relação à capacidade profissional são acionados, o preto ganha destaque e parece que não estamos falando mais de um psicóloga com a mesma formação de outra psicóloga branca.

Carolina anteriormente relatou não sentir a expressão de surpresa por parte dos pacientes ou usuários dos serviços em que trabalhou ao verem que ela - uma mulher preta - era a

psicóloga, ela sente que essa surpresa e o não reconhecimento dela como psicóloga parte principalmente de outros profissionais:

“a surpresa acho que era mais pelos profissionais, as pessoas que chegassem ali.eu lembro de situações de eu estar ali naquele espaço, mesmo que eu estivesse de jalequinho branco da pessoa não reconhecer como profissional, do profissional do nível de uma psicóloga, isso acontecia, poderia ser um outro profissional fazendo uma outra coisa, mas quando alguém dizia “essa é a psicóloga”, a pessoa “oh”(surpresa) isso sempre rolava em todos os espaços que eu trabalhei de não reconhecer como psicóloga.” (Carolina, 45 anos).

Muitas críticas são lançadas por psicólogos/as brancos/as ao direcionamento de profissionais pretos para o estudo das relações raciais, no intuito de manter a prática psicológica como “racialmente neutra”, questionamentos em relação ao distanciamento profissional do psicólogo preto que atende um paciente preto são feitos constantemente com objetivo de sempre, deslegitimar o que é feito por e para pessoas pretas.

Psicólogas pretas estão rompendo com essa necessidade de suposta neutralidade, e com isso colocando questionamentos às concepções das relações construídas e reproduzidas por psicólogos brancos. Proposições de diferentes práticas têm sido feitas a partir de um outro lugar:

“A gente não propõe uma clínica distanciada, afastada, neutra e não afetada, pelo contrário, a gente propõe uma clínica muito afetada, uma clínica da presença, do corpo, de estar junto tudo e isso passa pelas nossas vivências também, pelo nosso corpo também, e a gente também tem muito disso de poder dizer de um lugar que é nosso e a partir disso propor um trabalho.” (Cecilia, 30 anos).

Mas essas questões não são novas e nem inéditas. Profissionais pretas da área psi já vêm estudando e tentando compreender como se dá a identificação-distanciamento na relação terapeuta-pacientes pretas/os. Isildinha Nogueira, em sua tese de doutorado em 1998, já questionava os sentidos que seu corpo preto causava na clínica. A autora se pergunta:

me vejo diante de um passe: teria eu condições de refletir sobre questões que me falam tão de perto, com o distanciamento necessário para entender que processo é esse que se dá numa relação analítica, paciente negro - analista negra ou paciente não negro - analista negra, quando se é, ao mesmo tempo, analista e negra (NOGUEIRA, 1998, p. 120).

Barbara fala sobre como ela sente estar nesse lugar: “é muito difícil ter pessoas pretas do lado de lá, e do lado de cá, nós temos questões que atravessam esse trabalho, mas é uma

constituição que de fato a graduação não proporcionou e enfim é uma coisa alegre” (Barbara, 26 anos). A fala de Barbara diz sobre as especificidades dessa relação entre psicóloga-pacientes pretos/as que não foram pensadas na graduação, o que reafirma o que a literatura tem pontuado sobre a crença da Psicologia em uma suposta neutralidade para a constituição racial dos pacientes e principalmente dos/as profissionais. As dificuldades enfrentadas por psicólogas pretas se repetem pois: “no campo da psicologia clínica brasileira, não se tem um corpo de conhecimentos, métodos ou estratégias sistematicamente desenvolvidas para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra” (TAVARES; KURATANI, 2019, p. 2-3). Psicólogas e pacientes estão envolvidos nas mesmas questões raciais, o que pode ser uma experiência alegre como diz Barbara, mas que também pode gerar algumas inseguranças.

Isildinha Nogueira (1998) relata o medo permanente de romper a linha tênue da sensibilidade de analista - que trabalha com os sintomas que falam no paciente - e se expor personagem de seu próprio drama pessoal. Embora em psicanálise nunca falemos **somente** do corpo físico, mas também corpo que fala e, principalmente, que é falado, do corpo sexual, quando se é analista preta/o, se percebe que o corpo físico é investido de um significante peculiar:

A cor negra funciona como um evocador de significações; uma expressão, um sentimento não controlável pelos que me procuram, insignificante que se liga outros significantes. **No *setting*, a anulação da presença do meu corpo negro nunca acontece, ao contrário do que ocorre fora do setting.** (NOGUEIRA, 1998, p. 120 grifo nosso).

De acordo como que é destacado pela autora, a anulação do corpo preto não acontece e não é possível no contexto terapêutico, seja na clínica, na escola, no hospital, nos CAPS, nos presídios, uma psicóloga preta, mesmo que não queira, sempre será vista como uma psicóloga preta! Fora desse contexto ainda podem ocorrer tentativas (simbólicas e materiais) de anulação do corpo preto, mas dificilmente isso ocorre na prática psi, o corpo preto provoca nos pacientes sentimentos que são expressos em algum momento, de forma consciente ou não, pois a raça não é física, mas produzida nas relações discursivas – e, com isso, tem materialidades!

Entendo as redes e coletivos pretos na Psicologia para além de sanar uma demanda de pacientes, mas também como meios de elaboração coletiva dessas provocações já trazidos por Isildinha, Neusa, Virgínia e outras que nos antecederam. O que envolve ser identificada, mas

também e se posicionar enquanto psicóloga preta? Qual é o peso de ser uma psicóloga preta que se dedica à população preta? Cecília fala sobre essa afirmação enquanto psicóloga preta:

“eu percebo uma diferença muito grande, de cinco anos para cá muita coisa mudou, que bom que a gente pode assumir muito mais **o lugar de psicóloga preta**, saber a importância disso, dessa afirmação, a chegada de pessoas pretas no consultório por se sentir mais à vontade com a gente e com as psicólogas pretas que estão botando a cara mesmo, que tão fazendo pesquisa, que tão fazendo *lives*, divulgando o trabalho e também na rede, acho que isso faz também que as pessoas pretas se sintam mais à vontade de procurar acolhimento” (Cecilia, 30 anos, **grifo nosso**).

Bárbara também fala sobre o que implica estar nesse lugar, repensar sua própria construção enquanto mulher preta psicóloga e pensar na responsabilidade e contribuição que estar nesses espaços pode ter para a população preta no geral:

“Eu acho que nós mulheres pretas estamos na psicologia um pouco trazendo isso dessa urgência, mesmo que aquilo que a gente gosta de trabalhar não seja necessariamente a temática racial ela passa pela questão racial [...] e eu acho que a gente tá um pouco nesse lugar tentando construir novas narrativas para as nossas vidas e ao mesmo tempo possibilitando caminhos para que outras narrativas de mulheres pretas, não só mulheres, mas pessoas pretas aconteçam, que tenham um espaço, que tenham uma visibilidade. **Eu acho que eu nunca pensei muito sobre isso, então não sei como me demorar muito nessa pergunta.**” (Barbara, 26 anos, **grifo nosso**).

A pergunta a que Barbara se refere é “como você percebe a presença de mulheres pretas na psicologia?”. Ela diz nunca ter pensando sobre isso, mesmo sendo uma pessoa que estuda e tem envolvimento com a discussão racial na Psicologia e também sendo uma profissional que lida com a palavra, ela fala sobre as dificuldades em colocar em palavras essa questão. Esta fala nos diz sobre a relevância da pesquisa, a partir da não evidência das perguntas e respostas.

Esse posicionamento e a construção desse lugar de psicóloga preta não está dado, não é algo simples, demanda diversas questões, estudo, disposição, energia, tempo e o desejo em construir uma psicologia que consiga compreender e dialogar com as vivências de pessoas pretas. Ser psicóloga preta é reivindicar o exercício de sua própria humanidade, assumir as limitações das áreas *psi* e reivindicar a importância do coletivo para a construção dos processos de (re)existências!

4.3 A potência da coletividade e a busca pelo aquilombamento na Psicologia

“eu acho que para finalizar uma coisa que é muito importante, que é a potência do grupo, que é aquilo que a gente acredita muito desse encontro de vários, entre várias pessoas, que também tem a ver com uma prática muito contrária à psicologia, porque a psicologia ela vai privilegiar o individual, ela está dentro da lógica individual da sociedade, não tirando a importância desse encontro individual, mas a potência do grupo é a gente poder retomar isso também como uma prática da Psicologia que precisa ser trazida, ter esse retorno e entender que esse encontro é importante que diz muitos também de muitas culturas africanas, então a gente tentando estabelecer esses dois links, a importância de grupo e coletivo ela é fundamental para a gente pensar uma outra sociedade.” (Liziane, 48 anos).

A existência de coletivos pretos vai contra a lógica individualista da Psicologia hegemônica e também produz tensionamentos à neutralidade política enquanto ciência e profissão, pois não é possível falar sobre racismo sem falar de social, do político, do econômico. E falando de clínica, não é possível acreditar que só ela dará conta de compreender a existência de pessoas pretas, como Fanon (1980) traz sobre a clínica individual contribuir para as pessoas se inserirem no coletivo. Uma das entrevistadas afirma:

“muitas vezes vejo que tem uma questão dessa nossa clínica preta, eu não sei bem qual a palavra usar, mas é de contribuir pra que as pessoas estejam no coletivo, porque a questão do racismo não é uma questão meramente individual, que eu consigo resolver individualmente, é uma questão que tem a ver com a mudança das estruturas, então tem a ver com questões de políticas, econômicas, sociais para que as condições de vida melhorem, não é a nível individual, claro que pessoalmente a gente é afetado e cada um depende da forma que se insere no mundo tem questões, mas elas perpassam aí uma questão que é fundamentalmente social, que não é do indivíduo. Mas eu vejo aí um grande desafio de como que a psicologia, não só da área da clínica, pode contribuir pra mudança das estruturas, acho que esse é o grande desafio a transformação das estruturas.” (Helena, 70 anos).

O encontro entre pessoas pretas que não ocorre acontece na Psicologia hegemônica ocorre na proposta da Psicologia Preta. A Psicologia Preta difundida no Brasil pelo Psicólogo Lucas Veiga, com base nas provocações de Wade W. Nobles³⁴, nos provoca a dizer não às narrativas brancas e hegemônicas e a traçarmos nossas próprias narrativas a partir do trabalho que nossos ancestrais e nossos mais velhos em vida vêm produzindo ao longo dos séculos: “Dizemos não a uma certa psicologia, branca demais para acolher e tratar dos efeitos do racismo

³⁴ Psicólogo social, teórico nos campos da Psicologia Africana e transcultural. Professor emérito do Departamento de Estudos Afro-Americanos (Black Studies) da Universidade do Estado da Califórnia, São Francisco. Fundou o Instituto de Estudos Avançados da Vida, Família e Cultura Negras, uma organização comunitária sem fins lucrativos voltada para a pesquisa e o desenvolvimento do pensamento.

em nossas subjetividades, e nos aprofundamos no estudo para o desenvolvimento de uma Psicologia Preta no Brasil” (VEIGA, 2019, p. 247).

Uma clínica preta, que se inicia no encontro entre psicólogos negros e negras e pacientes negros e negras, tem efeitos subjetivos semelhantes aos dos quilombos construídos por nossos ancestrais. O encontro entre profissionais negros para revisitar as bibliografias e produzir conhecimento sobre as subjetividades negras, bem como para supervisões clínico-institucionais coletivas é também estratégia de aquilombamento dentro do meio profissional e acadêmico ainda predominantemente branco da psicologia no Brasil. (VEIGA, 2019, p. 248).

A partir da Psicologia Preta, vamos pensando também sobre os processos pessoais de terapia:

“Tava vendo um vídeo sobre Psicologia Preta, as psicólogas pretas falando sobre a própria terapia, o caminho é que a gente faz sobre terapia, eu sempre fiz terapia com profissionais brancos, depois que eu comecei a ver que não dava para mim, eu falei poxa tem coisas que não tá batendo mais, não tá dando, tem coisas que estão me falando que não dá mais para ouvir isso, mas isso vai influenciando muita gente durante todo processo, quando a gente faz uma formação de psicologia e a gente estuda só com professores brancos e no seu processo de terapia você vai fazer terapia com profissional branco, você tá o tempo todo cercado de uma relação que não diz sobre você, que não diz sobre quem a gente é, as nossas questões.” (Luísa, 54 anos).

No âmbito profissional acontece a busca pelo aquilombamento na Psicologia. Conforme Beatriz Nascimento, Quilombo é um nome negro que significa união. Assim, no momento em que há possibilidade de unificação e agregação entre pessoas pretas que lutam pela preservação e reconstrução de práticas africanas, há intrinsecamente e conjuntamente a este movimento, a formação de um Quilombo. “Nesse sentido, a gente entende que quilombo é uma coisa tão negra, tão própria nossa, tão compreensível para nós, que o homem branco, o dominador, não conseguiu entender...” (NASCIMENTO, 2018, p. 132).

“A gente até tava conversando isso de fazer um grupo de orientação só com psicólogas e psicólogos pretos, de orientação e supervisão, a gente tá nessa conversa aí pra poder falar, pra conversar sobre como tá sendo esses momentos de atendimento, é questão de se juntar, de se aquilombar, isso pra gente é muito importante. Esse momento nosso de tá junto tá sendo muito importante, porque até eu chegar um momento de poder tá junto com outros pretos assim eu levei muito, muito tempo, às vezes eu ficava pensando será que não tem um espaço nosso? Será que eu não consigo como profissional? Aí quando eu comecei a participar, comecei a me juntar, poder falar das mesmas coisas, pode falar dos atendimentos, uma trocar com a outra, mesmo sendo linhas diferentes, ou quem tem, quem não tem... essa Psicologia preta, esse debate crescendo, você tá num momento enquanto psicóloga preta, muito importante, bastante produção. Mesmo com todo retrocesso, a gente chegou num lugar que a gente não volta.” (Luísa, 54 anos).

Os coletivos pretos de profissionais vão se construindo também a partir da necessidade de conversar e trocar ideias acerca de experiências que são distintas das dos estudantes, e compartilhar questões específicas sobre os atendimentos. Uma das questões é compreender o que está envolvido na relação de proximidade com as questões trazidas pelos pacientes: “Uma outra diferença é que em muitas coisas, nós da equipe de atendimento, nos vemos também nas coisas trazidas pelos participantes” (Barbara, 26 anos). Assim como se perceber vulnerável a situações que os pacientes também passam:

“Eu acho assim que cansa, você trabalha em dobro, você trabalha muitas vezes, mexe com você porque quando eu trabalhava no hospital psiquiátrico eu pensava, eu tô atendendo essa pessoa aqui, mas eu posso estar nesse lugar também porque é um adoecimento mental tão, tão profundo. Eu já tive depressão algumas vezes, então não é diferente daquela pessoa que está ali naquele espaço, daquele paciente, então essa visão eu tinha quando eu tava lá, eu não sou diferente de quem está aqui internado aqui nesse lugar, porque muitas pessoas que estavam internadas ali trabalhavam, tinham suas vidas e em algum momento de suas vidas o adoecimento mental aconteceu e chegou um momento que perde tudo e acaba internado numa clínica psiquiátrica e aí eu tinha essa aproximação, essa identificação com eles e com elas, que eu trabalhava tanto com homens quanto com mulheres, que aquele espaço não era algo que era inevitável pra ninguém.” (Luísa, 54 anos).

A identificação com as questões dos pacientes pretos perpassa pela perspectiva de que não é possível prestar cuidados à comunidade sem cuidar de si. As compreensões de saúde, cuidado e acolhimento são ressignificadas de forma comunitária e saem da lógica do processo saúde-doença e competitividade profissional da lógica neoliberal. As práticas com pessoas pretas convocam o distanciamento do lugar de saber único e indiscutível, o aprendizado com as demais participantes, permitir a prática do cuidado mútuo:

“isso do grupo é muito bacana assim de tirar da gente psicólogos só esse lugar de intervenção e de escuta e poder circular mais isso a gente se sente cuidado também num certo sentido e **as outras pessoas também se sentem um pouco psicóloga, no sentido de estarem ali também provocando e cuidando principalmente uma das outras.**” (Cecilia, 30 anos, **grifo nosso**).

A construção e incentivo de outras formas de cuidado, de acordo com as necessidades de cada população, contribuem para o rompimento de crenças racistas e classistas de psicólogos clínicos brancos que relacionam a baixa adesão a “dificuldades de compreensão” de pessoas pobres/de baixa escolaridade/negras brasileiras aos procedimentos clínicos e teorias

eurocentrados/estadunidenses desenvolvidos historicamente para populações brancas e classe média, tais profissionais acabam culpabilizando os pacientes e não considerando que suas práticas precisam ser repensadas (TAVARES, KURATANI, 2019).

Com psicólogas pretas conquistando maior visibilidade, os movimentos pretos da psicologia vão sendo mais solicitados também por outras instituições e pessoas a construir juntos atividades e projetos sobre relações raciais. Carolina fala sobre esse processo que vem a partir de uma demanda de outras organizações para o coletivo, e não precisar fazer o movimento inverso:

“Sendo a baixada o território de maior população preta do estado, então a gente começa a pensar como psicólogos como a gente pode contribuir de alguma forma, a gente tá tentando construir algo, como a gente vai entrar, como a gente vai fazer algo efetivo pra contribuir. A gente pensava assim o que vamos priorizar como ação, mas a gente foi tão solicitado pela faculdade, pelos movimentos sociais, pelas escolas então a gente nem chegou a escolher o que a gente queria, a gente chegou já a atender demandas das questões raciais, pra gente foi bem rico todo esse movimento, veio de fora pra gente, a gente tava nesse movimento de vamos pensar algo e levar, mas não precisou, tem sido muito rico, a pandemia deu uma parada mais ou menos, a gente conseguiu fazer algumas *lives*, o que a gente gostaria de fazer de mais concreto vai ficar pra outro momento.” (Carolina, 45 anos).

Há também uma maior participação de mulheres pretas nestes ambientes voltados ao cuidado e saúde mental, e a constatação de que o cuidado é reverberado, atravessado e multiplicado através destas mulheres, que são as principais chefes das famílias brasileiras. Segundo o IPEA³⁵, as mulheres chefiam quase a metade dos lares brasileiros – sendo as mulheres negras em maior proporção – importante destacar que chefia da família não significa a ausência da presença masculina. Quando cuidamos de mulheres pretas, estamos cuidando também - direta ou indiretamente - das outras pessoas que são cuidadas por elas. Este é um ciclo que não se esgota, pois nas sociedades africanas, tanto tradicionais quanto contemporâneas, tanto no continente quanto na diáspora, as mulheres pretas são as principais fontes de afetividade e referência de resistência em sua comunidade.

“A participação de mulheres negras no grupo que a gente faz ela é grande, a maioria das pessoas que estão com a gente são mulheres pretas e é um lugar super importante porque **ser uma mulher já é difícil no mundo, ser uma mulher preta traz ainda muitas questões para nós e poder estar no espaço de cuidado, porque a gente entende que o cuidado é mútuo então a medida que eu enquanto pessoa que está**

³⁵ IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>

ali prestando atendimento cuida delas, eu também me sinto cuidada nesse espaço onde a gente pode cuidar uma das outras e é super importante **eu acho que é um lugar de fortalecimento populacional, não só individual mas populacional como pessoas negras**, eu acho que é um lugar muito importante onde a gente pode falar, ser acolhido e também ser fortalecido naquilo que a gente precisa, naquilo que é possível também naquele espaço e é muito importante ter mulheres negras junto colando junto, crescendo junto, atravessando questões juntos é um lugar muito importante **porque nas famílias pretas as mães, avós elas têm um lugar muito importante, um lugar muito presente e poder cuidar delas é poder cuidar de outras pessoas que são cuidadas por elas também** eu acho que para mim tem essa importância.” (Barbara, 26 anos, **grifo nosso**).

Destaco parte da fala de Barbara, pois é um importante relato para compreender as especificidades das mulheres pretas. Semelhante as outras entrevistadas, ela fala sobre a prática do cuidado mútuo, se permitir esse cuidado, nomear a importância dele para mulheres pretas produz o rompimento com alguns mitos, como o da mulher negra forte, a mulher que aguenta tudo ou que não consegue aceitar ser ajudada/cuidada. Quando Barbara diz também do lugar que as mães e avós pretas ocupam nas famílias ao cuidar de outras pessoas e a importância de cuidar delas para que essas outras pessoas sejam cuidadas, é interessante compreender as relações envolvidas de responsabilidade coletiva, o rompimento da dicotomia eu-outro, é possível e necessário cuidar de si e praticar o cuidado coletivo.

Pensar apenas a partir das teorias de gênero é insuficiente para abarcar as complexidades das experiências trazidas pelas entrevistadas. Na tentativa de pensar em termos de diferenças e especificidades vivenciadas por essas mulheres, saudamos o conceito de “subalternização de gênero segundo raça” (CARNEIRO, 2004) que nos ajuda a compreender as tentativas institucionais e culturais da hegemonia branca em subalternizar, desvalorizar, marginalizar, invalidar e deslegitimar as imagens e os corpos das mulheres pretas e dos homens negros em preferência a mulheres brancas e homens brancos. O resultado é a condição quase permanente de subgêneros, quando comparados ao ideal de masculino e feminino da branquitude.

Grada Kilomba (2019) relata uma série de situações que exemplificam a maneira como os gêneros influenciam nas relações étnico-raciais, e as relações étnico-raciais influenciam nos gêneros. Para a autora,

Raça’ e gênero são inseparáveis. ‘Raça’ não pode ser separada de gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem impacto na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, homem negro infantilizado, bem como o mito da mulher branca emancipada e homem branco liberal são exemplos de como construções de gênero e raça interagem (KILOMBA, 2018, p. 94).

Neste sentido, podemos pensar também as relações de raça e gênero e também profissionais, a partir da experiência de mulher-preta-psicóloga. As mulheres pretas são minoria na Psicologia pensando em comparação a mulheres e homens brancos, mas em relação aos homens pretos ainda se encontram em maior número. De acordo com as informações das entrevistadas as pessoas que participam dos grupos e coletivos para pessoas pretas no geral, são majoritariamente mulheres, os homens negros têm uma participação bem menor. A partir dessas experiências é necessário pensar as diferentes relações que envolvem ser mulher preta psicóloga, quais relações raciais e de gêneros vão se construindo, se priorizando, especializando ou até mesmo naturalizando na prática.

No próprio espaço da entrevista foi possível pensar como as relações de raça, gênero aparecem na prática das psicólogas pretas, Liziane e Cecilia, são as únicas entrevistadas que oferecem-participam de grupo exclusivo para mulheres pretas, quando eu pergunto como se deu essa escolha por trabalhar apenas como mulheres pretas, se em algum momento elas pensaram em trabalhar com homens também, elas dizem que nunca pensaram muito sobre isso e vão dialogando entre elas para entender como se deu esse processo:

Cecilia (30 anos): “acho que nunca passou pela nossa cabeça ser um grupo misto com homens também, não sei dizer muito também, mas eu acho que já pela trajetória de ter sido começado por um grupo de estudo do feminismo por ter depois pensado em um grupo para mulheres a partir desses estudos que a gente tava fazendo e aí entender que não eram todas as mulheres, que eram mulheres pretas, acho que a gente nunca pensou nisso né, de ser um grupo aberto para homens também?!”

Liziane (48 anos): “tem um motivo para isso, por que a ideia do grupo se eu não me engano, eu não tenho muita certeza, eu sei da motivação, mas eu não sei se partiu dessa minha amiga porque ela tava trabalhando com mulheres em situação de violência [...] em um primeiro momento inclusive ela propôs que a gente só atendesse mulheres em situação de violência, a gente depois fez uma outra análise e propôs que a gente abrisse para todas as mulheres [...] então a nossa ideia nunca passou num primeiro momento fazer grupo com homens, num primeiro momento o gênero vinha em primeiro lugar.”

Cecilia (30 anos): “Agora eu fiquei pensando que aí já tinha uma questão racial que a gente não conseguiu pontuar, porque quem são as mulheres que sofrem violência e que podem dizer que sofrem violências e recorrer? [...] Imagina, mulheres pretas, não conseguem nem chegar, nem dizer, nem ir para justiça, muitas vezes. Aí já tinha uma questão racial que eu acho que a gente não conseguiu perceber e pontuar na época, mas de alguma forma aquilo soou estranho para gente, eu acho que esses estranhamentos [...] Então tudo isso já anunciava que tinha algo estranho nesta proposta, já começou no grupo formado para mulheres, **a gente só continuou porque foi fazendo sentido para gente e ainda faz muito sentido para a gente poder cuidar dessas duas questões [raça e gênero] que não são separadas, que estão muito juntas e tem questões muito específicas então isso para gente já é muita**

coisa, tem uma outra coisa para gente que é poder dizer de um lugar que é nosso também... (grifo nosso).”

Para entender o caminho feito por Liziane e Cecilia: elas iriam participar de um projeto com uma outra amiga com objetivo de trabalhar com mulheres vítimas de violência, elas relatam alguns incômodos com a proposta - atualmente elas identificam questões raciais presentes nesse desconforto. Elas participaram de alguns estudos, mas não chegaram a pôr em prática esse projeto. Depois de um tempo as duas construíram juntas a proposta de grupo terapêutico com mulheres pretas.

Me colocando no lugar de responder a minha própria pergunta, de como se deu a minha escolha por trabalhar apenas com mulheres pretas, se em algum momento eu pensei em trabalhar com homens também, chego à mesma resposta elas trazem da importância “poder cuidar dessas duas questões” e “dizer de um lugar que é nosso também”. A escolha por mulheres pretas não parte de exclusão de homens pretos, mas sim da construção de um caminho que foi fazendo sentido, em muitas questões vamos encontrando convergências e criando redes apoios entre homens e mulheres pretos, porém quando há a escolha pessoal e metodológica de pesquisa com pares, poder falar com e da experiência que também se vivencia.

As experiências pessoais vão dando sentido a prática profissional e também a prática de pesquisa, pois:

A teoria é necessária, contudo, não pode ser o ponto-final, pois existem lutas e necessidades políticas. As experiências que emergem das lutas políticas podem canalizar um vocabulário conceitual enriquecido para entendermos as opressões interseccionais, mas a experiência não examinada também é insuficiente. A sinergia entre ideia e ação é importante (COLLINS; BILGE, 2021, p. 97)

A teoria e a ação fortalecem o “nós”, o “fazer junto”, o “estar com”, a construção de coletivos, grupos e redes, entendendo as especificidades e limitações implicadas nas relações sociais, mas compreendendo e reivindicado que as conquistas, sejam estas pequenas ou grandiosas, só tem sentido se for coletiva, e se o cuidado, for compartilhado. As mulheres pretas, não lutam apenas por si, mas por um povo, que ao longo da história mundial, foi dilacerado: As mulheres pretas lutam por suas irmãs, irmãos, filhos, pais, mães, netos, sobrinhas e vizinhos, pela mudança e transformação da realidade que nos foi imposta!

O protagonismo de mulheres pretas nos movimentos sociais alerta para o desejo de representarem a si mesmas e se definirem a partir de seus próprios termos:

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres pretas desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação. As ações de posicionamento cultural desenvolvidas pelas mulheres pretas tiveram e têm como base a atualização seletiva de elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos que conferiam à mulher preta o poder de liderança e de agenciamentos. (WERNECK, 2010, p. 9).

Esse lugar específico que a mulher preta ocupa pode ser visto tanto em uma perspectiva de sofrimento/fardo quanto de potência, pois a luta pela existência é contínua e supera as concepções de ocidentais de feminilidade e de bem-estar individual:

“vejo na mulher preta que elas veem isso como urgente, algo que é pra ontem, as mulheres pretas são as que vão mesmo pro *front* e vão tentar fazer algo diferente, eu vejo a mulher preta dessa forma, vão pra linha de frente mesmo e tão puxando o bonde, tão aí fazendo, se articulando, botando o bloco na rua, todo esse movimento é liderado e pensado pelas mulheres pretas.” (Carolina, 45 anos).

Para as mulheres pretas a resistência sempre foi constitutiva de suas humanidades. Inclusive na construção de sua feminilidade, que nunca foi definida pelas características de pureza, vulnerabilidade e dependência, mas pela autodeterminação orientada para a ação. Portanto, o entendimento de feminilidade não pode ser definido pelas experiências históricas das mulheres brancas, sobretudo porque a feminilidade das mulheres pretas não se realiza sem o serviço à comunidade, a interação familiar e sua posição sobre a justiça social (BANKOLE, 2009).

As mulheres pretas ressuscitaram seu próprio senso do que significa ser mulher, suas feminilidades se constroem lutando contra experiências racistas e sexistas. Werneck (2010) destaca o papel histórico de resistência que tiveram as mulheres pretas:

No caso das mulheres pretas e suas lutas, é possível afirmar que tais formas organizativas tiveram participação importante na organização da série de ações de resistência à escravidão empreendidas ao longo dos séculos que durou o regime no Brasil, tanto aquelas ações cotidianas de confronto entre senhores e escravos quanto as fugas individuais e coletivas, os assassinatos (justiçamentos) de escravocratas mulheres e homens, as revoltas nas fazendas e as revoltas urbanas lideradas por african@s e afro-brasileir@s que marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX. Todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos. (Werneck, 2010, p. 14).

A autora reafirma o que foi dito por Katherine Bankole (2009), no sentido de que as lutas, as organizações e estratégias de resistência do povo preto tiveram a participação ativa das mulheres e que estas ações constituem o “ser mulher preta”. Ser “mulher preta” está longe de ser uma categoria universalizante, mas sim perceber que mesmo em cada especificidade e singularidade esta participação e organização coletiva vai ocupar um espaço em sua constituição enquanto sujeito.

As mulheres pretas, sempre se organizaram, nos mais diferentes lugares, produziram coletivos, alimentaram práticas de solidariedade, expressando fortemente o que chamamos de Irmandade. A Irmandade não significa um processo igual e o único vivido pelas mulheres pretas. No âmbito dos grupos sociais, as opressões têm eixos de atuação diferente. Se vir em Irmandade é nos vermos na multiplicidade de nossas experiências e nas suas singularidades. (LIMA, 2017, p. 84-85).

Compreender as construções e sentidos das re(existência) enquanto mulher preta na prática profissional passa também por conhecer as colegas, companheiras de equipe ou grupo, como relatam Cecília e Liziane, elas refletem sobre a importância de conhecerem a história uma da outra, para depois trabalhar com outras mulheres pretas:

“A partir do momento que a gente foi experimentando, eu lembro muito de uma prática que a gente fez de cuidado, que uma cuidou da outra e tocou o corpo, fez uma prática parecida com que a gente já ofereceu no Com-por e que isso pode ir também oferecendo escuta mas pra nossa própria história, o quanto que isso foi importante num primeiro momento a gente poder falar sobre a nossa história, se dar conta de coisas que pra mim até então não tinha me dado conta e conversando com Liziane, ouvindo a história dela também eu ia entendendo partes da minha pra depois. Então essa escuta ela começou da gente com a gente mesmo, da gente em dupla para poder chegar nessas outras mulheres e ainda assim muitas vezes, a gente não tinha muito que dizer no sentido que aquilo tocava a gente também e a gente precisava conversar depois e ir montando esse grupo também, hoje por exemplo a nossa reunião ela é pré-grupo, então a gente sempre vai conversando sobre, sempre alguma coisa que a gente precisa tá afinando juntas porque se mistura muito também com as nossas histórias pessoais né, mas eu acho que é um pouco sobre isso assim que eu penso sobre escuta.” (Cecília, 30 anos).

A experiência dos grupos com mulheres pretas coloca outra dimensão nas potencialidades da escuta, repensa a exclusividade da psicóloga e o lugar muitas vezes onipotente que é colocado ou reivindicado por algumas profissionais:

“no grupo tem isso também da escuta não ficar só entre a gente, não é só a minha escuta ou a da Liziane, como é no espaço individual, é o grupo todo que tá praticando

essa escuta, muitas vezes não somos nós que colocamos alguma questão, que provocamos alguma coisa, é o contato entre o grupo todo, isso também é uma coisa muito importante. Esse espaço das formas que a gente tem pensado e colocado em prática a gente sempre recebe esse retorno de como as mulheres que chegam elas se sentem seguras e elas ouvem outras histórias fazendo eco a história de cada uma, isso é muito potente e traz assim, eu nem sei dizer, acho que às vezes a gente se emociona, a gente se emociona muito com esses encontros, essas potências das pessoas que chegam e formam esses grupos.” (Cecilia, 30 anos).

Reconhecer e incentivar a importância que cada participante/cliente/paciente tem, assim como compreender a potência de suas histórias, é uma forma de promover a autonomia desses sujeitos, de ir no sentido contrário ao lugar que o racismo nos coloca de infantilização e dependência de instituições e figuras de autoridade brancas. Perceber as potencialidades e criar outras possibilidades de existência para além do que é imposto pelo racismo é uma prática constante feita pelos movimentos negros, para além da Psicologia.

“Acho que é esse lugar que o afrofuturismo tem para mim, deslumbrar outras possibilidades de existência para a população negra, eu percebo, gosto muito disso na fotografia, eu tenho um amigo que a gente se conheceu no vestibular ele morava em Caxias a gente ia para vestibular juntos, mas a gente não se conhecia e nós gostamos muito de fotos, nós passamos pela transição capilar juntos, a gente foi se descobrindo um pouco negro no mundo juntos e com a fotografia a gente tira foto, a gente edita, a gente brinca com as imagens e isso tem um lugar muito especial de poder vislumbrar pessoas negras não morrendo, não em meio a miséria, a falta de acesso, a falta de educação, é vislumbrar pessoas negras bem, bonitas, em diversos lugares, diversas possibilidades de ser negra que não essa que é midiaticizada em meio à crise crimes, morrendo, sofrendo e é isso que eu trouxe para minha trajetória de vida poder de fato ver outras possibilidades sabendo que é difícil para caramba, mas isso que me dava esperança em poder seguir e mostrar para outras pessoas que existe outras possibilidades, não que todo mundo tem que estar na academia, mas que existem outras possibilidades e que a gente pode alcançar as outras possibilidades.” (Barbara, 26 anos)

A expressão afrofuturismo é cunhada no início da década de 1990 por Mark Dery para caracterizar as criações artísticas que exploram futuros possíveis para as populações negras por meio da ficção especulativa e da cultura literária escrita para outras plataformas de narrativa negra: como a música, as artes plásticas e o cinema. Resgatar as histórias do passado para tentar modificar o presente e vislumbrar um futuro (FREITAS; MESSIAS, 2018).

Esse processo significa também romper com os signos de violência e pobreza que cercam a comunidade preta-africana, e desfrutar da fartura que é pertencer às culturas mais antigas da humanidade, alinhando a arte, a estética, as formas de ser, estar, expressar e sentir

para a criação de um amanhã que não só nos compreenda enquanto sujeitos, mas que facilite os nossos processos de autocompreensão.

É sobre deixar de suprimir as nossas expectativas, e nos permitir viver sem sentir vergonha, medo ou qualquer outro sentimento negativo relacionado seja aos traços físicos ou da cosmovisão do Mundo. Encontramos nas projeções futuras, o que nos falta hoje, mas que estamos pouco a pouco, tentando conquistar, pois é preciso a imaginação para a mudança de um futuro que será preto, ou não (MOMBAÇA, 2018). Nesse sentido, reconhecemos as mulheres pretas enquanto o início e a fonte de transformação da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste trabalho foi compreender as estratégias de resistências que são construídas coletivamente por mulheres pretas psicólogas. A partir de entrevistas semiestruturadas e de uma análise interseccional, foi possível entrar em contato com psicólogas pretas, perceber como percebem a discussão racial na Psicologia e pensar os impactos do racismo em suas trajetórias.

Entendo que as discussões raciais na Psicologia e a resistência do povo preto são anteriores a nossa própria existência. Saudamos a existência de homens e mulheres pretas que participaram na construção do campo psi e que representam a presença preta e suas contribuições para a discussão das relações sociais na psicologia: Juliano Moreira, Virginia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Maria Aparecida Bento, Isildinha Nogueira, Maria Lúcia da Silva. Que suas existentes sejam celebradas e suas vozes sejam ecoadas!

Resgatamos os processos históricos de desumanização de mulheres pretas que têm sido construídos e reforçados pela história ocidental, e também nos debruçamos sobre o histórico de resistência que tem sido criado por mulheres pretas, apesar das violências estruturais e opressões a que são submetidas sistemática e historicamente. Nos preocupamos em não reforçar uma romantização das resistências criadas por mulheres pretas, mas entender que a resistência para mulheres pretas faz parte de seus processos de subjetivação.

Questionamos a construção da profissão e seu perfil racial e de gênero, hegemonicamente feminino branco, bem como a suposta neutralidade que paira sobre o discurso profissional das psicólogas e psicólogos, o qual contribui para que as especificidades de outras populações não sejam consideradas no estudo da saúde mental, reforçando o branco como humano universal - padrão.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com a pandemia da covid-19 e seus impactos para a população preta. Foram necessárias algumas modificações na pesquisa diante desta nova realidade, que já dura mais de um ano. Apresentamos os desafios enfrentados nesse novo cenário de fazer pesquisa, pois somos (pesquisadora-entrevistadas) afetadas de diversas formas, seja diretamente pelo vírus, pelas notícias desanimadoras sobre a situação atual do país, pelas dificuldades apresentadas com o distanciamento social, exaustão e desânimo em realizar outras atividades em um momento que nossa maior preocupação tem sido estar vivas!

No contexto de pandemia, muitas emoções foram acionadas na realização das entrevistas. É necessário estar atenta ao fato de que as reflexões feitas estão compreendidas neste momento, tendo cuidado para evitar generalizações. Falamos da e a partir da experiência de psicólogas pretas, e as reflexões feitas não se iniciam e não se esgotam aqui.

As principais discussões feitas na pesquisa reafirmam e aprofundam conteúdos já apontados pela literatura e movimentos negros. Em relação ao acesso e permanência nos espaços formais de educação, vemos o racismo enfrentado nas instituições de ensino, o despreparo e descaso dos professores/as em relação as relações raciais, os conteúdos que não são modificados com a entrada de corpos pretos nesses espaços, a reprodução da mecânica produtivista e utilitarista no processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, a solidão acadêmica da qual nos diz Helena, todos esses pontos muito presentes nas falas das entrevistadas.

Foi apontada a importância dos cursos pré-vestibulares populares para ingresso da população negra no ensino superior, mas também como espaço de conscientização racial e de classe. A EDUCAFRO foi citada por Luísa e Carolina, pois ganha destaque nas discussões e na luta pela construção e efetividade da política de cotas nas universidades. Os coletivos negros nas universidades e a importância de encontrar pares, mesmo que poucos, no espaço branco e elitizado acadêmico torna a trajetória de psicólogas pretas menos solitária, favorece para discussão racial avance e para resistência nesse espaço.

Após a concretização do sonho de ingresso na graduação e o término dessa etapa, que antes não era vista como possibilidade, há a construção de outros caminhos. A trajetória acadêmica na pós-graduação foi uma conquista também para as psicólogas pretas, tanto para as mais jovens, que se formaram recentemente, quanto para as mais velhas e que se formaram há mais tempo, estas percebem o retorno a universidade como novas possibilidades pessoais, de trabalho, e de (re)existências.

A presença de professoras/es pretos também é um ponto abordado, pois mesmo com as leis de reserva de vagas nos concursos públicos para o magistério superior, muitos obstáculos são enfrentados para o real preenchimento das vagas - dificuldades que se iniciam já no acesso e permanência na pós-graduação (mestrado e doutorado). O racismo se reinventa para que nos tornemos eternamente dependente de pessoas brancas e para que desistamos de estar nestes espaços. Mas, como diz Lélia Gonzalez, nós queremos nossos filhos doutores também “a gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Porque então a gente

não ia querer que os filhos da gente estudem?” (GONZALEZ, 2018, p. 32). Por mais que a linha de chegada mude sempre quando a gente chega perto de atravessá-la e que haja a sensação de falta de perspectivas de futuro, diante do projeto de desmonte das políticas públicas, das universidades e agência de fomento à pesquisa, não vão nos ver desistir. Nosso sonhar resiste!

Com a presença de psicólogas pretas na sociedade, vão se criando tensionamentos na prática profissional, e a prática clínica supostamente neutra, apolítica, que desconsidera os marcadores raciais, de classe, gênero, sexualidade e geração não é uma opção. A prática do cuidado a partir dos grupos e do coletivo ganha destaque. O contato e chamado feito pela população negra para que suas demandas sejam consideradas, para que haja o cuidado integral, encontra com o desejo das profissionais, de seguir trabalhando e estudando com seus pares, por mais que essa prática encontre dificuldades, é uma coisa Alegre, como nos disse Barbara.

Nem sempre a população negra consegue escolher a profissional ou participar de grupos para pessoas pretas, pois é considerada uma população “SUS-dependente” – que tem acesso aos serviços de saúde em sua maioria pelo sistema público. Os profissionais que estão inseridos nesse contexto precisam refletir sobre as especificidades do atendimento a essa população. É necessário discutir também a Psicologia, que aos poucos vai sendo reconhecida como essencial aos serviços públicos, mas que se encontra em maior peso nos espaços privados. Precisamos pensar o que tem sido feito nesses espaços privados, quais compromissos estão sendo assumidos, principalmente na psicologia clínica particular que tem sido mais acessada por pessoas pretas, principalmente em ascensão social, como trouxeram as entrevistadas, em um fenômeno que já foi compreendido por Neusa Santos Souza.

Com a presença preta e junto à experiência e participação dos coletivos, uma outra Psicologia se faz urgente e é evocada, a Psicologia Preta, Psicologia Quilombola, Psicologia do Enegrecimento, Psicologia Aterrada, as Psicologias que carreguem em seu nome a criatividade e a produção de sentido construídas a partir dos saberes ancestrais por e com pessoas pretas, como nos provoca Abrahão Santos: “A Psicologia que nos esqueceu não nos interessa!”. Nós, psicólogas e psicólogos pretos não temos interesse e não nos contentamos em fazer remendos em uma psicologia que não nos considerou enquanto humanos e que nega a contribuição de intelectuais pretos para sua construção enquanto ciência e profissão!

Os coletivos negros têm sido o espaço de acolhimento e de promoção de saúde mental, assim como têm servido para discussões de violências e situações de racismo vivenciados em atendimentos psicológicos. Importante perceber que as queixas de pacientes pretos se referem

não só a não serem atendidos nas suas demandas, mas principalmente em não conseguir levar a demanda racial para psicólogas brancas e, quando seguem o acompanhamento, as relações raciais ficam no âmbito do não dito. Essas questões devem trazer questionamentos para a Psicologia e para psicólogas/os brancas/os, sobre o que acontece que pacientes pretos e pretas não estão conseguindo falar sobre suas questões, não sendo escutados, não estão sendo acolhidos por profissionais que se propõem trabalhar com a fala e com a escuta. Psicólogos brancos precisam pensar suas práticas e as relações raciais envolvidas ao atender pacientes pretos, mas também no atendimento aos seus pares, pois também se trata de uma relação racializada.

As falhas apontadas pelas entrevistadas na formação profissional, quem tem sido aprofundada pelos movimentos e estudantes pretos de forma autônoma, precisam ser trabalhadas pelas universidades, juntamente com os Conselhos de Psicologia, através da criação de disciplinas, cursos, eventos, etc., no sentido de compromisso efetivo com o combate ao racismo e discriminação racial.

As denúncias racismo e discriminação racial na prática das psicólogas têm sido feitas nos meios acadêmicos, nas redes sociais, na mídia e nas redes do próprio sistema Conselho quando há alguma publicação sobre Psicologia e relações, porém a naturalização de falas racista e preconceituosas parece ser comum. O que se pode fazer, para além de denúncias? Quais as repercussões da norma técnica 18/2002 que estabelece normas para atuação das psicólogas para o combate à discriminação racial, que já vai fazer 20 anos, porém não é vista nos cursos de Psicologia e nem consideradas pelos profissionais? Faz-se urgente a construção de ações que pautem as relações raciais e que acolham as pessoas que sofrem violências praticada por psicólogas no contexto de atendimento.

A construção de quilombos, de espaços seguros, que falem com e sobre a nossa experiência e existência na diáspora brasileira aponta também o movimento de resgate de memória, resgate ancestral, mas também a projeção para o futuro, pensando outras possibilidades apesar das destruições físicas e psicológicas propostas pelo Ocidente, pensando a responsabilidade com as próximas gerações, a coletividade envolve o pensar um outro mundo, uma outra Psicologia não somente para si, mas para todos aqueles e aquelas que virão depois.

A irmandade entre mulheres pretas, suas possibilidades de apoio e conexão, que envolve o processo de lidar com a competitividade, a raiva e auto-ódio (LORDE, 2019) precisam ser

melhor compreendidas. É preciso tecer alguns fios para acessar as memórias de cuidado que existem em cada uma de nós.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. GT RACISMO E SAÚDE. A população negra e o direito à saúde: risco de negros morrerem por Covid-19 é 62% maior se comparado aos brancos. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/especial-coronavirus/a-populacao-negra-e-o-direito-a-saude-risco-de-negros-morrerem-por-covid-19-e-62-maior-se-comparado-aos-brancos/47741/>>.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.
- ALVES, Míriam Cristiane; AMARAL, Tatiane Coelho. Ações afirmativas, subjetividades e (re)existências: estudantes negros e negras cotistas no curso de psicologia da UFPEL. *In: CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emilia (Orgs.). América Latina, volume 2: corpos, trânsitos e resistências.* Porto Alegre, RS: 2018. p. 97-124.
- ALVES, Míriam Cristiane. **Desde Dentro:** Processos de Produção de Saúde em uma Comunidade Tradicional de Terreiro de Matriz Africana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Rio Grande do Sul, 2012.
- ARRAES, Jarid. Meu psicólogo disse que racismo não existe. *Revista Fórum* 2015.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, nº 2, 1995, pp.458-463
[<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>]
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. *In: WERNECK, Jurema et al (Orgs.) O livro de Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.* Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.
- BAKARE-YUSUF, Bibi. **Além do determinismo:** A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence.* *Feminist Africa*, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.
- BANKOLE, Katherine. Mulheres Africanas nos Estados Unidos. *In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 253-276.
- BENTO, Maria. Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: CARONE, I; BENTO, M. A. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 25 - 57.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor dos seus Colegas. *In: Bastide, Roger; Fernandes, Florestan. Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo.* São Paulo, Editora Anhembi, 1955.
- BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória das mulheres pretas brasileira: bases históricas. *In: NASCIMENTO, E.L. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009, 219 - 249.
- CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira “o papel do movimento feminista na luta anti-racista”. **História do negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares,** p. 1-21, 2004.

- CARNEIRO, Sueli.. Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. São Paulo. Selo negro, 2011.
- CERQUEIRA, Fernanda Britto Pinheiro. **Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres negras: o impacto do racismo.** 2013. Monografia. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia. Resolução. A Psicologia brasileira apresentada em números. Infográfico desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação do CFP. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. de Psicologia - CFP. A Psicologia brasileira apresentada em números. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. 2018.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 018/2002, de 19 de dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF, 2002.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia. Eu, mulher, psicóloga e negra. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília v. 4, n. 2, p. 10-15, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000200004&lng=en&nrm=iso>.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patrícia Hill. “Epistemologia feminista negra”. *In: Pensamento feminista negro*, p. 401-432. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro Relatório Final Análise de Dados Contrato de Prestação de Serviço DIEESE - Conselho Federal de Psicologia, 2016.
- FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana.** Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Aduba, 2008.
- FARIAS, Thaíse Mendes; SERRALIA, Fernanda Barcellos. **Quando o paciente de minoria racial encontra o terapeuta branco: microagressões raciais e competência multicultural em psicoterapia,** 2021.
- FERREIRA, Suiane Costa. Apartheid digital em tempos de educação remota: atualizações do racismo brasileiro. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 10, n. 1, p. 11-24, 6 set. 2020.
- FIGUEIREDO. Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p.1080-1099.
- FREITAS, K.; MESSIAS, J. O futuro será negro ou não será: Afrofuturismo versus Afropessimismo - as distopias do presente. *Das Questões*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2018. DOI: 10.26512/dasquestoes.v6i6.18706. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/18706>.
- GELEDÉS. Quantas professoras negras você já teve na universidade? Sulamita Rosa da Silva. 12/09/2020 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/quantas-professoras-negras-voce-ja-teve-na-universidade/?>>.

- GOMES, Janaína Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 6/7, p. 67–82, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>.
- GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada**: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia. Tese de doutorado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Mulher negra: um retrato. Rio de Janeiro, 1979. *In*: **Lélia Gonzalez Primavera para rosas negras**, 2018.
- GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, e42738, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722019000100239&lng=en&nrm=iso>.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.
- hooks, bell. Intelectuais Pretas. SANTARRITA, M (trad) **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478. 1995. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-123904hooks.pdf>
- HORGE-FREEMAN, Elizabeth. “**Corpos negros, castas brancas: racializando e generificando corpos**”. *In*: A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias pretas brasileiras, pp. 97-132. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- HUDSON-WEEMS, Cleonora. **Africana Womanism** – O outro lado da moeda. Tradução: Naiana Sundjata. Revisão: UNIAPP, 2012.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf>
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica n. 46. TRABALHO, POPULAÇÃO NEGRA E PANDEMIA: NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS RESULTADOS DA PNAD COVID-19, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/nt46diest>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/201110_diest_n_46.pdf>
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAGES, Sônia Regina Corrêa et al. Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 13, n. 1, p. 1-10, jan. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 ago. 2020.

- LHULLIER, Louise. A; ROSLINDO, Jéssica .J. **As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu.** In: LHULLIER, L.A. **Quem é a Psicóloga Brasileira: mulher, psicologia e trabalho.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, CFP, 2013, 19 - 52.
Disponível <site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf>.
- LIMA, Fátima. **Vidas pretas, processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres pretas.** In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouvea. **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira.** Editora Autografia. Rio de Janeiro, 2017.
- LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres pretas brasileiras. **Revista Estudos Feministas.** IFCS/UFRJ, vol. 3, n. 2, 1995.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Tradução Stephanie Borges, 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MBEMBE. Achille. **Crítica da Razão Preta.** [S.l.]: n-1 edições, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, III Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Educação-Penesb,** Rio de Janeiro, 2003.
- NASCIMENTO. Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias de destruição.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018
- NOBLES, Wade W. Shaku Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa. Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009, 277-299.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O Corpo da Mulher Preta. **Pulsional Revista de Psicanálise,** ano XIII, nº 135, 1999, p. 40-45. Disponível em:
<<http://www.negromidiaeducacao.xpg.com.br/artigos/O%20corpo%20da%20mulher%20preta%20-%20Isildinha%20Nogueira.pdf>>
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro** (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, 2000.
- OLIVEIRA, Aryanne Pereira de; MATTOS, Amana. Identidades em transição: narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 445-463, 2019.
- PONTES, Katiúscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas:** a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2017.
- PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. NÃO SOU EU DO CAMPO PSI? VOZES DE JULIANO MOREIRA E OUTRAS FIGURAS NEGRAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),** [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 52-77, out. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em:
<<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1112>>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Feridas até o coração:** negras guerreiras Brasileense em mulheres pretas dos pontos transmissão psíquica e pertencimento. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

- RAMOS, Alberto Guerreiro, 1982. **Introdução crítica a sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RAMOSE, Mogobe B. **Globalização e Ubuntu**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.175-220.
- RIBEIRO, Matilde. "Mulheres pretas brasileiras, de Bertioga a Beijing". *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-57, 1995. Dossiê Mulheres Pretas.
- RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**, em *Anais Seminário internacional fazendo gênero*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- SANTOS, Abrahao de Oliveira. O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 39, n. spe, e222113, 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000500305&lng=en&nrm=iso>.
- SCHMIDT, Beatriz.; PALAZZI, Ambra.; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em:
<<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/4877>>.
DOI:<https://doi.org/10.18554/refacs.v8i4.4877>
- SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do "Objeto da Ciência" ao Sujeito Político. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=pt&nrm=iso>.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência**: culturas e identidades no movimento hip-hop. Campinas, São Paulo, 2009.
- SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se "Tornaram Negras". **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, e184764, 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100118&lng=en&nrm=iso>.
- VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal, Revista de Psicologia**., Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso>
https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “**Processos de subjetivação de mulheres pretas psicólogas: humanidades e (re)existências**”, conduzida pela pesquisadora Tainá Valente Amaro, sob orientação da profª drª Amana Rocha Mattos (UERJ). Este estudo tem como objetivo compreender quais estratégias de (re)existência tem sido criadas coletivamente por mulheres pretas psicólogas.

Sua participação não é obrigatória, nem remunerada, tampouco implicará em gastos para você. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. O estudo não apresenta riscos para você.

Sua participação envolve conceder uma entrevista sobre sua participação em movimentos sociais e/ou redes antirracistas. A entrevista acontecerá em data, horário e local a combinar. Faremos a gravação em áudio da entrevista, se assim você permitir.

Na publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável.

Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento com a pesquisadora responsável Tainá Valente Amaro, pelo e-mail: tainaamaro88@gmail.com ou telefone: (21)990345036.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, poderá comunicar o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar. Declaro também ter recebido uma via deste termo de consentimento.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Nome da participante: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora Responsável: _____

ANEXO B - Roteiro de entrevista

1. Você poderia me contar um pouco sobre sua trajetória pessoal?
2. Você poderia me contar um pouco sobre sua trajetória profissional?
3. Você poderia me falar sobre seu ingresso no movimento que participa?
4. Quais atividades/ações são feitas por este movimento?
5. Como você compreende a participação de mulheres pretas neste movimento?
6. De que forma participar deste movimento contribui para sua constituição pessoal e profissional?
7. Como você percebe a relação do curso de psicologia com as relações raciais?
8. Como você percebe a presença de mulheres pretas na psicologia?
9. Na sua atuação como você percebe a relação entre psicóloga preta e pacientes/usuários pretos? Identifica alguma particularidade do que nas relações com pessoas brancas?
10. Como está sendo vivenciar a Pandemia para você e para o grupo que participa?

ANEXO C - Formulário

Olá, este questionário possui algumas perguntas de identificação geral sobre você. E nos auxiliará no estudo que busca compreender as estratégias coletivas de (re)existências de Psicólogas pretas no Rio de Janeiro. O seu nome, assim como demais dados de identificação não serão divulgados. Desde já, agradecemos.

Nome Completo: _____

E-mail: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Telefone: () _____ Endereço: _____

Raça/cor: () Branca () preta () parda () Amarela () Indígena

Sexo/ Gênero: () Masc () Fem () Não Binário () Outro _____

Instituição de formação em Psicologia: _____

Ano de ingresso: _____ Ano de formação: _____

Modalidade de ingresso: () Ampla concorrência () Cotas () Outra _____

Profissão/ocupação: _____ CRP: _____ Área de atuação: _____ Linha/abordagem teórica: _____

Possui pós-graduação, se sim qual? _____

Possui outra graduação, se sim qual? _____

Trabalho/estagiou ou realizou alguma atividade remunerada durante a graduação, se sim em que função, local e área?

Possuía algum(s) auxílio(s) de assistência estudantil durante a graduação em Psicologia?

() alimentação () transporte () permanência () moradia estudantil () nenhum

Qual a renda total de sua família?

() Até 1 salário mínimo.

() De 1 a 3 salários mínimos.

() De 3 a 5 salários mínimos.

() Mais de 5 salários mínimos.

Quantas pessoas dependem dessa renda? _____

Você tem alguma crença religiosa, se sim qual? _____

Participa(ou) de algum coletivo, movimento estudantil ou movimento social, se sim qual(is)?

Gostaria de acrescentar alguma questão ou fazer algum comentário sobre a pesquisa?

Muito obrigada por sua contribuição!

*Salário Mínimo Nacional = R\$ 1045,00 ((mil e quarenta e cinco reais)